

SÍNTESE POLÍTICA, ECONÔMICA, SOCIAL

VISÃO GLOBAL DOS PROBLEMAS DA AMÉRICA LATINA

Neste último número da revista, deixam de aparecer as suas costumeiras seções "Síntese Política", "Síntese Econômica" e "Síntese Social". Em seu lugar divulgamos, na íntegra, os documentos básicos da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, Colômbia, em 1968. Essa matéria, que contém uma reflexão cristã sobre os principais problemas políticos, econômicos, sociais e religiosos do Continente, nos parece a melhor "síntese" para assinalar os dez anos de atividade desta revista.

A II CONFERÊNCIA Geral do Episcopado Latino-Americano, aos povos da América Latina: "A graça e a paz de Deus, nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo" (I Cor. 1,3).

Ao terminar os trabalhos desta II Conferência Geral queremos dirigir uma mensagem aos povos de nosso Continente.

Nossa palavra de Pastores quer ser signo de compromisso.

Como homens latino americanos, compartilhamos da história de nosso povo. O passado nos configura definitivamente como seres latino-americanos; o presente nos põe em uma conjuntura decisiva e o

futuro exige de nós uma tarefa criadora no processo de desenvolvimento.

América Latina uma comunidade em transformação

A América Latina, além de ser uma realidade geográfica é uma comunidade de povos com uma história própria, com valores específicos e com problemas semelhantes. O afrontamento e as soluções devem responder a esta história, a estes valores e a estes problemas. O continente abriga situações muito diferentes, mas que exigem solidariedade. A América Latina

deve ser uma e múltipla, rica em sua variedade e forte em sua unidade. Nossos países conservaram uma riqueza cultural básica, nascida de valores religiosos e étnicos que floresceram numa consciência comum e frutificaram em esforços concretos para a integração. Seu potencial humano, mais valioso do que as riquezas escondidas em seu solo, fazem da América Latina uma realidade promissora e coberta de esperanças. Seus angustiosos problemas marcam também essa mesma realidade com sinais de injustiças que ferem a consciência cristã. A multiplicidade e complexidade de seus problemas ultrapassam, porém, esta mensagem.

A América Latina vive ainda sob o signo trágico do subdesenvolvimento, que não apenas afasta nossos irmãos do gozo dos bens materiais, mas de sua própria realização humana. Apesar dos esforços que se efetuam, conjugam-se a fome e a miséria, as enfermidades de tipo massivo e a mortalidade infantil, o analfabetismo e a marginalidade, profundas desigualdades nas rendas e tensões entre as classes sociais, surtos de violência e escassa participação do povo na gestão do bem comum (Marcos 8,2).

A Igreja, a história da América Latina e nossa contribuição

Como cristãos, acreditamos que esta etapa histórica da América Latina está vinculada intimamente à história da Salvação (1 Cor. 9,22).

Como Pastores, com uma responsabilidade comum, queremos nos comprometer com a vida de todos os nossos povos na busca

angustiante de soluções adequadas para seus múltiplos problemas. Nossa missão é contribuir para a promoção integral do homem e das comunidades do continente. Acreditamos estar em uma nova era da história, que exige clareza para ver, lucidez para diagnosticar e solidariedade para agir.

A luz da fé que professamos como crentes, acabamos de realizar um esforço para descobrir o plano de Deus nos "signos de nossos tempos". Entendemos que as aspirações e clamores da América Latina são signos que revelam a orientação do plano divino operante no amor redentor de Cristo, que fundamenta estas aspirações na consciência de uma solidariedade fraterna. Por fidelidade a este plano divino e para responder às esperanças postas na Igreja, queremos oferecer aquilo que temos de mais próprio: uma visão global do homem e da humanidade e a visão integral do homem latinoamericano no desenvolvimento.

Por isso, sentimos-nos solidários com as responsabilidades que surgiram nesta etapa de transformação da América Latina.

A Igreja, como parte do ser latinoamericano, apesar de suas limitações, viveu com nossos povos, o processo de colonização, libertação e organização. Nossa contribuição não pretende competir com as tentativas de solução de outros organismos nacionais, latino-americanos e mundiais, nem muito menos nós os repudiamos ou desconhecemos. Nosso propósito é dar alento aos esforços, acelerar as realizações, acentuar o seu conteúdo, penetrar todo o processo de mudança com os valores evangélicos (I. Tes. 5,21).

Gostaríamos de oferecer a colaboração dos cristãos, pressionados por suas responsabilidades batismais e pela gravidade do momento. Depende de todos nós tornar patente a força do Evangelho, que é poder de Deus (Rom. 1,16).

Não temos técnicas nem remédios infalíveis. Queremos sentir os problemas, perceber suas exigências, compartilhar das angústias, descobrir os caminhos e colaborar nas soluções. A imagem nova do homem latino-americano exige um esforço criador; os poderes públicos, promovendo com energia as exigências supremas do bem comum; os técnicos, placificando os caminhos concretos; as famílias e educadores, despertando e orientando responsabilidades; os povos se incorporando ao esforço de realização; o espírito do Evangelho, animando com a dinâmica de um amor transformador e personalizante.

Desafio do momento

Nossos povos aspiram por sua libertação e por seu crescimento em humanidade, através da incorporação e participação de todos na mesma gestão do processo personalizante. Por este motivo nenhum setor deve reservar para si mesmo de forma exclusiva a condução política, cultural, econômica e espiritual. Os que possuem o poder de decisão devem exercê-lo em comunhão com os desejos e opções da comunidade. A fim de que esta integração responda à índole dos povos latino-americanos, dever-se-á contar com os valores que são próprios a todos e a cada um, sem exceção. A imposição de valores e critérios estranhos cons-

tituirão uma grave e nova alienação.

Contamos com elementos e critérios profundamente humanos e essencialmente cristãos, um sentido inato da dignidade de todos, uma inclinação à fraternidade e à hospitalidade, um reconhecimento da mulher em sua função insubstituível na sociedade, um sábio sentido da vida e da morte; uma certeza em um Pai comum e em um destino transcendente de todos.

Este processo exige de todas as nossas nações que suas desconfianças sejam superadas, que seus nacionalismos exagerados sejam purificados e que suas situações de conflito sejam resolvidas.

Também consideramos incompatível com nossa situação em via de desenvolvimento, tanto a inversão de recursos na corrida armamentista, a burocracia excessiva, os gastos de luxo e ostentações, como a deficiente administração da comunidade. Faz parte de nossa missão denunciar com firmeza aquelas realidades da América Latina que constituem uma afronta ao espírito do Evangelho (Is. 58, 1, ss). Incumbe também a nós reconhecer e estimular toda tentativa positiva e profunda de vencer as grandes dificuldades existentes.

A Juventude

Nesta transformação, a juventude latino-americana constitui o grupo de população mais numeroso e se apresenta como um novo corpo social com suas próprias idéias e valores, desejando criar uma sociedade mais justa. Esta presença juvenil é uma contribuição positiva que deve ser recolhida.

da tanto pela sociedade quanto pela Igreja.

Compromissos da Igreja

Durante estes dias, reunimo-nos na cidade de Medellín, movidos pelo espírito do Senhor, para orientar uma vez mais as tarefas da Igreja em um afã de conversão e de serviço (Gal. 4,19).

Vimos que nosso compromisso mais urgente é purificarmos no espírito do Evangelho todos os membros e instituições da Igreja católica. Devem terminar as separações entre a fé e a vida, "porque para com Jesus Cristo... vale a fé ativada pela caridade" (Gal. 5,6).

Este compromisso exige de nós que vivamos uma verdadeira pobreza bíblica que se traduza por meio de manifestações autênticas, que sejam signos claros para nossos povos. Só uma pobreza desta qualidade tornará transparente a Cristo, Salvador dos homens e descobrirá a Cristo, Senhor da história (II Cor. 8,9).

Nossas reflexões clarificam as dimensões de outros compromissos, que, embora com diferentes modalidades, serão assumidos por todo o Povo de Deus: - inspirar, alentar e dirigir uma ordem nova de justiça, que incorpore todos os homens na gestão das próprias comunidades; promover a constituição e as virtualidades da família, não somente como comunidade humana sacramental, mas também como estrutura intermediária em função da mudança social; dinamizar a educação para acelerar a capacitação de homens maduros em suas responsabilidades da hora presente; fomentar os organismos

profissionais dos trabalhadores, elementos decisivos de transformação sócio-econômica; dar alento a uma nova evangelização e catequese intensivas, que cheguem às elites e às massas para obter uma fé lúcida e comprometida; renovar e criar novas estruturas na Igreja que institucionalizem o diálogo e canalizem a colaboração entre os bispos, sacerdotes, religiosos e leigos; colaborar com outras confissões cristãs e com todos os homens de boa vontade que estejam empenhados em uma paz autêntica, enraizada na justiça e no amor.

O resultado concreto destas deliberações e compromissos nós o entregamos de forma detalhada e confiada no Documento Final que acompanha esta Mensagem.

Apelamos a todos os homens de boa vontade para que colaborem na verdade, na justiça, no amor e na liberdade com esta tarefa transmatadora de nossos povos, na aurora de uma nova era.

De maneira particular, dirigimo-nos às Igrejas e comunidades cristãs que participam de uma mesma fé conosco no Senhor Jesus. Durante esta Conferência, irmãos nossos destas confissões cristãs estiveram participando de nossos trabalhos e de nossas esperanças. Juntamente com ele seremos testemunhas deste espírito de colaboração (Ef. 4,3-6).

Queremos também advertir, como um dever de nossa consciência, encarando o presente e o futuro de nosso continente, aqueles que regem os destinos da ordem pública. Em suas mãos está uma gestão administrativa, ao mesmo tempo libertadora de injustiças e condutora de uma ordem em função do bem comum, que chegue

a criar o clima de confiança e ação que os homens latino-americanos necessitam para o desenvolvimento pleno de sua vida.

Por sua própria vocação, a América Latina tentará sua libertação às custas de qualquer sacrifício, não para fechar-se sobre si mesma, mas para se abrir para a união com o resto do mundo, dando e recebendo em espírito de solidariedade (Ga. 6,2).

De forma particular julgamos decisivo nesta tarefa o diálogo com os povos irmãos de outros continentes que se encontram em situações semelhantes às nossas. Unidos nos caminhos das dificuldades e das esperanças, podemos chegar a fazer com que nossa presença no mundo seja definitiva para a paz.

Recordamos aos outros povos que já superaram os obstáculos que encontramos hoje, que a paz se fundamenta no respeito da justiça internacional. Justiça que, por sua vez, tem seu fundamento e sua expressão no reconhecimento da autonomia política, econômica e cultural de nossos povos (Is. ... 32,17).

Finalmente, esperamos no amor de Deus Pai, que se manifesta atra-

vês do Filho e é difundido em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos una e anime sempre na ação pelo bem comum.

Esperamos assim ser fiéis aos compromissos que contraímos nestes dias de reflexão e oração comunitária, para trazer a plena e efetiva colaboração da Igreja no processo de transformação que está vivendo nossa América.

Esperamos também ser ouvidos com compreensão e boa vontade por todos os homens com os quais comungamos num mesmo destino e numa mesma aspiração.

Pomos sob a proteção de Maria, Mãe da Igreja e patrona das Américas, todo o nosso trabalho e esperança, a fim de que se antecipe entre nós o Reino de Deus.

Temos fé:

em Deus,
nos homens,
nos valores
e no futuro da América Latina.

“A graça do Senhor Jesus Cristo, a caridade de Deus e a comunicação do Espírito Santo estejam convosco” (II Cor. 13,13).

Medellin, 6 de setembro de 1968.

PRESENÇA DA IGREJA NA ATUAL TRANSFORMAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

A IGREJA Latino-Americana, reunida na Segunda Conferência Geral de seu Episcopado, concentrou a atenção sobre o homem deste Continente que vive um momento decisivo de seu processo histórico.

Desta forma não se “desviou”, mas “se voltou” para o homem

(cf. Paulo VI, Discurso de encerramento do Concílio Vaticano II, 7-12-1965), consciente de que “para conhecer a Deus é necessário conhecer o homem” (ibid.).

Pois Cristo é Aquêle em quem se manifesta o mistério do homem (cf. *Gaudium et Spes*, n. 22). A Igreja procurou compreender

êste momento histórico do homem latino-americano à luz da Palavra, que é Cristo. Procurou ser iluminada por esta Palavra para tomar consciência mais profunda do serviço que lhe cabe prestar neste momento.

Esta tomada de consciência do presente volta-se para o passado. Ao examiná-lo, vê com alegria a obra realizada com tanta generosidade; seria o momento de expressar nossa gratidão a todos quantos traçaram os sulcos do Evangelho em nossos países e que estiveram ativa e caritativamente presentes nas diversas raças, especialmente indígenas, do Continente; aos que vêm continuando a tarefa educadora da Igreja em nossas cidades e zonas rurais. Reconhece também que "nem sempre", ao longo de sua história, foram os seus membros, clérigos ou leigos, fiéis ao Espírito de Deus (cf. GS n.º 43); "também em nossos tempos não ignora a Igreja quanto se distanciam entre si a mensagem que ela profere e a fraqueza humana daqueles aos quais o Evangelho foi confiado" (ibid.).

Aceitando o julgamento da história sobre essas luzes e sombras, quer assumir plenamente a responsabilidade histórica que recai sobre ela no momento presente.

A hora da ação

Não basta refletir, obter maior clareza e falar. É preciso agir. Esta não deixou de ser a hora da *palavra*, mas tornou-se, com dramática urgência, a hora da *ação*. É o momento de inventar com imaginação criadora a ação a ser realizada e, sobretudo, levá-la a término com a audácia do espírito e o

equilíbrio de Deus. Esta Assembleia foi convidada a "tomar decisões e estabelecer projetos, unicamente se estivermos dispostos a executá-los como compromisso pessoal nosso, ainda que à custa de sacrifícios" (cf. Conferência de Dom Eugênio Sales na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano).

A América Latina está evidentemente sob o signo da transformação e desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se com rapidez extraordinária, atinge e afeta todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso.

Isto indica que estamos no umbral de uma nova época da história de nosso Continente. Época plena de um desejo de emancipação total, de libertação de qualquer servidão, de maturidade pessoal e integração coletiva. Notamos aqui os prenúncios do parto doloroso de uma nova civilização. Não podemos deixar de interpretar êste gigantesco esforço por uma rápida transformação e desenvolvimento como evidente sinal da presença do Espírito que conduz a história dos homens e dos povos para sua vocação (*Populorum Progressio*, n.º 15). Não podemos deixar de descobrir nesta vontade, cada dia mais tenaz e apressada de transformação, os vestígios da imagem de Deus no homem, como um potente dinamismo. Progressivamente êste dinamismo o leva ao domínio sempre maior da natureza, a uma mais profunda personalização e coesão fraterna e também a um encontro com Aquêle que ratifica, purifica e aprofunda os valores alcançados pelo esforço humano.

O fato de a transformação a que assiste o nosso Continente atingir, com seu impacto, todos os níveis da existência se apresenta como um sinal e exigência.

Não podemos, realmente, nós cristãos, deixar de pressentir a presença de Deus que quer salvar o homem todo, alma e corpo (cf. GS n.º 3). No dia definitivo da salvação Deus ressuscitará também nossos corpos, por cuja redenção geme em nós o Espírito com gemidos indescritíveis (cf. Rom. 8). Deus ressuscitou a Cristo e, por conseguinte, a todos os que creem nele. Através do mesmo Cristo está Ele ativamente presente em nossa história e antecipa seu gesto escatológico não só no desejo impaciente do homem para alcançar sua total redenção, mas também naquelas conquistas que, como sinais indicadores do futuro, com voz cada vez mais forte, o homem vai fazendo através de uma atividade realizada no amor (cf. GS n.º 38).

Visão cristã do desenvolvimento

Assim como Israel, o antigo Povo, sentia a presença salvífica de Deus quando da libertação do Egito, da passagem pelo Mar Vermelho e conquista da Terra Prometida, assim também nós, o Novo Povo de Deus, não podemos deixar de sentir seu passo que salva quando se dá o "verdadeiro desenvolvimento, que é, para todos e cada um, a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas. Menos humanas: as carências materiais dos que são privados do mínimo vital, e as carências morais dos que são mutilados pelo egoísmo. Menos hu-

manas: as estruturas opressivas, quer provenientes dos abusos da posse ou do poder, da exploração dos trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: a passagem da miséria à posse do necessário, a vitória sobre os flagelos sociais, o alargamento dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humanas também: a consideração crescente da dignidade dos outros, a orientação para o espírito de pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade de paz. Mais humanas ainda: o reconhecimento, pelo homem, dos valores supremos, e de Deus que é a origem e o termo deles. Mais humanas, finalmente e sobretudo, a fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade do homem, e a unidade na caridade de Cristo que nos chama a todos a participar como filhos na vida de Deus vivo, Pai de todos os homens" (PP n.º 21).

Nesta transformação em que se anuncia o desejo de passar do conjunto de condições menos humanas para a totalidade de condições plenamente humanas e integrar toda a escola de valores temporais na visão global da fé cristã, tomamos consciência da "vocação original" da América Latina: "vocação de unir numa síntese nova e genial o antigo e moderno, o espiritual e o temporal, o que outros nos legaram e nossa própria originalidade" (cf. Paulo VI, Discurso de 3-7-1966).

Nesta Assembléia do Episcopado Latino-Americano se renovou o mistério de Pentecostes. Em torno a Maria, Mãe da Igreja, que com seu patrocínio assistiu a este Continente desde sua primeira evangelização, imploramos as luzes do Espírito Santo e perseverando,

em oração, nos alimentamos do pão da Palavra e da Eucaristia. Esta Palavra foi intensamente meditada.

Nossa reflexão visou a busca de uma forma de *presença mais intensa e renovada da Igreja na atual transformação da América Latina*.

Três grandes setores, sobre os quais recaí nossa solicitude pastoral, foram abordados em sua relação com o processo de transformação do Continente.

Em primeiro lugar o setor da promoção do homem e dos povos do Continente para os valores da justiça, da paz, da educação e do amor conjugal.

A seguir dirigimos nossa reflexão para os povos deste Continente e suas elites, que, pelo fato de estarem num processo de profunda mudança de suas condições de vida e valores, requerem uma *adaptada evangelização e educação na fé*, através da catequese e liturgia.

Finalmente abordamos os problemas relativos aos membros da Igreja. É preciso intensificar sua *unidade e ação pastoral através de estruturas visíveis*, também adaptadas às novas condições do Continente.

As conclusões que se seguem são o fruto do trabalho realizado nesta Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.

JUSTIÇA *

I. Fatos

EXISTEM muitos estudos sobre a situação do homem latino-americano. O documento de trabalho preparado para esta II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano não será certamente o último. Em todos eles se descreve a miséria que marginaliza grandes grupos humanos em todos os nossos povos. Esta miséria como fato coletivo se qualifica de injustiça que clama aos céus.

Algo porém não ficou suficientemente esclarecido: os esforços feitos não têm sido capazes, em geral, de assegurar que a justiça seja respeitada e realizada em todos os setores das respectivas comunidades nacionais. Muitas vezes as famílias não encontram possibilidades concretas de educação

para seus filhos; a juventude reclama seu direito de ingressar na Universidade ou em centros superiores de aperfeiçoamento intelectual ou técnico-profissional; a mulher reivindica sua igualdade, de direito e de fato, com o homem; os camponeses pedem melhores condições de vida, ou, se são produtores, melhores preços e segurança na comercialização; a crescente classe média sente-se afetada por falta de expectativa. Iniciou-se um êxodo de profissionais e técnicos para países mais desenvolvidos; os pequenos artesãos e industriais são pressionados pelos interesses maiores e não poucos grandes industriais da América Latina vão passando progressivamente a depender de empresas mundiais. Não podemos ignorar esta quase universal frustração de

* Documento Final da Comissão n.º 1.

legítimas aspirações que cria o clima de angústia coletiva que já estamos vivendo.

A falta de integração sócio-cultural, na maioria de nossos países, deu origem à superposições de culturas. No campo econômico implantaram-se sistemas que encararam só as possibilidades dos setores com alto poder aquisitivo. Esta falta de adaptação ao que é próprio e às possibilidades de nossa população origina, por sua vez, freqüente instabilidade política e consolidação de instituições puramente formais. A tudo isso deve-se ajuntar a falta de solidariedade, que leva no plano individual e social a cometer verdadeiros pecados, cuja cristalização se evidencia nas injustas estruturas que caracterizam a situação da América Latina.

II. Fundamentação doutrinal

A Igreja latino-americana tem uma mensagem para todos os homens que neste continente têm "fome e sede de justiça". O mesmo Deus que cria o homem segundo sua imagem e semelhança cria a "terra e tudo que ela contém para uso de todos os homens e povos, de modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade" (GS n.º 69), e lhe dá poder para que solidariamente transforme e aperfeiçoe o mundo (Gn. 1,29). O mesmo Deus que, na plenitude dos tempos, envia seu Filho para que feito Carne liberte a todos os homens de todas as escravidões a que os sujeitou o pecado: a fome, a miséria, a opressão e a ignorância — em uma palavra, a injustiça que tem sua origem no egoísmo humano (Jo 8, 32, 34).

Por isso, para nossa verdadeira libertação, necessitamos todos de uma profunda conversão, para que chegue a nós o "Reino de Justiça, de amor e de paz". A origem de todo o menosprezo pelo homem, de toda injustiça deve ser buscada no desequilíbrio interior da liberdade humana que necessitará sempre, na história, um permanente trabalho de retificação. A originalidade da mensagem cristã não consiste tanto na afirmação da necessidade de mudanças estruturais, como na insistência que devemos pôr na conversão do homem. Não teremos um Continente novo, sem novas e renovadas estruturas, e sobretudo não haverá um Continente novo sem homens novos que à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis.

Sómente à luz de Cristo se esclarece o mistério do homem. Sob essa luz toda a obra divina, na História da Salvação, é uma ação de promoção e de libertação humanas, que têm como única motivação o amor. O homem é "criado em Jesus Cristo", feito n'Ele "criatura nova" (2 Cor. 5,17). Pela fé e pelo batismo é transformado, pleno do dom do Espírito, com um dinamismo novo, não de egoísmo, senão de amor que o impulsiona a buscar uma nova relação mais profunda com Deus, com os homens seus irmãos e com as coisas.

O amor, "a lei fundamental da perfeição humana, e por isso mesmo da transformação do mundo" (GS n.º 32), não é apenas o mandamento supremo do Senhor, como também o dinamismo que deve mover os cristãos a realizarem a justiça no mundo, tendo como fun-

danento a verdade e como sinal a liberdade.

É assim que a Igreja quer servir ao mundo, irradiando sobre ele luz e vida que cura e eleva a dignidade da pessoa humana (cf. GS n. 41), consolida a unidade da sociedade (cf. GS n. 42) e dá sentido e significado mais profundo a toda atividade dos homens.

Certamente para a Igreja a plenitude e a perfeição da vocação humana serão obtidas com a inserção definitiva de cada homem na Páscoa ou Triunfo de Cristo, mas a esperança de tal realização definitiva, antes de adormecer, deve "avivar a preocupação de aperfeiçoar esta terra onde cresce o corpo da nova família humana, o que pode, de alguma maneira, antecipar o vislumbre do século novo". Não confundimos progresso temporal com Reino de Cristo; mesmo assim, o primeiro, "na medida em que pode contribuir a ordenar melhor a sociedade humana, é de grande interesse para o Reino de Deus" (GS n. 39).

A busca cristã da justiça é uma exigência do ensinamento bíblico. Todos os homens somos tão apenas humildes administradores dos bens. Na busca da salvação devemos evitar o dualismo que separa as tarefas temporais da santificação. Apesar de estarmos rodeados de imperfeições, somos homens de esperança. Cremos que o amor a Cristo e a nossos irmãos será não somente a grande força libertadora da injustiça e opressão, mas também e principalmente a inspiradora da justiça social, entendida como concepção de vida e impulso para o desenvolvimento integral de nossos povos.

III. Projeções de pastoral social

Nossa missão pastoral é essencialmente um serviço de inspiração e educação das consciências dos fiéis, para ajudar-lhes a perceberem as exigências e responsabilidades de sua fé, em sua vida pessoal e social. Dentro dessa perspectiva, a II Conferência Episcopal quer assinalar as mais importantes, para os países do nosso Continente, tendo em conta o juízo de valor que, sobre a situação econômica e social do mundo de hoje, já fizeram os últimos documentos do Magistério da Igreja e que no Continente latino-americano têm plena vigência.

1. Orientação das mudanças sociais

A Igreja latino-americana julga dever orientar-se para a formação de comunidades nacionais, que reflitam uma organização global, onde toda a população — e de modo especial as classes populares — tenha através de estruturas territoriais e funcionais uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade. Essas estruturas intermediárias — entre a pessoa e o Estado — devem ser organizadas livremente, sem uma intervenção indevida da autoridade ou de grupos dominantes, em seu desenvolvimento e em sua participação concreta na realização do BEM COMUM total. Constituem a trama vital da sociedade. São também a expressão real da liberdade e da solidariedade dos cidadãos.

A. A Família

Sem desconhecer o caráter insubstituível da família, como gru-

po natural, intentamos considerá-la aqui como estrutura intermediária, já que o conjunto de famílias deve assumir sua função no processo da mudança social. As famílias latino-americanas deverão organizar seu potencial econômico e cultural para que suas legítimas necessidades e inspirações sejam levadas em conta, dentro dos setores onde se tomam as decisões fundamentais, que podem ou promovê-las ou afetá-las. Dessa maneira assumirão um papel representativo e de participação eficaz na vida da comunidade global.

Além da dinâmica que lhe cabe desencadear no conjunto das famílias do país, é necessário que os governos estabeleçam uma legislação e política familiar, sã e atualizada.

B. A Organização Profissional

A II Conferência Episcopal Latino-Americana dirige-se a todos aqueles que, com esforço diário, vão criando os bens e serviços que permitem a existência e o desenvolvimento da vida humana. Pensamos muito especialmente nos milhões de homens e mulheres da América Latina que constituem o setor camponês e operário. Eles, em sua maioria, sofrem, anseiam e se esforçam por uma mudança que humanize e dignifique seu trabalho. Sem desconhecer a totalidade do significado humano do trabalho, consideramo-lo aqui como estrutura intermediária, enquanto constitutivo da função que dá origem à organização profissional no campo da produção.

C. Empresas e Economia

No mundo de hoje, a produção encontra sua expressão concreta

na empresa; tanto as empresas industriais como as rurais constituem a base fundamental e dinâmica do processo econômico global. O sistema empresarial latino-americano e, devido a êle, a economia atual, responde a uma concepção errônea sobre o direito de propriedade dos meios de produção e sobre a finalidade mesma da economia. A empresa, em uma economia verdadeiramente humana, não se identifica com os donos do capital para a produção de bens. Uma pessoa ou um grupo de pessoas não podem ser propriedade de um indivíduo, de uma sociedade ou do Estado.

O sistema liberal capitalista e a tentação do sistema marxista pareceriam esgotar em nosso Continente as possibilidades de transformar as estruturas econômicas. Ambos atentam contra a dignidade da pessoa humana; um porque tem como pressuposta a primazia do capital, o poder do mesmo e sua discriminante utilização em função do lucro. O outro, embora ideologicamente sustente um humanismo, olha com exclusividade o homem coletivo, e na prática se traduz numa concentração totalitária do poder do Estado. Devemos denunciar que a América Latina se vê encerrada entre estas duas opções e permanece dependente dos centros de poder que canalizam sua economia.

Em vista disso, fazemos um apêlo urgente aos empresários, às suas organizações e às autoridades políticas, para que modifiquem radicalmente a valoração, as atitudes e as medidas relativas à finalidade, organização e funcionamento das empresas. Merecem alento todos os empresários que individualmen-

te ou através de suas organizações fazem esforços para integrar suas empresas nas orientações do magistério social da Igreja. Disto tudo dependerá fundamentalmente a mudança social e econômica da América Latina, até atingir uma economia verdadeiramente humana.

Por outra parte esta mudança será fundamental para desencadear o verdadeiro processo de desenvolvimento e integração latino-americanos. Muitos de nossos trabalhadores, apesar de virem adquirindo consciência da necessidade desta mudança, experimentam simultaneamente uma situação de dependência dos sistemas e instituições econômicas inumanas: situação que para muitos deles abeira-se da escravidão, não só física como também profissional, cultural, cívica e espiritual.

Com a lucidez que surge do conhecimento do homem e de suas aspirações, devemos reafirmar: nem a acumulação de capitais nem a implantação das mais modernas técnicas de produção, nem os planos econômicos serão eficazes (com a eficácia de estar a serviço do homem), se os trabalhadores — salvaguardando a “unidade necessária de direção” — não forem incorporados, com toda a projeção de seu ser humano, através da “participação ativa de todos na gestão da empresa, segundo formas a serem devidamente determinadas” (GS n. 68), assim como nos níveis da macroeconomia, decisivos no âmbito nacional e internacional.

Organização dos Trabalhadores

Por isto, na estrutura intermediária profissional deverá adquirir

suficiente força e presença a organização sindical, rural e operária, a que os trabalhadores têm direito. Suas associações terão uma força solidária e responsável, para exercer o direito de representação e participação nos níveis da produção e da comercialização nacional, continental e internacional. Assim deverão exercer seu direito de estar representados também nos níveis políticos, sociais e econômicos onde se tomam as decisões que se referem ao bem comum. Por isto mesmo as organizações sindicais deverão empregar todos os meios ao seu alcance para formar moral, econômica e técnica-mente, em nível prioritário, aqueles que vão exercer estas responsabilidades.

Unidade de Ação

A socialização entendida como processo sócio-cultural de personalização e de solidariedade crescentes induz-nos a pensar que todos os setores da sociedade — no caso em questão, principalmente o setor sócio-econômico — deverão superar, pela justiça e pela fraternidade, os antagonismos para converter-se em agentes do desenvolvimento nacional e continental. Sem esta unidade, a América Latina não logrará livrar-se do neocolonialismo a que está submetida, nem realizar-se com liberdade, com suas características próprias no campo cultural, sócio-político e econômico.

Transformação do Campo

A II Conferência Episcopal não quer deixar de expressar sua preocupação pastoral pelo grande setor campesino, que, apesar de implici-

tamente compreendido em tudo o que se disse anteriormente, exige, por suas características especiais no Continente, uma atenção urgente. Conquanto de deva considerar a diversidade de situações e recursos nas distintas nações, não cabe dúvida que existe um denominador comum em todas elas: a necessidade de uma promoção humana para as populações camponesas e indígenas. Esta promoção não será viável sem que se leve a cabo uma autêntica e urgente reforma das estruturas e da política agrária. Esta mudança estrutural e política correspondente não se limita a uma simples distribuição de terras. É indispensável fazer uma apropriação da mesma segundo determinadas condições que legitimam sua ocupação e seu rendimento, tanto para as famílias camponesas como para a economia do país. Isto exigirá além de aspectos jurídicos e técnicos, cuja determinação não é de competência nossa, a organização dos camponeses em estruturas intermediárias eficazes, principalmente em cooperativas, e estímulo para a criação de centros urbanos nos meios rurais e de sua participação nas decisões locais e nas decisões que influenciam na economia e política nacionais. Esta elevação do meio rural contribuirá para o necessário processo de industrialização e participação das vantagens de uma civilização urbana.

D. Industrialização

Não existe a menor dúvida de que o processo de industrialização é irreversível e necessário para preparar a independência econômica e integrar-nos na moderna economia mundial. A industrializa-

ção será um fator decisivo para elevar os níveis de vida de nossos povos e proporcionar-lhes melhores condições para o desenvolvimento integral. Para tanto é indispensável que se revejam os planos e as macroeconomias nacionais, salvando a legítima autonomia de nossas nações, as justas reivindicações dos países mais fracos e a desejada integração econômica do Continente, respeitando sempre os inalienáveis direitos da pessoa humana e das estruturas intermediárias, como protagonistas deste processo.

2. A reforma política

Diante da necessidade de uma mudança global nas estruturas da América Latina, julgamos ser indispensável a reforma política.

O exercício da autoridade política e suas decisões têm como única finalidade o bem comum. Na América Latina tal exercício e decisões com freqüência aparecem favorecendo sistemas que atentam contra o bem comum ou beneficiam grupos privilegiados. A autoridade deverá assegurar, eficaz e permanentemente, através de normas jurídicas, os direitos e liberdades inalienáveis dos cidadãos e o livre funcionamento das estruturas intermediárias.

A autoridade pública tem a missão de propiciar e fortalecer a criação de mecanismos de participação e de legítima representatividade da população, ou a criação de novas formas se fôr necessário. Queremos insistir na necessidade de vitalizar e fortalecer a organização municipal e comunal, como ponto de partida da vida departamental, provincial, regional e nacional.

A carência de uma consciência política em nossos países torna imprescindível a ação educadora da Igreja, com o objetivo de que os cristãos considerem sua participação na vida política da nação como um dever de consciência e como o exercício da caridade, em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade.

3. Informação e conscientização

Desejamos afirmar que é indispensável a formação da consciência social e a percepção realista dos problemas da comunidade e das estruturas sociais. Devemos despertar a consciência social e hábitos comunitários em todos os meios e grupos profissionais, tanto no que respeita ao diálogo e vivência comunitária dentro do mesmo grupo, quanto em suas relações com grupos sociais mais amplos (operários, camponeses, profissionais liberais, clero, religiosos, funcionários etc.).

Esta tarefa de conscientização e de educação social deverá integrar-se nos planos de Pastoral de conjunto em seus diversos níveis.

O sentido de serviço e realismo exigem da hierarquia de hoje uma maior sensibilidade e objetividade sociais. Para isso, faz falta o contato com os distintos grupos sócio-profissionais, em encontros que proporcionem a todos uma visão mais completa da dinâmica social. Tais encontros se consideram como instrumentos que podem facilitar ao Episcopado uma ação colegiada, útil para garantir uma harmonização de pensamento e atividades numa sociedade em vias de mudanças.

As Conferências Episcopais proporcionarão a organização de cur-

sos, encontros etc., como meio de integração dos responsáveis nas atividades sociais, ligadas à pastoral. Além de sacerdotes, religiosos e leigos, poder-se-ia convidar um grupo de dirigentes que trabalhasse em programas nacionais, e internacionais de promoção dentro do país. Os institutos destinados a preparar o pessoal apostólico de outros países coordenarão suas atividades de pastoral social com os respectivos organismos nacionais. Buscar-se-á também a promoção de semanas sociais para elaborar a doutrina social aplicada a nossos problemas. Isto permitirá tornar a opinião pública.

Merecem especial atenção os homens-chave, ou seja, aquelas pessoas que se encontram ao nível da elaboração das decisões e sua execução, decisões que repercutem nas estruturas básicas da vida nacional e internacional. As Conferências Episcopais, portanto, através de suas comissões de ação ou pastoral social, promoverão junto com outros organismos interessados a organização de cursos para técnicos, políticos, dirigentes, operários, camponeses, empresários e homens de cultura em todos os níveis.

É necessário que as pequenas comunidades sociológicas de base se desenvolvam, para estabelecer um equilíbrio frente aos grupos minoritários, que são grupos de poder. Isto só é possível pela animação das mesmas comunidades mediante seus elementos naturais e atuantes, em seus respectivos meios.

A Igreja — Povo de Deus — prestará sua ajuda aos desvalidos de qualquer tipo e meio social, para que conheçam seus próprios direitos e saibam fazer uso deles.

Para tanto a Igreja utilizará sua força moral e buscará a colaboração de profissionais e instituições competentes.

A comissão JUSTIÇA E PAZ deverá ser promovida em todos os países ao menos em nível nacional. Deverá ser integrada por pessoas de alto nível moral, qualificação profissional e representatividade nos diferentes setores sociais; deverá ser capaz de travar um diálogo eficaz com pessoas e instituições mais diretamente responsáveis pelas decisões que dizem respeito ao bem comum; deverá denunciar tudo o que possa lesar a justiça e pôr em perigo a paz interna e externa das comunidades nacionais e internacionais; ajudará a buscar os meios concretos para dar solução adequada a cada situação.

Para o exercício de sua missão pastoral, as Conferências Episcopais criarão sua Comissão de Ação ou Pastoral Social, como animadora da ordem temporal, numa autêntica atitude de serviço. O mesmo vale para os níveis diocesanos.

Ademais, as Conferências Episcopais e as Organizações Católicas devem promover a colaboração, em âmbito continental e nacional, com as Igrejas e instituições cristãs não-católicas, dedicadas à tarefa de instaurar a justiça nas relações humanas.

PAZ *

1.ª parte: a situação latino-americana e a paz

É o desenvolvimento é o novo nome da paz", o subdesenvolvimento latino-americano, com ca-

¹ Documento Final da Comissão n.º 1.

Caritas, que é um organismo da Igreja integrado dentro da Pastoral de Conjunto, não será apenas uma instituição de beneficência, mas deve inserir-se mais operativamente no processo de desenvolvimento da América Latina, como uma instituição verdadeiramente promocional (cf. PP n. 46).

A Igreja reconhece que as instituições de ação temporal pertencem à esfera específica da sociedade civil, ainda quando criadas ou dirigidas por cristãos. Nas atuais situações concretas, esta Conferência Episcopal sente o dever de dar um estímulo especial às organizações que têm como fim a promoção humana e aplicação da justiça. A força moral e animadora da Igreja estará consagrada, sobretudo, a estimulá-las e propôe-se a atuar, neste campo, a título supletivo e em situações imposteráveis.

Finalmente a II Conferência Episcopal tem plena consciência de que o processo de socialização, desencadeado pela técnica e meios de comunicação social, faz destes um instrumento necessário e muito apto para a educação social, para a conscientização de acordo com a mudança de estruturas e a vigência da justiça. Em vista disto, nas tarefas de promoção humana, conclama sobretudo os leigos a seu adequado cumprimento.

racterísticas próprias nos diversos países, é uma injusta situação promotora de tensão que conspira contra a paz.

Sistematizamos estas tensões em três grandes grupos, destacando

em cada caso aquelas variáveis que, por expressarem uma situação de injustiça, constituem ameaça positiva contra a paz em nossos países.

Ao falarmos de uma situação de injustiça referimo-nos àquelas realidades que expressam uma situação de pecado; isto não significa desconhecer que, às vezes, a miséria em nossos países pode ter causas naturais difíceis de superar.

Ao realizarmos esta análise não ignoramos, nem deixamos de valorizar os esforços positivos que se realizam em ordem à construção de uma sociedade mais justa. Não os incluímos aqui porque nossa intenção é chamar a atenção, precisamente, para aqueles aspectos que constituem uma ameaça ou negação da paz.

1. Tensões entre classes e colonialismo interno

1. *As diversas formas de marginalização*: sócio-econômicas, políticas, culturais, raciais, religiosas, tanto nas zonas urbanas como nas rurais.

2. *Desigualdades excessivas entre classes sociais*: especialmente, ainda que não de forma exclusiva, naqueles países que se caracterizam por um marcado bi-classismo: poucos têm muito (cultura, riqueza, poder, prestígio...) enquanto muitos nada têm. O Santo Padre descreveu esta realidade ao se dirigir aos camponeses colombianos: "Sabemos que o desenvolvimento econômico e social tem sido desigual no grande Continente da América Latina; e embora haja favorecido aos que o promoveram, em princípio, descurou das mas-

sas de população nativa, quase sempre abandonadas a um indigno nível de vida, e às vezes, tratadas e exploradas duramente" (Discurso em Mosquera, 23-8-68).

3. *Frustrações crescentes*: o fenômeno universal das expectativas crescentes assume na América Latina dimensão particularmente agressiva. A razão é óbvia: as desigualdades excessivas impedem sistematicamente a satisfação das legítimas aspirações dos setores postergados. Geram-se assim frustrações crescentes.

Semelhante estado de ânimo é constatado também naquelas classes médias que, diante das graves crises, entram em processo de desintegração e proletarização.

4. *Formas de opressão de grupos e setores dominantes*: sem excluir uma eventual vontade de opressão elas se expressam mais freqüentemente sob a forma de insensibilidade lamentável dos setores mais favorecidos frente à miséria dos setores marginalizados. Daí, as palavras do Papa aos dirigentes: "Que vosso ouvido e vosso coração sejam sensíveis às vozes daqueles que pedem paz, atenção, justiça..." (Celebração Eucarística no Dia do Desenvolvimento).

Não é raro constatar que estes grupos ou setores, com excessão de algumas minorias lúcidas, qualificam de ação subversiva toda tentativa de mudar um sistema social que favorece a permanência de seus privilégios.

5. *Poder exercido injustamente por certos setores dominantes*: como uma conseqüência normal das atitudes mencionadas, alguns

membros dos setores dominantes recorrem, às vizes, ao uso da força para reprimir drasticamente todo intento de reação. É muito fácil para eles encontrar aparentes justificativas ideológicas (por exemplo, o anticomunismo) ou práticas (conservação da "ordem") para conestar este proceder.

6. *Crescente tomada de consciência dos setores oprimidos*: tudo o que ficou dito torna-se cada vez mais intolerável diante da progressiva tomada de consciência que os setores oprimidos fazem de sua situação. A isto se referia o Santo Padre quando dizia aos camponeses: "Hoje o problema agravou-se mais porque tomastes consciência de vossas necessidades e de vossos sofrimentos, e... não podeis tolerar que estas condições devam perdurar sem pôr-lhes solícito remédio" (Discurso em Mosquera).

A visão estática descrita nos parágrafos precedentes agrava-se quando se descortina o futuro: a educação de base e a alfabetização aumentaram a tomada de consciência e a explosão demográfica multiplicará problemas e tensões. Não há que se esquecer tampouco da existência de movimentos de todo tipo, interessados, cada vez mais, em aproveitar e exacerbar estas tensões. Por conseguinte, se hoje a paz já é vista seriamente ameaçada, a agravação automática dos problemas provocará consequências explosivas.

II. Tensões internacionais e neocolonialismo externo

Referimo-nos aqui, particularmente, às consequências que traz para nossos países sua dependência

de um centro de poder econômico, em torno do qual gravitam. Disto resulta que nossas nações, com frequência, não são donas de seus bens e de suas decisões econômicas. Como é óbvio, isto não deixa de ter suas influências no campo político, dada a interdependência que existe entre os dois campos.

Interessa-nos sublinhar especialmente dois aspectos deste fenômeno:

a) *ASPECTO ECONÔMICO*: Analisamos somente aqueles fatores que mais influem no empobrecimento global e relativo de nossos países, constituindo uma fonte de tensões internas e externas.

1. *Distorção crescente do comércio internacional*: Devido à perda de preço relativa aos têrmos de troca, as matérias-primas valem cada vez menos com relação ao custo dos produtos manufaturados. Isto significa que os países produtores de matérias-primas — sobretudo se se trata de países monocultores — permanecem sempre pobres, enquanto que os países industrializados se enriquecem cada vez mais. Esta injustiça, denunciada claramente pela *Populorum Progressio*, nn. 56-61, inutiliza o eventual efeito positivo das ajudas externas; constitui, além disso, ameaça permanente à paz porque nossos países percebem como "u'a mão tira o que a outra dá".

2. *Fuga dos Capitais Econômicos e Humanos*: A busca de segurança e o critério do lucro individual leva muitos membros dos setores acomodados de nossos países a inverterem seus lucros no

estrangeiro. A injustiça dêste procedimento já foi denunciada categoricamente pela *Populorum Progressio*, n. 24. A isto se ajunta a fuga de técnicos e pessoal competente, fato tanto ou mais grave que a fuga de capitais, devido ao alto custo de sua formação e valor multiplicador de sua ação.

3. *Evasão de impostos e envio de lucros e dividendos*: Diversas companhias estrangeiras que atuam em nossos meios (também algumas nacionais) costumam escapar com sutis subterfúgios dos sistemas tributários estabelecidos. Constatamos também que às vezes enviam ao estrangeiro os lucros e os dividendos sem contribuir com adequados investimentos para o progressivo desenvolvimento de nossos países.

4. *Endividamento progressivo*: Não é raro constatar que, no sistema de crédito internacional, não se leva em conta sempre as verdadeiras necessidades e possibilidades de nossos países. Corremos assim o risco de sermos esmagados por dívidas cujo pagamento absorve a maior parte de nossos lucros (PP n. 54).

5. *Monopólios internacionais e o imperialismo internacional do dinheiro*: Com isso queremos sublinhar que os principais culpados de dependência econômica de nossos países são aquelas forças que, inspiradas no lucro sem freio, conduzem à ditadura econômica e ao "imperialismo internacional do dinheiro", condenado por Pio XI no *Quadragesimo Anno* e por Paulo VI na *Populorum Progressio*.

b) *ASPECTO POLÍTICO*: Denunciamos aqui o imperialismo de qualquer tipo ideológico, que se exerce na América Latina, de forma indirecta e inclusive chegando a intervenções directas.

III. Tensões entre os países da América Latina

Denunciamos aqui um fenómeno especial de origem histórico-política que ainda anuvia as relações cordiais entre alguns países e põe empecilhos a uma colaboração realmente construtiva: O processo de integração contudo, bem entendido, apresenta-se como uma necessidade imperiosa para a América Latina. Sem pretender dar normas sobre os aspectos técnicos, realmente complexos, desta necessidade, julgamos oportuno destacar seu carácter pluridimensional. A integração, com efeito, não é um processo exclusivamente económico; apresenta-se, antes, com amplas dimensões, as quais abarcam o homem considerado na sua totalidade: dimensão social, política, cultural, religiosa, racial etc.

Entre os factores que favoreceu as tensões entre nossos países sublinhamos:

1) *Um nacionalismo exacerbado* em alguns países. Já a *Populorum Progressio*, n.º 62, denunciou o nocivo desta atitude, precisamente onde a debilidade das economias nacionais exige a colocação em comum dos esforços, conhecimentos, meios financeiros, etc.

2) *Armamentismo*: Em determinados países constata-se uma corrida armamentista que supera os limites do razoável. Trata-se

frequentemente de uma necessidade fictícia que responde a interesses diversos e não a uma verdadeira necessidade da comunidade nacional. A propósito, uma frase de Paulo VI torna-se particularmente válida: "Quando tantos povos têm fome, quando tantos lares sofrem miséria, quando tantos homens vivem submergidos na ignorância, . . . tôda corrida armamentista converte-se num escândalo intolerável" (PP n.º 53).

2.ª parte: a) *Concepção cristã da paz*

A realidade descrita constitui uma negação da paz, tal como a entende a tradição cristã.

Três notas caracterizam a concepção cristã de paz:

1) A paz é, antes de tudo, obra da justiça (GS n.º 78). Ela supõe e exige a instauração de uma ordem justa (*Pax in Terris*, n.º 167; PP n.º 76) na qual os homens podem realizar-se como homens, onde sua dignidade seja respeitada, suas legítimas aspirações satisfeitas, seu acesso à verdade reconhecido, sua liberdade pessoal garantida. Uma ordem na qual os homens não sejam objetos, senão agentes de sua própria história. Onde existem injustas desigualdades entre homens e nações se atenta contra a paz (Mensagem de Paulo VI, 1-1-1968).

A paz na América Latina não é, portanto, a simples ausência de violência e derramamento de sangue. A opressão exercida pelos grupos de poder pode dar a impressão de manter a paz e a ordem, mas na realidade trata-se do "germe contínuo e inevitável de rebe-

liões e guerras" (Mensagem de Paulo VI, 1-1-1968).

A paz somente se obtém criando uma ordem nova que "comporta uma justiça mais perfeita entre os homens" (PP n.º 76). É neste sentido que o desenvolvimento integral do homem, a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas, é o nome novo da paz.

2) A paz é, em segundo lugar, um trabalho permanente (GS n.º 78). A comunidade humana realiza-se no tempo e está sujeita a um movimento que implica constantemente mudança de estruturas, transformações de atitudes, conversão de corações.

A "tranquilidade da ordem", segundo a definição agostiniana da paz, não é, pois, passividade nem conformismo. Não é, tampouco, algo que se adquira uma vez por todas; é o resultado de um contínuo esforço de adaptação às novas circunstâncias, às exigências e desafios de uma história em mutação. Uma paz estática e aparente pode ser obtida com o emprêgo da força; uma paz autêntica implica luta, capacidade inventiva, conquista permanente (cf. Paulo VI: Mensagem do Natal de 1967).

A paz não se acha, constrói-se. O cristão é um artesão da paz (cf. Mt. 5,9). Esta tarefa, dada a situação descrita anteriormente, reveste-se de um caráter especial em nosso Continente: por isso, o Povo de Deus na América Latina seguindo o exemplo de Cristo deverá enfrentar, com audácia e valentia, o egoísmo, a injustiça pessoal e coletiva.

3) A paz é, finalmente, fruto do amor (GS n.º 78), expressão

de uma real fraternidade entre os homens. Fraternidade trazida por Cristo, Príncipe da Paz, ao reconciliar todos os homens com o Pai. **A solidariedade humana não pode realizar-se verdadeiramente senão em Cristo que dá a Paz que o mundo não pode dar (cf. Jo 13,27).** O amor é a alma da justiça. O cristão que trabalha pela justiça social deve cultivar sempre a paz e o amor em seu coração.

A paz com Deus é o fundamento último da paz interior e da paz social... Por isto mesmo, onde a paz não existe, onde se encontram injustiças, desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, há um rechaço do dom da paz do Senhor, e ainda mais, um rechaço da pessoa mesma do Senhor (Mt 25,31-46).

b) Problema da violência na América Latina

A violência constitui um dos problemas mais graves da América Latina. Não se pode abandonar aos impulsos da emoção e da paixão uma decisão da qual depende todo o porvir dos países do Continente. Faltaríamos a grave dever pastoral se não recordássemos em termos de consciência, neste dramático dilema, os critérios que derivam da doutrina cristã do amor evangélico.

Ninguém se surpreenderá se reafirmarmos firmemente nossa fé na fecundidade da paz. Este é nosso ideal cristão, "A violência não é nem cristã nem evangélica" (Discurso de Paulo VI, em Bogotá, na celebração eucarística do Dia do Desenvolvimento, 23-8-68). O cristão é pacífico e não tem vergonha disto. Não é simplesmente paci-

fista, porque é capaz de combater (cf. Mensagem de Paulo VI, ... 1-1-1968). Prefere no entanto a paz à guerra. Sabe que "as mudanças bruscas ou violentas das estruturas seriam enganosas, ineficazes em si mesmas e não conformes à dignidade do povo, a qual reclama sejam as transformações necessárias realizadas a partir de dentro, isto é, mediante uma conveniente tomada de consciência, adequada preparação e efetiva participação de todos, que a ignorância e as condições de vida, às vezes infra-humanas, impedem hoje que seja assegurada" (Discurso de Paulo VI, em Bogotá, na celebração eucarística do Dia do Desenvolvimento, 23-8-68).

Se o cristão crê na fecundidade da paz para chegar à justiça, crê também que a justiça é condição imprescindível da paz. Não deixa de ver que a América Latina encontra-se, em muitas partes, numa situação de injustiça que pode chamar-se de violência institucionalizada, porque as estruturas atuais violam direitos fundamentais, situação que exige transformações globais, audazes, urgentes e profundamente renovadoras. Não nos deve, pois, causar estranheza que nasça na América Latina "a tentação da violência" (PP n.º 30). Não se há de abusar da paciência de um povo que suporta durante anos uma condição que dificilmente aceitaria quem tem uma maior consciência dos direitos humanos.

Diante de uma situação que atenta tão gravemente contra a dignidade do homem e portanto contra a paz, dirigimo nos, como pastores, a todos os membros do povo cristão para que assumam sua gra-

ve responsabilidade na promoção da paz na América Latina.

Quisérámos dirigir nosso chamado em primeiro lugar aos que têm maior participação na riqueza, na cultura ou no poder. Sabemos que existem na América Latina dirigentes que são sensíveis às necessidades e tratam de remediá-las. Estes mesmos reconhecem que os privilégios em seu conjunto, muitas vèzes, pressionam os governantes com todos os meios de que dispõem, impedindo as mudanças necessárias. Em algumas ocasiões esta resistência adota formas drásticas com destruição de vidas e bens.

Em vista disso dirigimos a eles um apêlo urgente a fim de que não se valham da posição pacífica da Igreja para opor-se, passiva ou ativamente, às transformações profundas que são necessárias. Se retiverem zelosamente seus privilégios e sobretudo os defenderem empregando meios violentos, tornam-se responsáveis diante da história, por provocar "as revoluções nascidas do desespero" (Discurso de Paulo VI em Bogotá, na celebração encáristica do Dia do Desenvolvimento, 23-8-68). De sua atitude depende, pois, em grande parte o futuro pacífico dos países da América Latina.

São também responsáveis pela injustiça todos os que não atuam em favor da justiça na medida dos meios de que dispõem, e permanecem passivos por temor aos sacrifícios e riscos pessoais que implica tóda ação audaz e verdadeiramente eficaz. A justiça, e por conseguinte a paz, conquista-se por uma ação dinâmica de conscientização e organização dos setores populares, capaz de urgir os po-

dêres públicos, muitas vèzes impotentes em seus projetos sociais, sem o apoio popular.

Dirigimo-nos finalmente àqueles que, diante da gravidade da injustiça e resistência ilegítimas às mudanças, põem sua esperança na violência. Com Paulo VI reconhecemos que sua atitude "encontra freqüentemente sua última motivação em nobres impulsos de justiça e solidariedade" (Discurso no Dia do Desenvolvimento, 23-8-1968). Não salamos aqui por puro verbalismo que não implica nenhuma responsabilidade pessoal e afasta das ações pacíficas e fecundas imediatamente realizáveis.

Se bem que seja verdade que a insurreição revolucionária pode ser legítima no caso de "tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa e prejudicasse o bem comum do país" (PP n.º 31) — provenha esta tirania de uma pessoa ou de estruturas evidentemente injustas — também é certo que a violência ou "revolução armada" geralmente "gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios e provoca novas ruínas: nunca se pode combater um mal real pelo preço de uma desgraça maior" (PP n.º 31).

Se considerarmos o conjunto das circunstâncias de nossos países e levarmos em conta a preferência do cristão pela paz, a enorme dificuldade da guerra civil, sua lógica de violência, os males atrozes que engendra, o risco de provocar a intervenção estrangeira — por mais ilegítima que seja — a dificuldade de construir um regime de justiça e de liberdade partindo de um processo de violência, ansiamos que o dinamismo do povo,

conscientizado e organizado, se ponha a serviço da justiça e da paz.

Fazemos nossas finalmente as palavras do Santo Padre, dirigidas aos sacerdotes e diáconos em Bogotá, referindo-se a todos os que sofrem: "seremos capazes de compreender suas angústias e transformá-las não em cólera e violência, mas sim em energia forte e pacífica para obras construtivas".

Conclusões pastorais

Diante das tensões que conspiram contra a paz, chegando inclusive a insinuar a tentação da violência, e frente à concepção cristã da paz que ficou descrita acima cremos que o Episcopado Latino-Americano não se pode eximir de responsabilidades bem concretas. Criar uma ordem social justa, sem a qual a paz é ilusória, é tarefa eminentemente cristã.

A nós, Pastores da Igreja, cabe educar as consciências, inspirar, estimular e ajudar a orientar todas as iniciativas que contribuam para a formação do homem. Cabe-nos também denunciar todo aquele que, ao ir contra a justiça, destrói a paz.

Neste espírito cremos ser oportuno dar as seguintes linhas pastorais:

1) Despertar nos homens e nos povos, principalmente através dos meios de comunicação social, viva consciência da justiça, infundindo-lhes sentido dinâmico de responsabilidade e solidariedade.

2) Defender, segundo o mandato evangélico, os direitos dos pobres e oprimidos, urgindo a nossos governos e classes dirigentes que eliminem tudo quanto destrua

a paz social: injustiça, inércia, venalidade, insensibilidade.

3) Denunciar enérgicamente os abusos e as injustas consequências das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, favorecendo a integração.

4) Fazer com que nossa pregação, catequese e liturgia tenham em conta a dimensão social e comunitária do cristianismo formando homens comprometidos na construção de um mundo de paz.

5) Procurar que em nossos colégios, seminários e universidades se forme um sadio sentido crítico da situação social e se fomente a vocação do serviço. Consideramos, igualmente, de notável eficácia as campanhas, em nível diocesano e nacional, que mobilizem todos os fiéis e organismos, levando-os a uma reflexão similar.

6) Convidar também as diversas confissões e comunidades cristãs e não-cristãs a colaborarem nesta fundamental tarefa destes tempos.

7) Alentar e favorecer todos os esforços do povo para criar e desenvolver suas próprias organizações de base, visando a reivindicação e consolidação de seus direitos na busca da verdadeira justiça.

8) Pedir o aperfeiçoamento da administração judicial cujas deficiências frequentemente ocasionam sérios males.

9) Urgir para que em muitos de nossos países se detenha e reveja a atual política armamentista, que constitui, às vezes, uma carga excessivamente desproporcionada com as legítimas exigências do bem comum em detrimento de imperiosas necessidades sociais. A

luta contra a miséria é a verdadeira guerra que devem enfrentar nossas nações.

10) Convidar os Bispos, os responsáveis pelas diversas Conferências Religiosas e os homens de boa vontade das nações desenvolvidas para que promovam, em suas respectivas esferas de influências, especialmente entre os dirigentes políticos e económicos, uma consciência de maior solidariedade para com as nossas nações subdesenvolvidas, fazendo-as reconhecer, entre outras coisas, preços justos a nossas matérias-primas.

11) Por ocasião do 20.º aniversário da solene Declaração dos Direitos Humanos, interessar as

Universidades da América Latina a realizarem pesquisas para verificar o estado de sua aplicação em nossos países.

12) Ante a ação injusta que, em plano mundial, intentam as nações poderosas contra a autodeterminação dos povos fracos, que têm se sofrer os efeitos sangrentos da guerra e da invasão, denunciar o fato pedindo aos organismos internacionais competentes decididas e eficazes medidas.

13) Alentar e elogiar as iniciativas e trabalhos de todos aqueles que nos diversos campos da ação contribuem para a criação de uma ordem nova que assegure a paz no seio de nossos povos.

FAMÍLIA E DEMOGRAFIA *

NA tomada de consciência de si mesma, enquanto inserida na realidade latino-americana, a Igreja não pode dispensar-se de refletir sobre a realidade da família.

Várias razões dificultam essa reflexão. Já porque a idéia de família se encarna em realidades sociológicas sumamente diversas. Já porque a família sofreu, talvez mais do que outras instituições, o impacto das mudanças e transformações sociais. E também porque, na América Latina, a família sofre de modo bem grave as consequências dos "círculos viciosos" do subdesenvolvimento: más condições de vida e cultura, baixo nível de salubridade, baixo poder aquisitivo, etc. Nem sempre podemos captar adequadamente essas transformações.

1. A família em mudança na América Latina

1. A família na América Latina, como em outras partes do mundo, sofre a influência de quatro fenômenos sociais fundamentais:

a) Passagem de uma sociedade rural a uma sociedade urbana, o que conduz a uma família de tipo nôvo, de maior intimidade e maior dependência de outras microsociedades do que a do tipo patriarcal.

b) O processo de desenvolvimento traz consigo abundantes riquezas para algumas famílias, insegurança para outras, e marginalidade social para as restantes.

c) O rápido crescimento demográfico que, embora não deva ser tomado como a única variável demográfica e, muito menos, como

* Documento Final da Comissão n.º 2.

a causa de todos os males na América Latina, engendra vários problemas tanto de ordem sócio-econômica como de ordem ético-religiosa.

d) O processo de socialização, que tira da família alguns aspectos de sua importância social e suas zonas de influência, mas que deixa intactos seus valores essenciais e sua condição de instituição básica da sociedade global.

2. Esses fenômenos produzem na família concreta da América Latina algumas repercussões que se traduzem em problemas de certa gravidade. Na impossibilidade de catalogar a todos, apontamos os que parecem ter maior transcendência, maior incidência ou maior ressonância sócio-pastoral.

a) Baixíssimo índice de nupcialidade. A América Latina conta com índices de nupcialidade baixíssimos em relação à sua população. Isso indica alta porcentagem de uniões ilegais, aleatórias e quase sem estabilidade, com tôdas as conseqüências daí decorrentes.

b) A alta porcentagem de nascimentos ilegítimos e de uniões ocasionais é fator que pesa fortemente na explosão demográfica.

c) Crescente e alto índice de desagregação familiar, seja pelo divórcio tão facilmente aceito e legalizado em não poucas partes, seja pelo abandono do lar (quase sempre da parte do pai), seja pelas desordens sexuais nascidas de uma falsa noção de masculinidade.

d) Acentuação do hedonismo e do erotismo como resultante da asfíxiante propapanda propiciada pela civilização de consumo.

e) Desproporção entre os salários e as condições reais da família.

f) Sérios problemas de moradia por causa de insuficiente e deleituosa política a respeito desse problema.

g) Má distribuição dos bens de consumo e civilização, tais como alimento, vestuário, trabalho, meios de comunicação, descanso e diversões, cultura, etc.

h) Impossibilidade material e moral para muitos jovens de construir dignamente uma família, o que provoca o surgimento de muitas células familiares deterioradas.

Nosso dever pastoral nos obriga a fazer um premente apêlo aos governantes e a todos os que têm responsabilidade nesse assunto, para que dêem à família o lugar que lhe corresponde na construção de uma cidade temporal digna do homem, e a ajudem a superar os graves males que a afligem e que podem impedir sua plena realização.

2. Papel da família na América Latina

“A força e o vigor da instituição matrimonial e familiar se evidenciam igualmente: as profundas mudanças sociais contemporâneas, não obstante as dificuldades a que dão origem, manifestam muitas vezes, de várias maneiras, a verdadeira índole dessa instituição” (*Gaudium et Spes*, 47).

É portanto necessário levar em conta os valores fundamentais que a doutrina da Igreja assinala à família cristã, para que a ação pastoral leve as famílias latino-americanas a conservar ou adquirir esses valores que a capacitam a cumprir sua missão.

Entre eles, dentro da linha de reflexão dessa Conferência, queremos destacar três especialmente:

a família formadora de pessoas, educadora na fé, promotora do desenvolvimento.

1. Formadora de pessoas

“A família recebeu de Deus a missão de constituir a célula primária e vital da sociedade” (*Apostolicam Actuositatem*, 11).

“É pois, dever dos pais criar um ambiente de família animado pelo amor, pela piedade para com Deus e para com os homens, que favoreça a educação integral pessoal e social dos filhos”.

“Continua impor-se a cada homem o dever de salvar a integridade de sua personalidade, no qual sobressaem os valores de sua inteligência, vontade, consciência e fraternidade... Como que mãe e alimentadora desta educação acha-se em primeiro lugar a família” (*Gaudium et Spes*, 61).

Essa doutrina do Concílio Vaticano Segundo nos faz ver a urgência de a família cumprir sua tarefa de formar personalidades integrais, e para tanto conta com muitos elementos. A presença e a influência dos modelos distintos e complementares do pai e da mãe (masculino e feminino), o vínculo do mútuo afeto, o clima de confiança, intimidade, respeito e liberdade, o quadro de vida social com uma jerarquia natural mas matizada pelo clima de afeto, confiança, intimidade, respeito e liberdade, tudo converge para que a família se torne capaz de plasmar personalidades fortes e equilibradas para a sociedade.

2. Educadora na fé

“Os cônjuges cristãos constituem um para o outro, para os

filhos e demais familiares, cooperadores da graça e testemunhas da fé. Para os filhos são eles os primeiros anunciadores e educadores da fé” (*Apostolicam Actuositatem*, 11) e impregnam “a prole amorosamente recebida de Deus com as doutrinas cristãs e as virtudes evangélicas” (*Lumen Gentium*, 41), e realizam essa missão “mediante a palavra e o exemplo” (*Lumen Gentium*, 11), de tal maneira que “graças aos pais, que procederão com o exemplo e a oração em família, os filhos e os demais que vivem no círculo familiar encontrarão mais facilmente o caminho do sentido humano, da salvação e da santidade”.

Sabemos que muitas famílias na América Latina foram incapazes de ser educadoras na fé, ou por não estarem bem constituídas ou por estarem desintegradas; outras ainda porque deram essa educação em termos de mero tradicionalismo, por vêzes até com aspectos míticos e supersticiosos. Por isso sentimos a necessidade de dotar a família atual de elementos que lhe restituam a capacidade evangelizadora de acordo com a doutrina da Igreja.

3. Promotora do desenvolvimento

“A família é a primeira escola de virtudes sociais de que precisam todas as sociedades... Ai é que (os filhos) fazem a primeira experiência de uma sociedade humana sadia... Pela família eles são gradualmente introduzidos no consórcio civil dos homens e no Povo de Deus” (*Gravissimum Educationis*, 3).

Ademais, “a família é a escola do mais rico humanismo” (*Gau-*

dium et Spes, 52) e “o humanismo completo é o desenvolvimento integral” (*Populorum Progressio*, 16), e, pôsto que “a família, na qual convivem várias gerações que se ajudam mutuamente em adquirir maior sabedoria e em harmonizar os direitos pessoais com as outras exigências pessoais, constitui o fundamento da sociedade” (*Gaudium et Spes*, 52), “nela os filhos, cuidados com amor, aprendem mais facilmente a hierarquia dos valores enquanto formas aprovadas de cultura humana são por assim dizer naturalmente comunicadas ao espírito do adolescente em crescimento” (*Gaudium et Spes*, 61).

“É dever dos pais na família disporem os filhos, desde a meninice, a conhecerem o amor de Deus para com os homens todos; ensinar-lhes pouco a pouco, sobretudo pelo exemplo, a solicitude pelas necessidades materiais e espirituais do próximo” (*Apostolicam Actuositatem*, 30), e assim a família cumprirá sua missão e promoverá a justiça e demais boas obras a serviço de todos os irmãos que padecem necessidade (cf. *Apostolicam Actuositatem*, 11). Por isso “o bem-estar da pessoa e da sociedade humana está estritamente ligado a uma favorável situação da comunidade conjugal e familiar” (*Gaudium et Spes*, 47), pois ela é um fator importantíssimo no desenvolvimento.

“Por isso todos aqueles que exercem influência nas comunidades e nos grupos sociais devem trabalhar eficazmente para a promoção do matrimônio e da família” (*Gaudium et Spes*, 52).

3. Problemas de demografia na América Latina

A questão demográfica em nosso Continente se reveste de uma complexidade e delicadeza peculiares. É certo que existe, falando de uma maneira geral, um rápido crescimento da população, devido menos aos nascimentos que ao baixo, embora não satisfatório, índice de mortalidade infantil, ao mesmo tempo que ao crescente índice de longevidade. É certo também, por outro lado, que nossos países sofrem de subpopulação e precisam de aumento demográfico até mesmo como fator de desenvolvimento. Também é certo que as condições sócio-econômico-culturais excessivamente baixas se mostram adversas a um crescimento demográfico pronunciado.

Como pastores, sensíveis aos problemas de nossa gente, fazendo nossas suas dores e angústias, julgamos necessário enunciar os seguintes pontos sobre essa matéria:

1. Todo o enfoque unilateral, assim como toda a solução simplista, desses problemas são incompletos e portanto errados. Aparece como particularmente danosa a adoção de uma política demográfica anti-natalista que tende a supplantar, substituir ou levar ao esquecimento uma política de desenvolvimento, mais exigente, mas que é a única aceitável. “Trata-se, com efeito, não de suprimir os comensais, mas de multiplicar o pão” (Paulo VI).

2. Nesse sentido a Encíclica *Humanae Vitae*, com o caráter social que nela ocupa um lugar proeminente e que a coloca ao lado da *Populorum Progressio*, tem para

nosso Continente uma importância especial. Pois diante de nossos problemas e aspirações a *Humanae Vitae*:

a) Acentua a necessidade imperiosa de ir ao encontro do desafio demográfico com uma resposta integral e enfocada no desenvolvimento.

b) Denuncia toda a política fundada num controle dos nascimentos indiscriminados, isto é, controle a qualquer preço e de qualquer maneira, sobretudo quando se torna condição de ajudas econômicas.

c) Ergue-se como defensora de valores inalienáveis como: o respeito à pessoa humana, especialmente dos pobres e dos marginalizados, o valor da vida, o amor conjugal.

d) Contém um convite e um estímulo para a formação integral das pessoas mediante uma auto-educação dos casais, cujos elementos são: o autodomínio, o afastamento de soluções fáceis mas perigosas por serem alienantes e deformadoras, a fé como animadora da existência e um humanismo novo libertado do erotismo da civilização burguesa, etc.

3. A aplicação da Encíclica na ética conjugal, como o próprio Papa o reconhece, "aparecerá aos olhos de muitos difícil e até impossível na prática" (n.º 20). Conscientes dessas dificuldades, e sentindo na alma os questionamentos e angústias de todos os nossos filhos, e empenhados em oferecer nosso apoio indistintamente a todos, mas de modo particular àqueles que ouvem a palavra do Papa e procuram viver o ideal que ela propõe, indicamos os seguintes pontos:

a) O ensino do Magistério na Encíclica sobre a exclusão dos meios artificiais para tornar voluntariamente infecundo o ato conjugal é claro e inequívoco (*Humanae Vitae*).

b) Porém o próprio Santo Padre reafirmou, ao inaugurar essa Conferência: "Esta norma não constitui uma cega carreira para a superpopulação; nem diminui a responsabilidade e a liberdade dos cônjuges, a quem não se proíbe uma honesta e razoável limitação da natalidade, nem impede os meios terapêuticos legítimos nem o progresso das investigações científicas (Discurso ao inaugurar a II Conferência Episcopal Latino-Americana).

c) A vida sacramental, sobretudo, como caminho para uma progressiva maturação humana e cristã do matrimônio, é um direito e, ainda mais, um dever, e cabe a nós pastores facilitar esse caminho aos casais cristãos.

d) A ajuda mútua que os casais se proporcionam ao reunir-se, ajudados por peritos em ciências humanas e por sacerdotes imbuidos do espírito pastoral, pode ser de grande valia para os que, apesar das dificuldades, procuram alcançar o ideal proposto.

e) Formulamos o propósito e procuraremos cumpri-lo de não só prestar "nosso serviço às almas postas nessas grandes dificuldades... com o coração do Bom Pastor" (*Humanae Vitae* e Discurso de abertura da II Conf.), mas também, e de modo especial, hipotecar nossa solidariedade aos casais que sofrem, por meio do exemplo de nossa própria abnegação pessoal e coletiva, na pobreza real, no celibato assumido com

sinceridade e vivido com seriedade e alegria, na paciência e na dedicação aos homens, na obediência à Palavra de Deus e, sobretudo, na caridade e elevada até ao heroísmo.

4. *RECOMENDAÇÕES PARA UMA PASTORAL FAMILIAR*

Por vários fatores históricos, étnicos, sociológicos, e até caracterológicos, a instituição familiar sempre tem na América Latina uma importância global muito grande.

É certo que parte dessa importância se perde nas grandes cidades. Nas áreas rurais, que formam ainda a maior parte do Continente, apesar de todas as mudanças externas, a família continua a desempenhar um papel primordial tanto no campo social, quanto no cultural, no ético e no religioso.

Por isso tudo, e também por sua condição de formadora de pessoas, educadora na fé e promotora do desenvolvimento, e para sanar as carências de que ela padece e que têm graves repercussões, julgamos necessário dar à pastoral familiar uma prioridade na planificação da pastoral de conjunto, sugerimos que essa pastoral seja planejada em diálogo com os casais que, por sua experiência humana e os carismas próprios do Sacramento do Matrimônio, podem ajudar eficazmente em sua elaboração.

Essa pastoral familiar deve ter, entre outras, as seguintes metas e orientações fundamentais:

1. Procurar desde a adolescência uma sólida educação para o

amor, que integre e ao mesmo tempo sobrepassa a simples educação sexual inculcando nos jovens de ambos os sexos a sensibilidade e a consciência dos valores essenciais: amor, respeito, dom de si, etc.

2. Difundir a idéia e facilitar na prática uma preparação ao Matrimônio acessível a todos os que vão casar; preparação que seja tão integral quanto possível: física, sociológica, jurídica, moral e espiritual.

3. Elaborar e difundir uma espiritualidade matrimonial baseada ao mesmo tempo numa visão clara do leigo no mundo e na Igreja, e numa teologia do Matrimônio como Sacramento.

4. Inculcar nos jovens em geral e, sobretudo nos casais jovens, a consciência e a convicção de uma paternidade realmente responsável (noção esta de primeira importância neste Continente tão marcado pela praga dos nascimentos ilegítimos).

5. Despertar nos esposos a necessidade do diálogo conjugal que os leve a uma profunda unidade e a um espírito de responsabilidade e colaboração.

6. Facilitar o diálogo entre pais e filhos que ajude a superar no seio da família o conflito das gerações e faça do lar "um lugar onde se realize o encontro das gerações" (*Gaudium et Spes*).

7. Fazer que a Família seja verdadeiramente "igreja doméstica": comunidade de fé, de oração, de amor, de ação evangelizadora, escola de catequese, etc.

8. Levar todas as famílias a uma generosa abertura para as outras famílias, inclusive de confissões cristãs diferentes; e sobre-

tudo para as famílias marginalizadas ou em processo de desintegração; abertura para a sociedade, para o mundo e para a vida da Igreja.

Queremos, por fim, estimular aqueles casais que se esforçam por viver a santidade conjugal e realizam o apostolado familiar, bem como aqueles que "de comum e prudente acôrdo, acolhem, com alma grande, uma prole mais numerosa para ser convenientemen-

te educada" (*Gaudium et Spes*, n. 50).

Bem planejada e bem executada, mediante os movimentos familiares tão meritórios, ou mediante outras formas, a Pastoral Familiar contribuirá certamente para fazer de nossas famílias uma força viva (e não um peso morto) a serviço da construção da Igreja, do desenvolvimento e das transformações necessárias de nosso Continente.

EDUCAÇÃO *

Introdução

ESTA Conferência do Episcopado Latino-Americano, que se propôs entrosar a Igreja no processo de transformação dos povos latino-americanos, fixa muito especialmente sua atenção na educação, como um fator básico e decisivo no desenvolvimento do Continente.

I. Características da educação na América Latina

Deve-se reconhecer, antes de tudo, que se têm feito esforços consideráveis em quase todos os nossos países para estender a educação em seus diversos níveis, e são grandes os méritos que nesse esforço cabem, tanto aos governos como à Igreja e aos demais setores responsáveis pela educação. Contudo, o panorama geral da educação apresenta-se à nossa vista com características, ao mesmo tempo, de drama e de desafio. Dizendo isto, anima-nos, não um espírito pessimista, mas um desejo de superação.

Considerando a urgência do desenvolvimento integral do homem e de todos os homens na grande comunidade latino-americana, os esforços educativos sofrem sérias deficiências e inadequações.

Existe, em primeiro lugar, o vasto setor dos homens marginalizados da cultura, os analfabetos, e especialmente os analfabetos indígenas, privados por vêzes até do benefício elementar da comunicação por meio de uma língua comum. Sua ignorância é uma escravidão desumana. Sua libertação, uma responsabilidade de todos os homens latino-americanos. Devem ser libertados de seus preconceitos e superstições, de seus complexos e inibições, de seus fanatismos, de sua tendência fatalista, de sua incompreensão temerosa do mundo em que vivem, de sua desconfiança e de sua passividade. A tarefa da educação destes nossos irmãos não consiste propriamente em incorporá-los às estruturas culturais que existem em torno deles, e que podem ser

* Documento Final da Comissão n.º 3.

também opressoras, mas em algo muito mais profundo. Consiste em capacitá-los para que, êles mesmos, como autores de seu próprio progresso, desenvolvam, de maneira criativa e original, um mundo cultural conforme a sua própria riqueza e que seja fruto de seus próprios esforços, e especialmente no caso dos indígenas, devem-se respeitar os valores próprios de sua cultura.

A educação formal ou sistemática estende-se cada vez mais às crianças e jovens latino-americanos, ainda que grande número dêles permaneça fora dos sistemas escolares. Qualitativamente, e tendo em vista o futuro, está longe de ser o que exige nosso desenvolvimento. Sem esquecer as diferenças que existem relativamente aos sistemas educativos entre os diversos países do continente, parece-nos que o conteúdo pragmático é, em geral, demasiado abstrato e formalista. Os métodos didáticos estão mais preocupados com a transmissão dos conhecimentos do que com a criação de espírito crítico. Sob o ponto de vista social, os sistemas educativos estão orientados à manutenção das estruturas sociais e econômicas reinantes, mais que à sua transformação. É uma educação uniforme, quando a comunidade latino-americana já despertou para a riqueza de seu pluralismo humano; é passiva, quando já soua a hora para nossos povos de descobrirem seu próprio ser, cheio de originalidade; e está orientada a sustentar uma economia baseada na ânsia de "ter mais", quando a juventude latino-americana exige "ser mais", na posse de sua auto-realização no serviço e no amor.

De modo especial, a formação profissional de nível médio e superior sacrifica com freqüência a profundidade humana nas aras do pragmatismo e do imediatismo, para ajustar-se às exigências dos mercados de trabalho. Este tipo de educação é responsável por colocar os homens a serviço da economia, e não esta a serviço do homem.

Atualmente, surge também uma preocupação pela educação não sistemática, de crescente importância: meios de comunicação social, movimentos juvenis, e quanto contribua à criação de certa cultura popular e ao aumento de um desejo de mutação.

A democratização da educação é um ideal que está, porém, longe de ser conseguido em todos os níveis, sobretudo no universitário. Já que nossas universidades não levaram suficientemente em conta as particularidades latino-americanas, transpondo com freqüência esquemas de países desenvolvidos, não deram suficientemente resposta aos problemas próprios de nosso continente. A Universidade permaneceu muitas vezes com cursos tradicionais, quase sem currículos de duração intermédia, aptos à nossa situação sócio-econômica. Não permaneceu sempre e em todo lugar devidamente aberta à investigação, nem ao diálogo interdisciplinar, indispensável ao progresso da cultura e ao desenvolvimento integral da sociedade.

Particularmente no que se refere à universidade católica, notamos uma insuficiência na instauração do diálogo entre a Teologia e as diversas divisões do conhecimento, que respicte a devida autonomia das ciências e traga a luz

do Evangelho para a convergência dos valores humanos em Cristo.

A educação latino-americana, em uma palavra, é chamada a dar uma resposta ao desafio do presente e do futuro para o nosso continente. Só assim será capaz de libertar nossos homens das servidões culturais, sociais, econômicas e políticas que se opõem ao nosso desenvolvimento. Quando falamos assim, não perdemos de vista a dimensão sobrenatural que se inscreve no mesmo desenvolvimento, e que condiciona a plenitude da vida cristã.

II. Sentido humanista e cristão da educação

1.º) A educação libertadora como resposta a nossas necessidades

Nossa reflexão sobre este panorama conduz-nos a propor uma visão da educação mais conforme com o desenvolvimento integral que propugnamos para nosso continente; chamá-la-íamos "educação libertadora", isto é, que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. A educação é efetivamente o meio-chave para libertar os povos de toda escravidão e para fazê-los subir "de condições de vida menos humanas a condições mais humanas" (*Populorum Progressio*), levando em conta que o homem é o responsável e "o artífice principal de seu êxito ou de seu fracasso" (PP n. 15).

Para isto, a educação em todos os seus níveis deve chegar a ser *criadora*, enquanto deve antecipar o novo tipo de sociedade que bus-

camos na América Latina; deve basear seus esforços na personalização das novas gerações, aprofundando a consciência de sua dignidade humana, favorecendo sua livre autodeterminação e promovendo seu senso comunitário.

Deve ser *aberta ao diálogo*, para enriquecer-se com os valores que a juventude percebe e descobre como válidos para o futuro e assim promover a compreensão dos jovens entre si e com os adultos. Isto permitirá aos jovens recolher "o melhor do exemplo e dos ensinamentos de seus pais e mestres e formar a sociedade de amanhã" (Mensagem do Concílio aos jovens). Além disso, deve a educação afirmar, com sincero aprêgo, as *particularidades locais e nacionais* e integrá-las na unidade pluralista do Continente e do mundo. Deve finalmente capacitar as novas gerações para a transformação *permanente e orgânica* que o desenvolvimento supõe.

Éis a educação libertadora necessária à América Latina para redimir-se das escravidões injustas e acima de tudo, do seu próprio egoísmo. Éis a educação que nosso desenvolvimento integral exige.

2.º) A educação libertadora e a missão da Igreja

Como toda libertação é já uma antecipação da plena redenção de Cristo, a Igreja da América Latina sente-se particularmente solidária com todo esforço educativo que venha libertar nossos povos. "O Espírito do Senhor está sobre mim, por isso me enviou para evangelizar os pobres" (Isaias).

Cristo pascal, "imagem do Deus invisível", é a meta que o desígnio de Deus estabeleceu ao desenvolvimento do homem, para que "alcancemos todos a medida da idade madura da plenitude de Cristo" (Ef 4,13).

Por isso, todo "crescimento em humanidade" (*Populorum Progressio*) capacita-nos a "reproduzir a imagem do Filho, para que **Este seja o primogênito entre muitos irmãos**" (Rom 8,29).

A Igreja, no que se refere à sua missão específica, recomendada por seu divino Fundador, deve promover e fomentar a educação cristã — a que todos os batizados têm direito, para que atinjam a maturidade de sua fé. Enquanto serve de todos os homens, a Igreja procura por seus membros, especialmente pelos leigos, colaborar nas tarefas de promoção cultural humana em todas as formas que interessam à sociedade. No exercício deste direito e serviço, junto com os demais setores responsáveis, a obra educacional da Igreja não deve ser obstaculizada por discriminações de espécie alguma.

Éis a visão alentadora que sobre a educação da América Latina a Igreja hoje apresenta. Ela, isto é, todos os cristãos, empregarão seus esforços com humildade, desinteresse e desejo de servir, na tarefa de criar a nova educação que nossos povos exigem, neste despertar de um novo mundo.

III. Orientações pastorais

1) Linhas gerais

A Conferência Episcopal Latino-Americana recomenda os seguintes critérios e orientações.

1.1 Reconhecendo a transcendência da educação sistemática para a promoção do homem, em escolas ou colégios, convém não identificar a educação com qualquer dos instrumentos concretos. Dentro do conceito educacional moderno, esta transcendência é enorme, pois a educação é a maior garantia de desenvolvimento nas pessoas e de progresso social; já que conduzida retamente, não só prepara os autores do desenvolvimento, mas também é a melhor dispensadora dos seus frutos, que são as conquistas culturais da humanidade, constituindo-se no elemento mais proveitoso da nação.

Este conceito ultrapassa o mero institucionalismo dos centros docentes e projeta sua dinâmica apostólica para outros setores que exigem urgentemente a presença e o compromisso da Igreja.

1.2 Por isto, a Conferência Episcopal faz um apêlo aos responsáveis pela educação, para que dêem oportunidades educativas a todos os homens em vista da posse sempre maior de seu próprio talento e de sua própria personalidade, a fim de que, por ela, atinjam por si mesmos, sua integração na sociedade, com plenitude de participação social, econômica, cultural, política e religiosa.

Por conseguinte, exorta os educadores ao cumprimento de seus deveres e à guarda de seus direitos. A Igreja, por sua vez, por sua missão de serviço, compromete-se a empregar todos os recursos que estiverem a seu alcance.

1.3 Em primeiro lugar, dirige-se aos *pais de família*, "os primeiros e principais educadores". Não podem permanecer margina-

lizados do processo educativo. É urgente ajudá-los a tomarem consciência de seus deveres e direitos e facilitar-lhes a participação direta nas atividades, bem como na organização dos centros docentes, através das Associações de Pais de família, que devem ser criadas ou fomentadas onde já existem, ao nível local, nacional e internacional.

1.4 Quanto ao que se refere aos *educandos*, insiste em que se leve em consideração sua problemática. A juventude pode ser ouvida no que se relaciona com a sua formação. É preciso não esquecer que o aluno tende ao seu auto-aperfeiçoamento e por isso se lhe devem apresentar os valores, para que, diante deles tome uma atitude de aceitação pessoal. A auto-educação, que deve ser sãbiamente ordenada, é um requisito indispensável para se conseguir verdadeira comunidade de educandos.

1.5 Quanto aos *educadores*, deve-se, antes de tudo, valorizar sua missão decisiva na transformação da sociedade e chegar a uma decisão consciente e firme na preparação, seleção e promoção do professorado.

A seleção e promoção deverão insistir fundamentalmente nos dotes humanos de personalidade e atitude de serviço em constante evolução; e para a preparação deve a Igreja Latino-Americana apoiar os instrumentos de formação do corpo docente, confessional ou não.

Além disso, deve a Igreja trabalhar para que êle seja convenientemente assistido por todos os serviços sociais e colaborar com êle em suas justas reivindicações.

1.6 Dentro da comunidade educacional ocupam hoje lugar de projeção os *grupos juvenis*, que vencem à distância crescente entre o mundo adulto e o mundo dos jovens. Por isso, a Conferência Episcopal recomenda a formação de movimentos juvenis que realizem tôda espécie de atividades, de acôrdo com seus próprios interesses e com suficiente, gradativa e cada vez mais ampla direção dos próprios jovens. Além disso, aos dotados de apropriadas qualidades humanas, sejam dadas oportunidades para que se formem como líderes.

1.7 A Igreja toma consciência da grande importância da Educação de Base. Em atenção ao grande número de analfabetos e marginalizados na América Latina, a Igreja, sem poupar qualquer sacrifício, se empenhará na Educação de Base, que deseja não apenas alfabetizar, mas capacitar o homem para convertê-lo em agente consciente do seu desenvolvimento integral.

2) *Relativamente à escola*

2.1 Através da história, a Igreja, serva da humanidade, preocupou-se com a educação do homem, não só catequética, mas integral. A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano reafirma esta atitude de serviço e prosseguirá preocupando-se por meio de seus Institutos Educacionais, aos quais reconhece plena validade, em continuar esta tarefa adaptada às mutações históricas. Por isso mesmo incentiva aos educadores católicos e congre-

gações docentes a prosseguirem, incansavelmente, em sua abnegada função apostólica e exorta à sua renovação e atualização, dentro da linha proposta pelo Concílio e por esta Conferência.

2.2 Por conseguinte, recomenda a obtenção dos títulos correspondentes ao exercício de sua profissão educadora.

2.3 Procure-se aplicar a recomendação do Concílio refere-se a uma efetiva democratização da escola católica, de tal maneira que todos os setores sociais, sem qualquer discriminação, tenham acesso a ela e adquiram na mesma uma autêntica consciência social que informe sua vida.

2.4 A escola católica deverá:

a) Ser a verdadeira comunidade, formada por todos os elementos que a integram;

b) Integrar-se na comunidade local e estar aberta à comunidade nacional e latino-americana;

c) Ser dinâmica, viva e em contínua experimentação franca e leal;

d) Estar aberta ao diálogo ecumênico;

e) Partir da escola para chegar à comunidade, transformando a mesma escola em centro cultural, social e espiritual da comunidade; partir dos filhos para chegar aos pais e à família; partir da educação escolar, para chegar aos demais ambientes educacionais.

2.5 Com o fim de se conseguir uma escola católica, aberta e democrática, esta Conferência Episcopal apoia o direito que pais e

alunos têm de escolher sua própria escola e de obter os meios econômicos necessários dentro das exigências do bem comum.

3) *Relativamente à Universidade Católica*

A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano lembra às Universidades Católicas:

3.1 Que devem ser, antes de tudo, *universidades*, isto é, órgãos superiores, em que a investigação e a procura da verdade sejam um trabalho comum entre professores e alunos e assim se crie a cultura em suas diversas manifestações.

3.2 Para atingir este fim, as Universidades Católicas devem estabelecer o diálogo entre as disciplinas humanas e o conhecimento teológico em íntima comunhão com as mais profundas exigências do homem e da sociedade.

Para isto, o ensino teológico deve estar em todos os setores da universidade em harmoniosa integração. Para este fim, procurarão ter sua própria faculdade de teologia, ou pelo menos, um instituto superior de formação teológica (cf. *Gravissimum Educationis*, n. 16).

3.3 De acordo com o Concílio Vaticano II e a *Populorum Progressio*, as Universidades Católicas devem esforçar-se por integrar ativamente seus professores, alunos e graduados na comunidade universitária, suscitando sua respectiva responsabilidade e participação na vida e trabalho universitário, na medida em que as circunstâncias concretas o aconselharem.

3.4 A Universidade deve estar integrada na vida nacional e responder com o espírito criador e coragem às exigências do próprio país. Deverá auscultar as necessidades reais para a criação de sua faculdade e institutos e para estabelecer as carreiras intermediárias de capacitação técnica, em vista do desenvolvimento da comunidade, da nação e do continente.

3.5 Para a constante renovação das tarefas universitárias, é importante promover uma permanente avaliação dos métodos e estruturas de nossas universidades.

4) Relativamente ao planejamento

4.1 Dada a complexidade atual dos problemas educacionais nos países latino-americanos, não se pode conceber a pastoral educacional como uma série de atividades e normas desconexas, mas como resultado de um verdadeiro planejamento, continuamente renovado, composto dos seguintes elementos:

- a) reconhecimento das urgências na pastoral de conjunto;
- b) elaboração das metas educacionais, fixando as prioridades;
- c) censo e ordenação dos recursos humanos disponíveis;
- d) censo dos instrumentos e meios institucionais, financeiros e outros;
- e) elaboração das etapas do plano.

4.2 Nos assuntos de pastoral educacional é conveniente que se procure gradativamente, dentro do respeito a pessoas e grupos, uma adequada articulação entre os organismos episcopais de educação e os organismos correspondentes das

Conferências de Religiosos e das Federações de Colégios Católicos.

4.3 Compete aos cristãos estar presentes em tôdas as possíveis iniciativas do campo da educação e da cultura e informá-las, para que a todos chegue o plano divino da salvação.

4.4 Para atender a grande número de alunos das Universidades e escolas não católicas, será necessário organizar equipes de sacerdotes, de religiosos ou de leigos educadores, responsáveis pelas tarefas apostólicas dessas instituições.

4.5 A atitude da Igreja no campo da educação não pode ser a de contrapor a escola confessional à não-confessional, a escola particular à oficial, mas a de colaboração aberta e franca entre escola e escola, universidade e universidade, entre as escolas e as iniciativas extra-escolares de formação e de educação, entre os planos de educação da Igreja e os do Estado; "colaboração essa exigida em benefício da comunidade universal dos homens" (GE n. 12). Esta coordenação não só não constitui perigo para o caráter confessional das escolas católicas, mas antes é um dever pós-conciliar das mesmas, segundo o novo conceito de presença da Igreja no mundo de hoje.

4.6 A Igreja deve procurar, em primeiro lugar, melhorar as universidades católicas existentes, antes que promover a criação de novas instituições.

4.7 Procure-se ainda uma ordenação efetiva entre instituições educacionais da Igreja e os organismos nacionais e internacionais interessados na educação.

JUVENTUDE *

1) Situação da juventude

A JUVENTUDE, tema "digno do máximo interesse e de grandíssima atualidade" (Paulo VI, Discurso de Abertura da II Conferência do Episcopado Latino-Americano), constitui hoje não só o grupo mais numeroso da sociedade latino-americana, mas também uma grande força nova de pressão.

Apresenta-se ela, em grande parte do Continente, como um novo corpo social (com perigo de detrimento na relação com os demais corpos sociais), portador de suas próprias idéias e valores e de seu próprio dinamismo interno. Busca participar ativamente, assumindo novas responsabilidades e funções dentro da comunidade latino-americana.

Freqüentemente a impossibilidade de participar da vida da sociedade provoca nela uma certa marginalidade forçada.

1.2 A juventude vive uma época de crise e de mudanças que são causa de conflitos entre as diversas gerações (cf. *Populorum Progressio*, 10). Conflitos que estão exigindo um sincero esforço de compreensão e de diálogo, tanto da parte dos jovens quanto dos adultos. Trata-se de uma crise que atinge tudo e, ao mesmo tempo que produz um efeito purificante, traz também, não raro, a negação de grandes valores.

1.3 Enquanto um setor da juventude aceita passivamente as formas burguesas da sociedade (deixando-se levar, por vezes, pelo in-

diferentismo religioso), outro setor recusa com marcado radicalismo o mundo que seus antepassados plasmaram por considerar tal estilo de vida falta de autenticidade. Recusa igualmente uma sociedade de consumo que massifica e desumaniza o homem. Essa insatisfação cresce de momento a momento.

A juventude, particularmente sensível aos problemas sociais, reclama as mudanças profundas e rápidas que garantam uma sociedade mais justa; constantemente está tentada a expressar essa exigência por meio da violência (ibid. 30). É um fato palpável que o excessivo idealismo dos jovens os expõe facilmente à ação de grupos de diversas tendências extremistas.

Nota: A Comissão analisou em forma sumária a atual situação da juventude no Continente latino-americano. Não considerou o setor universitário, pois sobre ele foi feito estudo especial na Comissão Pastoral das Elites.

1.4 Os jovens são mais sensíveis que os adultos aos valores positivos do processo de secularização. Esforçaram-se por construir um mundo mais comunitário que, talvez, vislumbram com mais clareza que os antepassados. Estão mais abertos a uma sociedade pluralista e a uma dimensão universal da fraternidade.

Sua atitude religiosa se caracteriza por recusarem uma imagem desfigurada de Deus, que, às vezes, lhes foi inculcada, e por bus-

* Documento Final da Comissão n.º 4.

carem autênticos valores evangélicos.

1.5 Frequentemente os jovens identificam a Igreja com os bispos e sacerdotes. Por não os termos chamado a uma plena participação da comunidade eclesial, não se consideram pessoalmente Igreja. A linguagem ordinária de transmissão da Palavra (pregação, escritos pastorais, etc.) lhes é muitas vezes estranha e por isso não tem nenhuma repercussão em suas vidas.

Eles esperam que os pastores não só divulguem princípios doutrinários, mas também os corroborem com atitudes e realizações concretas. Dá-se o caso de jovens que condicionam a aceitação de seus pastores à coerência de suas atividades com a dimensão social do Evangelho: ("... O mundo, diz Paulo VI, observa-nos hoje de modo particular em relação à pobreza e à simplicidade de vida...") (Discurso de abertura da II Conferência do Episcopado Latino-Americano).

1.6 A tendência a reunir-se em grupos ou comunidades de jovens se apresenta cada vez mais forte dentro da dinâmica dos movimentos de juventude na América Latina; os jovens recusam as instituições demasiado institucionalizadas, as estruturas rígidas e as formas de agrupamentos de massa.

As comunidades de jovens que acabamos de mencionar se caracterizam, em geral, por serem grupos naturais (a "medida humana"), de reflexão e de revisão de vida, em torno de um compromisso cristão ambiental.

1.7 Sem desconhecer o significado das ações de massa entre os jovens, o excessivo valor que

a hierarquia atribui por vezes a seus resultados (resultados cuja importância é sobretudo numérica), dificulta a tarefa daqueles movimentos educativos e apostólicos que se esforçam por manter uma presença de fermento e irradiação.

1.8 Os movimentos de juventude esperam da hierarquia da Igreja um maior apoio moral, quando se comprometem na aplicação concreta dos princípios de doutrina social enunciados por seus pastores.

1.9 Em síntese: A juventude oferece indubitavelmente um conjunto de valores, acompanhados de aspectos negativos.

Mencionemos primeiramente uma tendência à personalização, a consciência de si mesmos, criatividade (que, por contraste, os leva a recusar os valores da tradição). Possuem um idealismo excessivo que os leva a desconhecer realidades inegáveis que deverão ser aceitas, e a aceitar um inconformismo radical cujas manifestações características encontramos em quase todos os países e que os impulsionam a pretender a construção de um mundo novo prescindindo em absoluto do passado.

Característica da juventude é também a espontaneidade que a leva a um desprezo não sempre justificado das formas institucionais, das normas, da autoridade e do formalismo.

Apresenta, finalmente, um conjunto de valores no plano da relação comunitária, como por exemplo: certas formas de responsabilidade, desejo de autenticidade e de sinceridade, aceitação dos outros tais quais são, e um franco reconhecimento do caráter pluralista da sociedade. Essa tendên-

cia comunitária, por outro lado, traz consigo o perigo de os jovens se fecharem em pequenos grupos agressivos.

2. Critérios básicos para uma orientação pastoral

Antes de considerarmos as atitudes concretas que devemos adotar em relação à juventude, será oportuno esboçar a visão geral que dela tem a Igreja.

2.1 A Igreja vê na juventude a constante renovação da vida da humanidade e nela descobre um sinal de si mesma: "a Igreja é a verdadeira juventude do mundo" (Mensagem do Concílio aos jovens).

a) Com efeito, vê na juventude o contínuo recomeço e a persistência da vida, ou seja, uma forma de superação da juventude.

Isso não só tem um sentido biológico, mas também sócio-cultural, psicológico e espiritual.

De fato, diante das culturas que mostram sinais de velhice e caducidade, a juventude é chamada a trazer uma revitalização; a manter uma "fé na vida", a conservar sua "faculdade de se alegrar com o que começa". Ela tem a tarefa de reintroduzir permanentemente o "sentido da vida". Renovar as culturas e o espírito significa trazer e manter vivos novos sentidos da existência. A juventude está, pois, chamada a ser uma perene "reatualização da vida".

b) Na juventude assim entendida, a Igreja descobre também um sinal de si mesma.

Um sinal da fé, pois a fé é a interpretação escatológica da existência, seu sentido pascal, e néle

a "novidade" que o Evangelho encerra. A fé, anúncio do novo sentido das coisas, é a renovação e o rejuvenescimento da humanidade.

Partindo dessa perspectiva, a Igreja convida os jovens "a submergir nas claridades da fé" e assim introduzir a fé no mundo para vencer as formas espirituais da morte, isso é, "as filosofias do egoísmo, do prazer, do desespero e do nada", filosofias essas que implantam na cultura formas velhas e caducas.

A juventude é um símbolo da Igreja chamada que está a uma constante renovação de si mesma, ou seja, a um incessante "rejuvenescimento" (João XXIII, *Humanae Salutis*).

3) Recomendações pastorais

3.1 Adotando uma atitude francamente acolhedora para com a juventude, a Igreja saberá discernir os aspectos positivos e negativos que no momento apresenta.

Por um lado, quer atentamente auscultar as atitudes dos jovens que são manifestação dos sinais dos tempos: a juventude enuncia valores que renovam as diversas épocas da história; a Igreja quer aceitar a juventude em seu seio e em suas estruturas com alegria, e promovê-la numa ativa participação das tarefas humanas e espirituais.

Por outro lado, em consonância com os desejos de sinceridade que mostra a juventude, haverá de chamá-la a um constante aprofundamento de sua autenticidade e a uma autocrítica de suas próprias deficiências, apresentando-lhes os

valôres permanentes para que sejam por ela reconhecidos.

Tudo isso demonstra a sincera vontade da Igreja de adotar uma atitude de diálogo com a juventude. Dentro dessa linha pastoral, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, reconhecendo na juventude que não só a força numérica, mas também seu papel cada vez mais decisivo no processo de transformação do Continente, bem como seu insubstituível lugar na missão profética da Igreja, formula as seguintes recomendações:

3.2. A) Com respeito à juventude em geral:

I. Desenvolver, em todos os níveis, nos setores urbanos e rurais, dentro da Pastoral de Conjunto, uma autêntica pastoral de juventude. Essa pastoral há de tender à educação da fé dos jovens a partir de sua vida, de tal sorte que se lhes permita a plena participação na comunidade eclesial, assumindo consciente e cristãmente seu compromisso temporal.

3.3. Essa pastoral implica:

a) A necessidade de organizar uma pedagogia orgânica da juventude, através da qual se estimule nos jovens uma sólida formação humana e cristã e se apoiem os esforços em adquirir uma autêntica personalidade. Personalidade que, por um lado, os capacite a assimilar com critério lúcido e verdadeira liberdade todos os elementos positivos das influências que recebem através dos diversos Meios de Comunicação Social; e,

por outro, fazer frente ao processo de despersonalização e massificação que de modo particular ataca a juventude. Pedagogia que eduque também no sentido (valor e relatividade) do institucional.

b) A necessidade de um conhecimento da realidade sócio-religiosa da juventude constantemente atualizado.

c) A necessidade de promover centros de investigação e estudo no que se refere à participação da juventude na solução dos problemas do desenvolvimento.

d) Essa pastoral exige, em particular da parte dos ministros da Igreja, um sincero e permanente diálogo com a juventude, tanto de movimentos organizados quanto de setores não organizados, através dos Conselhos pastorais ou de outras formas de diálogo.

3.4 II. A atitude de diálogo implica uma resposta às legítimas e veementes exigências pastorais da juventude, nas quais se há de reconhecer um chamado de Deus. Por isso essa Segunda Conferência recomenda:

a) Que se apresente cada vez mais nítido na América Latina o rosto de uma Igreja autênticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo o poder temporal e corajosamente comprometida na libertação do homem todo e de todos os homens.

b) Que a pregação, as cartas pastorais, e o linguajar da Igreja sejam simples e atuais, levando em conta a vida real dos homens de nosso tempo.

c) Que se viva na Igreja, em todos os níveis, com caráter de serviço, um sentido de autoridade isento de autoritarismo.

3.5 III. Procurar que em todos os centros educacionais da Igreja, e nos outros centros em que ela deve realizar sua presença, se dê aos jovens a capacidade (através de uma autêntica educação vocacional, que leve em conta os diferentes estados de vida), de assumirem sua responsabilidade social como cristãos no processo de mudanças da América Latina.

3.6. B) *Com respeito aos movimentos de jovens*

I. Que se tenha muito em conta a importância das organizações e movimentos católicos de juventude, particularmente os de caráter nacional e internacional.

Que se dê maior confiança aos dirigentes leigos e se reconheça a autonomia própria de seus movimentos.

Que sejam êles consultados na elaboração da pastoral juvenil em nível diocesano, nacional e continental.

Que se estimule sua ação evangelizadora na transformação das pessoas e das estruturas.

Que se apoiem seus esforços no sentido de formação de líderes da comunidade.

Que se distribuam mais racionalmente os sacerdotes, a fim de permitir uma melhor atenção aos movimentos dos jovens.

Que se dê à formação de assessôres da juventude (sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos) a importância que têm em um Continente com maioria de sua população formada de jovens.

3.7. II. Que se favoreça em todos os níveis o encontro, o intercâmbio e a ação em comum dos movimentos e organizações juvenis católicas com outras instituições de juventude.

III. Que se dê apoio às iniciativas de caráter ecumênico entre os grupos e organizações da juventude, segundo as orientações da Igreja.

IV. Que se considere a possibilidade e a conveniência de contar com a colaboração de leigos e, entre êles, de jovens na qualidade de consultores, nos diversos departamentos do CELAM.

PASTORAL DAS MASSAS *

1) *Situação*

NA América Latina, na grande massa de batizados, as condições de fé, crença e práticas cristãs são muito diversas, não só de um país a outro, mas em regiões de um mesmo país e entre os diversos níveis sociais. Encontram-se grupos étnicos semipaga-

nizados; massas camponesas que conservam profunda religiosidade e massas de marginalizados com sentimentos religiosos, mas de pouca prática cristã.

Há um processo de transformação cultural e religiosa. A evangelização do Continente experimenta sérias dificuldades que se vê agravada pela explosão demo-

* Documento Final da Comissão n.º 5.

gráfica. migrações internas, mudanças sócio-culturais, escassez de pessoal apostólico e deficiente adaptação das estruturas eclesiais.

Até agora houve sobretudo uma pastoral de conservação, baseada numa sacramentalização com pouca ênfase na prévia evangelização. Pastoral apta, sem dúvida, numa época em que as estruturas sociais coincidem com as estruturas religiosas, em que os meios de comunicação dos valores (família, escola, etc.) estavam impregnados de valores cristãos e onde a fé se transmitia quase pela própria força da tradição.

Hoje, as transformações do Continente exigem revisão dessa pastoral, a fim de que se adapte à diversidade e pluralidade culturais do povo latino-americano.

A expressão da religiosidade popular é fruto de uma evangelização do tempo da Conquista, com características especiais. É uma religiosidade de votos e promessas, peregrinações e de um sem-número de devoção, baseada na recepção dos sacramentos, especialmente do batismo e da primeira comunhão, recepção que tem mais conseqüências sociais que um verdadeiro influxo na prática da vida cristã.

Ainda que a conduta moral deixe muito a desejar, percebe-se no povo latino-americano uma enorme reserva de virtudes autenticamente cristãs, especialmente a caridade. Sua participação na vida cultural oficial é quase nula e sua adesão à organização da Igreja é muito escassa.

Esta religiosidade mais do tipo cósmico, em que Deus é resposta para tôdas as incógnitas e necessidades do homem, pode entrar em

crise e de fato já começou a entrar com o conhecimento científico do mundo que nos rodeia.

Perante esta religiosidade, apresenta-se à Igreja o dilema: ou continuar a ser Igreja universal ou converter-se em seita e, portanto, não incorporá-los a si. Por ser Igreja e não seita deve oferecer sua mensagem de salvação a todos os homens e correndo talvez o risco de nem todos a aceitarem do mesmo modo e na mesma intensidade.

Em toda sociedade humana os distintos grupos de pessoas captam de modo diverso os objetivos da organização, respondem de distintas maneiras aos valores e normas que o grupo professa; os graus de participação são diversos; a lealdade e o sentido de solidariedade nem sempre se expressam do mesmo modo.

Há, além disso, na sociedade contemporânea uma tendência aparentemente contraditória; tendência às manifestações grupais no comportamento humano e, simultaneamente, uma tendência para as pequenas comunidades onde exista melhor possibilidade de realização como pessoas.

Do ponto de vista da vivência religiosa sabemos que nem todos os homens aceitam e vivem a mensagem religiosa da mesma maneira. Mesmo no nível pessoal, um mesmo homem experimenta etapas distintas em sua resposta a Deus e, no nível social, nem todos manifestam sua religiosidade e lê de modo unívoco. O povo necessita manifestar sua fé de um modo simples, emocional e coletivo.

Ao julgarmos a religiosidade popular não podemos partir de

uma interpretação cultural ocidentalizada das classes média e alta urbanas mas do significado que essa religiosidade tem no contexto da subcultura dos grupos rurais e urbanos marginalizados.

Sua expressão pode estar deformada e mesclada, de certa forma, com um patrimônio religioso ancestral, em que a tradição exerce poder quase tirânico; corre o perigo de ser facilmente influenciada por práticas mágicas e supersticiosas e revelar um caráter mais utilitário e um certo temor do divino que necessita da intervenção de seres mais próximos ao homem e expressões mais plásticas e concretas. Essas expressões podem ser balbucios de uma autêntica religiosidade, manifestada através dos elementos culturais disponíveis.

É mister recordar aos pastores que no fenômeno religioso existem motivações distintas que, pelo fato de serem humanas, são mistas e podem responder a desejos de segurança, contingência, impotência e também necessidade de adoração e gratidão para com o Ser Supremo. Motivações que se plasmam e expressam em vários símbolos. A fé chega ao homem sempre envolta numa linguagem cultural e em sua religiosidade natural há germens de um chamado de Deus.

Para responder a cada situação em que se encontra o homem em seu caminho para Deus, é preciso realfirmar diversidade de respostas que se deve dar ao homem contemporâneo e não esquecer a urgência de exigir na medida do possível aceitação mais pessoal e comunitária da mensagem da revelação.

II) Princípios teológicos

Uma pastoral popular pode basear-se nos seguintes critérios teológicos:

1. A fé, por conseguinte, a Igreja se difundem e crescem em *religiosidade* culturalmente diversificada nos distintos povos. Fé, ainda que imperfeita, mas encontra-se mesmo nos níveis culturais mais inferiores. Pertence à tarefa evangelizadora da Igreja descobrir nessa religiosidade a "secreta presença de Deus" (*Ad Gentes*, n.º 9), a luz da verdade que ilumina a todos (cf. *Nostra Aetate*, n.º 2), a luz do Verbo presente já mesmo antes da encarnação ou da pregação apostólica, e fazer frutificar esta semente.

Sem quebrar a cana machucada e sem apagar a mecha fumegante (cf. Mt 12,20), a Igreja aceita com alegria e respeito, purifica e incorpora ao tesouro da fé vários elementos religiosos (cf. n.º 92) que estão presentes nessa religiosidade como "semente oculta do Verbo" (AG n.º 11) e que constituem ou podem constituir uma preparação evangélica (cf. *Lumen Gentium*, n.º 16).

2. Os homens aderem à fé e participam na Igreja de diversas maneiras.

Ainda que não se possa, sem mais nem menos, supor a existência da fé por detrás de qualquer expressão religiosa aparentemente cristã, não se pode também negar arbitrariamente o caráter de verdadeira adesão fiel e participação eclesial real, mesmo quando fraca, a toda expressão que manifesta elementos espúrios ou motivações temporais e egoístas. A fé como ato da humanidade peregrina no

tempo se vê mesclada de imperfeições e motivações mistas.

3. É igualmente próprio da fé, mesmo quando incipiente e débil, um *dinamismo e exigência* que a levam a superar constantemente suas motivações inautênticas para firmar-se em outras mais autênticas. Pertence, pois, ao ato da fé, sob o impulso do Espírito Santo, aquêle dinamismo interior que tende constantemente a aperfeiçoar o momento de apropriação salvífica transformando o em ato de doação e entrega absoluta de si.

4. Longe de tranquilizar-se com a ilusão de que o povo latino-americano possua, em seu conjunto, a fé; longe de estar satisfeita com a tarefa de conservar a fé do povo em seus níveis inferiores, débeis e ameaçados, a Igreja na América Latina se propõe a estabelecer uma linha de pedagogia pastoral que deve:

a) assegurar uma séria evangelização das diversas áreas humanas do Continente;

b) promover uma constante reconversão e educação de nosso povo na fé em nível cada vez mais profundo e maduro, seguindo o critério da *pastoral dinâmica*, que em consonância com a natureza da fé, impulsiona o povo fiel para a dupla dimensão: pessoal e *comunitária*.

5. De acôrdo com a vontade de Deus os homens devem santificar-se e salvar-se não individualmente, mas constituídos em comunidade (cf. LG n.º 9; GS n.º 32). Esta comunidade é convocada e congregada em primeiro lugar pelo anúncio da Palavra de Deus vivo (cf. *Presbyterorum Ordinis*, nn. 2 e 4). "Não se edifica, no entanto, nenhuma comunidade cristã, se ela

não tiver por raiz e centro a celebração da Santíssima Eucaristia" (PO n.º 6), mediante a qual a Igreja vive e cresce continuamente (cf. LG n.º 26).

III) *Recomendações pastorais*

1. Pedir a realização de estudos sérios e sistemáticos sôbre a religiosidade popular e suas manifestações, seja em universidades católicas, seja em outros centros de investigação sócio-religiosa.

2. Estudar e pôr em prática uma *pastoral litúrgica e catequética* adequada, não só destinada a pequenos grupos, mas à totalidade do povo de Deus, partindo de um estudo das subculturas próprias, das exigências e aspirações dos homens.

3. Impregnar as manifestações populares, como as romarias, peregrinações e outras devoções, da *palavra evangélica*. Rever as devoções aos santos para que não sejam tomados só como intercessores, mas também como modelos de vida, imitadores de Cristo. Cuidar para que as devoções e os sacramentos não levem o homem a uma aceitação semifatalista, mas que o eduquem para ser concriador e administrador, juntamente com Deus, de seu destino.

4. Procurar a formação do maior número possível de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente rurais ou de marginalizados urbanos. Estas comunidades devem basear-se na Palavra de Deus e realizar-se, enquanto possível, na celebração eucarística sempre em comunhão e sob a dependência do Bispo.

5. A comunidade se formará na medida em que seus membros

tiverem um sentido de pertença que os leve a ser solidários numa missão comum, numa participação ativa, consciente e frutuosa na vida litúrgica e na convivência comunitária. Para isso é necessário fazê-los viver como comunidade, inculcando-lhes um objetivo comum: alcançar a salvação mediante a vivência da fé e do amor.

6. Para a necessária formação dessas comunidades, fazer entrar em vigor, o quanto antes, o diaconato permanente e chamar a uma participação mais ativa os religiosos, religiosas e leigos.

7. A pastoral das massas deverá adotar uma exigência cada vez maior para conseguir perso-

nalização e vida comunitária, de modo pedagógico, respeitando as diversas etapas no caminho para Deus. Respeito que não significa apenas aceitação e imobilismo, mas também convite a uma vivência mais plena do Evangelho e a uma reiterada conversão. Para isto, torna-se necessária a estruturação de organismos pastorais (nacionais, diocesanos, paroquiais) e a utilização dos meios adequados, como os de comunicação social, para uma catequese apropriada, missões baseadas sobretudo em núcleos familiares ou bairros, etc. que dêem um sentido de vida mais de acôrdo com as exigências do Evangelho.

PASTORAL DAS ELITES *

I. Situação

A) Fatos

AS Elites significam, em nosso contexto, a) *de modo geral*: grupos dirigentes mais adiantados, dominantes no plano da cultura, da profissão, da economia e do poder; b) *de modo especial*: dentro desses mesmos grupos, as minorias comprometidas que exercem uma influência atual ou potencial nos diversos níveis de decisão cultural, profissional, econômica, social ou política. (No contexto o conceito "elite" é meramente descritivo e designa os principais agentes da mudança social sem nenhum juízo de valor ou conotação de classe).

2. Conscientes da dificuldade de apresentar uma classificação

adequada, colocamos, no entanto, como pertencentes à *elite cultural* os artistas, homens de letras e universitários (professôres e estudantes); à *elite profissional*, os médicos, advogados, educadores... (profissões liberais); engenheiros, agrônomos, planejadores, economistas, sociólogos, técnicos de Comunicação Social (tecnólogos); à *elite econômica social* os industriais, banqueiros, comerciantes, fazendeiros, líderes sindicais (operários e camponeses)...; à *elite dos poderes políticos e militares* os políticos, os que exercem o poder judicial, os militares...

3. Partindo da consideração de que se trata, em geral, de círculos específicos e compactos, convém examinar, primeiramente, suas

* Documento Final da Comissão n.º 5.

atitudes, mentalidades e indicações em vista da mudança social. Para considerar, posteriormente, as manifestações de sua fé, seu espírito eclesial e também social em confronto com a pastoral da Igreja, propoudo, finalmente, algumas recomendações pastorais.

4. É grande a dificuldade de se fazer uma análise exata e profunda devido à carência de dados precisos nesses diferentes campos.

Para uma análise desse tipo seria necessário consultar previamente técnicos e leigos. Contudo, apresentamos as seguintes observações:

B) Tipos

Por razões de método, e considerando o caráter relativo de toda tipologia que comporta, necessariamente, graduações e simplificações, e tratando-se de uma classificação em função de mudança social, vamos considerar os seguintes grupos: os tradicionalistas ou conservadores; os progressistas ou revolucionários que podem ser marxistas, esquerdistas não-marxistas, ou ideologicamente indefinidos. (Evidentemente há grupos intermediários que desejam as mudanças de estrutura de forma gradual e mais ou menos acelerada, mas se opõem à violência e aos governos de força).

1. *Os tradicionalistas ou conservadores* manifestam pouca ou nenhuma consciência social; têm mentalidade burguesa e por isso mesmo não questionam as estruturas sociais. Em geral se preocupam em manter seus privilégios que identificam com a "ordem estabelecida". Sua atuação na co-

munidade possui caráter paternalista e assistencial, sem nenhuma preocupação com a modificação do *status quo*.

Alguns conservadores atuam muitas vezes sob o influxo do poder econômico nacional ou internacional, com certa preocupação desenvolvimentalista.

Esta mentalidade aparece freqüentemente em certos meios profissionais, em setores econômico-sociais e do poder estabelecido. Isto faz com que vários setores governamentais atuem em benefício dos grupos tradicionalistas ou conservadores, o que dá lugar à corrupção e ausência de um sã processo de personalização e socialização das classes populares. As forças militares apoiam em diversos países esta estrutura e, às vezes, intervêm para reforçá-la.

2. *Os progressistas* ocupam-se de preferência dos meios de produção que, conforme eles, devem ser modificados em qualidade e quantidade. Atribuem grande valor à tecnização e planejamento da sociedade. Sustentam a tese de que o povo marginalizado deve ser integrado na sociedade como produtor e consumidor. Dão maior ênfase ao progresso econômico do que à promoção social do povo que vise a participação de todos nas decisões de ordem econômica e política.

É esta a mentalidade que se observa freqüentemente entre os tecnólogos e as instituições que procuram o desenvolvimento dos países.

3. *Os revolucionários* questionam a estrutura sócio-econômica. Desejam a mudança radical da mesma, tanto em seus objetivos

como em seus meios. Para eles, o povo é ou deve ser o *sujeito* desta mudança, de modo a participar nas decisões da organização de todo o processo social. Esta atitude pode observar-se com maior frequência entre os intelectuais, pesquisadores científicos e universitários.

C) Atitudes de fé

Reconhecendo que em todos estes ambientes muitos vivem sua fé conforme sua consciência e ainda realizam trabalho positivo de conscientização e promoção humana, notamos, do ponto de vista da mudança social, as seguintes manifestações desta fé:

1. No grupo dos conservadores ou tradicionalistas, encontra-se com mais frequência a separação entre fé e responsabilidade social. A fé aparece mais como adesão a um credo e a princípios morais. O pertencer à Igreja é mais de tipo tradicional e, às vezes, interesseiro. Dentro destes grupos, mais do que verdadeira crise de fé, verifica-se crise de religiosidade.

2. Entre os progressistas verificam-se várias formas de fé, desde o indiferentismo até à vivência pessoal. Tendem a considerar a Igreja como instrumento, mais ou menos favorável, do desenvolvimento. Nestes grupos percebe-se mais claramente o impacto da des-sacralização devida à mentalidade técnica.

Nota-se em alguns desses grupos, especialmente entre os universitários e profissionais jovens, uma tendência ao indiferentismo religioso ou a uma visão humanística que exclui a religião, devido

à preocupação com os problemas sociais.

3. Os revolucionários tendem, unilateralmente, a identificar a fé com a responsabilidade social. Possuem sentido agudo de serviço ao próximo, uma vez que sentem dificuldades no relacionamento pessoal com Deus transcendente na expressão litúrgica da fé. Dentro desses grupos verifica-se com mais frequência uma real crise de fé. Quanto à Igreja, criticam determinadas formas históricas e algumas manifestações dos representantes oficiais da Igreja, em sua atitude e vivência concretas frente ao social.

II. Princípios

1. Em todos estes ambientes, a evangelização deve orientar-se para a formação de uma fé pessoal, adulta, interiormente formada, operante e constante confrontada com os desafios da vida atual nesta fase de transição.

2. Esta evangelização deve estar em relação com os "sinais dos tempos". Não pode ser atemporal ou a-histórica. Os "sinais dos tempos", que em nosso Continente se manifestam sobretudo no campo social, constituem um "lugar teológico" e interpelações de Deus.

3. Por outra parte esta evangelização deve realizar-se através do testemunho pessoal e comunitário que se manifestará, de modo especial, no contexto do próprio compromisso temporal.

4. A evangelização de que viemos falando deve explicar os valores da justiça e fraternidade, contidos nas aspirações de nossos povos, numa perspectiva escatológica.

5. A evangelização precisa, como suporte, de uma Igreja-sinal.

III. *Recomendações pastorais*

A) *De caráter geral*

1. É necessário animar, dentro das elites, as minorias comprometidas, criando — enquanto possível — equipes de base que façam uso da pedagogia da Revisão de Vida, fazendo-as compreender que são, ao mesmo tempo, apóstolos de seu próprio ambiente e estimulando contatos com os demais grupos da vida paroquial, diocesana e nacional. Não se separe esta pastoral, própria das elites, da pastoral total da Igreja.

2. Procure-se que os sacramentos e a vida litúrgica, na base de uma relação pessoal com Deus e a comunidade, adquiram sentido de apoio e desenvolvimento, no amor de Deus e do próximo, como expressão da comunidade cristã.

3. Na formação do clero é preciso prestar mais atenção a este tipo de pastoral especializada, preparando — também mediante estudos profissionais e técnicos quando for preciso — assessores especializados para estes grupos.

B) *De caráter especial*

1. *Artistas e homens de letras*

a) Considerando o importante papel que os artistas e homens de letras desempenham em nosso Continente — especialmente em relação à sua autonomia cultural — como intérpretes naturais de suas angústias e esperanças e promotores de valores autóctones que

configuram a imagem nacional, a II Conferência considera particularmente importante a presença animadora da Igreja nestes ambientes.

b) Esta presença da Igreja deverá revestir um caráter de diálogo, alheio a toda preocupação moralizante ou confessional e em atitude de profundo respeito à liberdade criadora, sem detrimento da responsabilidade moral.

c) A Igreja latino-americana deve dar aos artistas e homens de letras o seu devido lugar, recorrendo a seu concurso para a expressão estética da palavra litúrgica, da música sacra e de seus lugares de culto.

2. *Universitários (estudantes)*

a) Devido à urgente necessidade de uma efetiva presença da Igreja no meio universitário, esta II Conferência pede que se tomem em conta as recomendações práticas do Encontro Episcopal sobre Pastoral Universitária realizado em Buga, em fevereiro de 1967.

b) Pede igualmente à hierarquia local maior compreensão dos problemas próprios dos universitários, procurando valorizar antes de condenar indiscriminadamente as nobres motivações e justas aspirações contidas, muitas vezes, em suas inquietações e protestos, tratando de canalizá-las devidamente mediante diálogo aberto.

c) Considerando o fato de que milhares de jovens latino-americanos estudam na Europa e América do Norte, o CELAM procurará, de acordo com a hierarquia desses países, dar-lhes a devida atenção pastoral, cuidando, ao mesmo tem-

po, de manter vivo nêles a consciência do compromisso de serviço para com seus países de origem.

3. Grupos sócio-econômicos

a) A experiência demonstra que no âmbito dessas elites é possível a criação de grupos e organizações especializadas, cujas metas e metodologia devem manter-se em constante revisão à luz do contexto latino-americano e da pastoral social da Igreja.

b) Sem subestimar as formas assistenciais de ação social, a pastoral da Igreja deve orientar de preferência êstes grupos para um compromisso no plano das estruturas sócio-econômicas e que conduza às necessárias reformas das mesmas.

c) A Igreja deve prestar atenção especial às minorias ativas (líderes sindicais e cooperativistas) que estão realizando, nos ambientes rural e operário, importante trabalho de conscientização e promoção humana, apoiando e acompanhando suas preocupações com a mudança social.

4. Podêres militares

Em relação às forças armadas, a Igreja deve inculcar-lhes que, além de suas funções normais específicas, têm a missão de garantir a liberdade política dos cidadãos, em vez de pôr-lhe obstáculos. As forças armadas têm também a possibilidade de educar, dentro de seus próprios quadros, os jovens recrutados para a futura participação, livre e responsável, na vida política do país.

5. Podêres políticos

a) Promovam-se contactos e diálogo entre a Igreja e o poder constituído sobre as exigências da ordem social, não excluindo, onde fôr preciso, a denúncia enérgica e prudente das injustiças e excessos do poder.

b) A ação pastoral da Igreja estimulará tôdas as categorias de cidadãos a colaborarem nos planos construtivos dos governos e contribuirão também por meio da crítica sadia, dentro de uma oposição responsável, para o progresso do bem comum.

c) A Igreja deve manter sempre sua independência perante os podêres constituídos e os regimes que os representam, renunciando, se fôr preciso, às legítimas formas de presença que, devido ao contexto social, a tornam suspeita de aliança com o poder constituído e são, por isso mesmo, contra-sinal pastoral (cf. GS n. 76).

d) A Igreja deve colaborar com a formação política das elites através de seus movimentos e instituições educativas.

e) Note-se finalmente que também na América Latina "com o progresso cultural, econômico e social, fortifica-se o desejo de participar mais na organização da vida da comunidade política... De uma consciência mais viva da natureza humana surge a vontade de instaurar uma ordem político-jurídica na qual os direitos da pessoa sejam mais amparados, como são os direitos de se reunirem livremente, de se associarem, de exprimirem as próprias opiniões e de professarem a religião em particular e em público" (GS n. 73).

CATEQUESE *

I. Necessidade de uma renovação

DIANTE de um mundo em mutação e diante do atual processo de amadurecimento da Igreja na América Latina, o Movimento Catequético sente a necessidade de uma profunda *renovação*. Renovação que manifeste a vontade da Igreja e de seus responsáveis de levar avante sua missão fundamental: educar eficazmente a fé dos jovens e dos adultos, em todos os ambientes. Falhar nisto seria trait ao mesmo tempo a Deus que lhe confiou sua Mensagem e ao homem que dela necessita para salvar-se.

2. A renovação catequética não pode ignorar um fato: que nosso Continente vive em grande parte de uma TRADIÇÃO CRISTÃ e que esta impregna simultaneamente a existência dos indivíduos e o contexto social e cultural. Apesar de observar-se um crescimento no processo de secularização, a religiosidade popular é um elemento válido na América Latina. Não se pode prescindir dela, pela importância, seriedade e autenticidade com que é vivida por muitas pessoas, sobretudo nos ambientes populares. A religiosidade popular pode ser ocasião ou ponto de partida para um anúncio da fé. Entretanto, impõe-se uma revisão e um estudo científico da mesma, para purificá-la de elementos que a TORNEM INAUTÊNTICA e para valorizar seus elementos positivos. Evitar-se-á assim uma estagnação em formas do passado, algumas das quais se manifestam hoje, além

de ambíguas, inadequadas e mesmo nocivas.

3. Como consequência, os responsáveis pela catequese encontram-se diante de uma série de tarefas complexas e difíceis de conjugar:

Promover a evolução de formas tradicionais de fé, próprias a uma grande parte do povo cristão, e também suscitar formas novas.

Evangelizar e catequizar massas inumeráveis de pessoas simples, freqüentemente analfabetas; e, ao mesmo tempo, responder às necessidades dos estudantes e dos intelectuais que são as partes mais vivas e dinâmicas da sociedade.

Purificar, quando necessário, formas tradicionais de presença; e, ao mesmo tempo, descobrir uma nova maneira de estar presente às formas contemporâneas de expressão e comunicação em uma sociedade que se seculariza.

Assegurar, por fim, o conjunto destas tarefas, utilizando todos os recursos atuais da Igreja; e ao mesmo tempo renunciar a formas de influência e atitudes de vida não evangélicas.

II. Características da renovação

4. Ao apresentar sua Mensagem renovada, a catequese deve manifestar a unidade do plano de Deus.

Sem cair em confusões ou em identificações simplistas, deve-se manifestar sempre a unidade profunda que existe entre o plano salvífico de Deus, realizado em Cris-

* Documento Final da Comissão n.º 5.

to, e as aspirações do homem; entre a história da salvação e a história humana; entre a Igreja, povo de Deus, e as comunidades temporais; entre a ação reveladora de Deus e a experiência do homem; entre os dons e carismas sobrenaturais e os valores humanos.

Excluindo assim toda dicotomia ou dualismo no cristão, a catequese prepara o desenvolvimento progressivo do povo de Deus para sua realização escatológica que agora tem sua expressão na Liturgia.

5. Por outro lado, a catequese deve conservar sempre seu caráter **DINÂMICO E EVOLUTIVO**.

A tomada de consciência da mensagem cristã se faz *aprofundando* cada vez mais a compreensão autêntica da Verdade revelada. Mas essa tomada progressiva de consciência cresce ao ritmo da emergência das experiências humanas, individuais e coletivas. Por isso, a fidelidade da Igreja à *Revelação* tem que ser e é dinâmica.

A catequese não pode, pois, ignorar em sua renovação as transformações econômicas, demográficas, sociais e culturais sofridas na América Latina.

III. Prioridade na renovação catequética

6. De acordo com esta teologia da **REVELAÇÃO**, a catequese atual deve assumir totalmente as angústias e esperanças do homem de hoje, a fim de oferecer-lhe as possibilidades de uma libertação plena, as riquezas de uma salvação integral em Cristo, o Senhor. Por isso deve ser fiel à transmissão, não só da Mensagem bíblica em seu conteúdo intelectual, como

também à sua realidade vital encarnada nos fatos da vida do homem de hoje.

As *situações históricas* e as aspirações autenticamente humanas constituem parte indispensável do conteúdo da catequese. E devem ser interpretadas seriamente, dentro de seu contexto atual, à luz das experiências vivenciais do Povo de Israel, de Cristo, e da comunidade eclesial, na qual o Espírito de Cristo Ressuscitado vive e opera continuamente.

7. A América Latina vive hoje um momento histórico que a catequese não pode desconhecer: o processo de transformação social exigido pela atual situação de **NECESSIDADE E INJUSTIÇA** em que se acham marginalizados grandes setores da sociedade. As formas dessa evolução global e profunda poderão ser diferentes: **PROGRESSIVAS E MAIS OU MENOS RÁPIDAS**. É tarefa da catequese ajudar à evolução integral do homem, dando-lhe seu autêntico sentido cristão, promovendo sua motivação nos catequizados e orientando-a para que seja fiel ao Evangelho.

8. É necessário frisar também as exigências do **PLURALISMO** numa pastoral latino-americana. As situações em que a catequese se desenvolve são muito diversas: desde as de tipo patriarcal, em que as formas tradicionais são ainda acertas, até às mais avançadas formas da civilização urbana contemporânea. Convém, portanto, destacar a riqueza que deve existir na diversidade de pontos de vista e de formas que se dão na catequese. Tanto mais quanto deve esta adaptar-se à diversidade de línguas e de mentalidades e à va-

riedade de situações e culturas humanas.

Em vista disto, é impossível querer impor moldes fixos e universais. Com um franco intercâmbio de colaboração devemos conservar a unidade da fé na diversidade de formas.

9. Apesar dêsse pluralismo de situações, nossa catequese tem um ponto comum em todos os meios: deve ser eminentemente EVANGELIZADORA, sem pressupor uma realidade de fé antes de oportunas constatações.

Pelo fato de serem batizadas as crianças pequenas, confiando na fé da família, já se torna necessária uma "EVANGELIZAÇÃO DOS BATIZADOS", como uma etapa na educação de sua fé. E esta necessidade é mais urgente, levando-se em conta a desintegração que tem sofrido a família, em muitas regiões, a ignorância religiosa dos adultos e a escassez de comunidades cristãs de base.

Essa evangelização dos batizados tem um objetivo concreto: levá-los a um compromisso pessoal com Cristo e a uma entrega consciente à obediência da fé. Dai a importância de uma revisão da pastoral da Confirmação, assim como de novas formas de um catecumenato na catequese de adultos **INSISTINDO NA PREPARAÇÃO PARA OS SACRAMENTOS.**

Devemos também rever tudo aquilo que em nossa vida ou em nossas instituições possa ser um obstáculo à reevangelização dos adultos, purificando assim a face da Igreja perante o mundo.

10. Para os cristãos, tem uma importância particular a forma **COMUNITÁRIA** de vida, como testemunho de amor e de unidade.

A catequese não pode, portanto, limitar-se às dimensões individuais da vida. As comunidades cristãs de base, abertas ao mundo e nele inseridas, têm que ser fruto da evangelização, assim como sinal que confirma com fatos a Mensagem da Salvação.

Nessa catequese comunitária deve-se ter em conta a família como primeiro ambiente natural onde se desenvolve o cristão. Deve ela ser objeto da ação catequética, para que seja dignificada e capaz de cumprir sua missão. E, ao mesmo tempo, converte-se a família em agente eficaz da renovação catequética.

11. Deve-se ressaltar o aspecto totalmente positivo do ensino catequético com seu conteúdo de amor. Assim se fomentará um sã ecumenismo, evitando toda polémica, e criar-se-á um ambiente propício à justiça e paz.

12. A catequese se encontra diante de um fenômeno que está influenciando profundamente nos valores, nas atitudes e na própria vida dos homens: **OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.**

Esse fenômeno constitui um fato histórico irreversível que, na América Latina, progride rapidamente e leva, em curto prazo, a uma cultura universal: "a cultura da imagem". É este um sinal dos tempos que a Igreja não pode ignorar.

Da situação criada por esse fenômeno deve a catequese partir para uma apresentação encarnada da mensagem cristã. É, pois, urgente uma séria investigação sobre o efeito dos meios de comunicação social e uma busca da forma mais adequada da resposta a dar, utilizando-os na tarefa evangeliza-

dora, e uma séria avaliação das realizações atuais.

IV. Meios para a renovação catequética

13. Para a realização do trabalho catequético impõe-se um mínimo de *organização*, que, partindo da ordem nacional e diocesana, chegue às distantes comunidades primárias. A organização de tipo nacional, com suas óbvias relações internacionais, facilitará evidentemente e dará versatilidade ao trabalho nas dioceses e outros ambientes com um maior e mais eficaz aproveitamento das técnicas, pessoal especializado e possibilidades econômicas.

14. Essa renovação exige pessoal adequado para formar a comunidade cristã.

Em conseqüência, suposto o necessário testemunho da própria vida, sugerem-se os seguintes pontos:

— A preparação de dirigentes e orientadores catequistas com dedicação exclusiva.

— A formação de catequistas com um conhecimento básico, e com uma visão ampla das condições psicossociológicas do meio humano em que trabalharão; assim como das religiões primitivas, em alguns lugares, e dos recursos de evangelização que têm sido empregados.

— A promoção de catequistas leigos, de preferência originários de cada lugar, e a formação, para o ministério da Palavra, dos Diáconos permanentes.

15. A linguagem que a Igreja fala reveste uma importância particular. Trata-se tanto das formas do ensino simples — catecismo, homilia etc. — nas comunidades

locais, como das formas mais universais da palavra do Magistério. Impõe-se um trabalho permanente, de maneira que seja possível fazer perceber como a mensagem de salvação contida na Escritura, na Liturgia, no Magistério e no testemunho, é hoje palavra de vida. Não basta, pois, repetir ou explicar a mensagem. Mas é preciso reexpressar incessantemente, de novas maneiras, o Evangelho, em relação com as formas de existência do homem, tendo em conta os ambientes humanos étnicos e culturais e **GUARDANDO SEMPRE A FIDELIDADE À PALAVRA REVELADA.**

16. Para que a renovação seja eficaz, necessita-se de um trabalho de reflexão, orientação e avaliação nos diferentes aspectos da catequese. Devem-se multiplicar por toda parte os Institutos Catequéticos, as equipes de trabalho, em que pastores, catequistas, teólogos, especialistas em ciências humanas entrem em diálogo e trabalhem conjuntamente a partir da experiência, a fim de propor formas novas de palavra e ação, de elaborar o material pedagógico correspondente e de verificar e avaliar, em cada caso, a sua validade. É necessário que essas equipes sejam dotadas de meios de trabalho adequados e da indispensável liberdade de ação.

F. Conclusões

a) Renovar a Catequese, promovendo a evolução das formas tradicionais da fé, insistindo na catequese permanente dos adultos.

b) Evitar toda dicotomia ou dualismo entre o natural e o sobrenatural.

c) Guardar fidelidade à Mensagem revelada, encarnada nos fatos atuais.

d) Orientar e promover através da Catequese a evolução integral do homem e as mudanças sociais.

e) Respeitar na unidade o pluralismo de situações.

f) Promover a evangelização dos batizados: na Confirmação, para adolescentes e jovens; em um novo catecumenato, para os adultos.

g) Dar todo seu valor catequético à família.

h) Empregar os Meios de Comunicação Social.

i) Fomentar a organização na Catequese em nível nacional e diocesano.

j) Formar catequistas leigos, preferentemente autóctones.

k) "Adaptar a linguagem eclesial ao homem de hoje, SALVANDO A INTEGRIDADE DA MENSAGEM".

l) Estimular trabalhos de reflexão e experimentação em Institutos e equipes de trabalho, com a suficiente amplitude e liberdade.

LITURGIA *

I. Dados gerais sobre a situação atual na América Latina

VERIFICA-SE a pluralidade de situações na renovação litúrgica: enquanto em alguns lugares empregam-se crescentes esforços para sua realização, noutros é ainda fraca. De modo geral, é insuficiente. Falta, sobre o conteúdo da reforma, uma mentalização que é especialmente importante para o clero, cujo papel na renovação litúrgica é básico. Além disso, deve-se reconhecer que a variedade de culturas apresenta difíceis problemas de aplicação (línguas, sinais).

Tem-se a impressão de que o Bispo nem sempre exerce de modo eficaz seu papel de liturgo, promotor, regulador e orientador do culto.

Embora as traduções litúrgicas signifiquem um passo à frente, os critérios seguidos para as mesmas

não permitiram chegar ao grau de adaptação necessário.

A liturgia não está integrada organicamente na educação religiosa, faltando a mútua compenetração.

São insuficientes os peritos habilitados para apoiar a renovação litúrgica.

II. Fundamentação teológica e pastoral

a) Elementos doutrinais

A presença do mistério da salvação, enquanto a humanidade peregrina até sua plena realização na parusia do Senhor, culmina na celebração da liturgia eclesial (cf. *Sacrosanctum Concilium*, nn. 8 e 10).

A liturgia é ação de Cristo Cabeça e de seu Corpo que é a Igreja (cf. *ibid.* n.º 7). Contém, portanto, a iniciativa salvadora que

* Documento Final da Comissão n.º 5.

vem do Pai pelo Verbo e no Espírito Santo, e a resposta da humanidade naqueles que se enxertam, pela fé e pela caridade, no Cristo, recapitulador de tôdas as coisas (cf. Ef. 1,10). Uma vez que não vivemos ainda na plenitude do Reino (cf., por ex., *Lumen Gentium*, nn. 3 e 5), tôda celebração litúrgica está essencialmente marcada pela tensão entre o que já é uma realidade e o que ainda não se verifica plenamente (cf. LG n.º 48; SC n.º 8); é imagem da Igreja, ao mesmo tempo santa e necessitada de purificação (cf. LG n.º 8; SC n.º 2); tem um sentido de alegria e uma dolorosa consciência do pecado. Numa palavra, vive na esperança (cf. LG n.º 48; SC n.º 8).

A liturgia, momento em que a Igreja é mais perfeitamente ela mesma, realiza, indissolúvelmente unidas, a comunhão com Deus e entre os homens (cf. LG n.º 1; SC n.º 47), e de tal maneira que a primeira é a razão da segunda. "Parece-nos oportuno chamar a atenção a êste respeito sobre dois pontos doutriniais: o primeiro é a dependência da caridade para com o próximo da caridade para com Deus. Sabeis os assaltos que sofre em nossos dias esta doutrina de claríssima e inexpugnável derivação evangélica..." (Discurso de S. S. Paulo VI na inauguração da II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, Bogotá, 24 de setembro de 1968). Se, antes de tudo, procura o louvor da glória da graça (cf. Ef. 1,5. 12. 14; SC n.º 7), também está consciente de que todos os homens precisam da glória de Deus (cf. Rom 3,23; cf. também SC n.º 10) para serem verdadeiramente ho-

mens. E pela mesma razão o gesto litúrgico não é autêntico se não implica um compromisso de caridade, um esforço sempre renovado para ter os sentimentos de Cristo Jesus (cf. Filip 2,5) e uma contínua conversão.

A instituição divina da liturgia jamais pode ser considerada como um adorno contingente da vida eclesial, visto que "nenhuma" comunidade cristã se edifica sem ter sua raiz e centro na celebração da SS. Eucaristia por onde deve ser iniciada tôda educação do espírito de comunidade. Essa celebração, para ser sincera e plena, deve conduzir, tanto às diversas obras de caridade e ao auxílio mútuo, como à ação missionária e às várias formas do testemunho cristão (*Presbyterorum Ordinis*, n. 6).

Na hora atual de nossa América Latina, como em todos os tempos, a celebração litúrgica coroa e comporta um compromisso com a realidade humana (cf. GS n.º 43), com o desenvolvimento e com a promoção, precisamente porque tôda a criação está inserida no designio salvador que abraça a totalidade do homem (cf. *ibid.* n.º 41).

b) *Princípios pastorais*

No momento atual de nosso contingente, certos estados de vida e certas atividades humanas têm uma importância vital para o futuro. Entre os primeiros, cumpre destacar a família, a juventude, a vida religiosa e o sacerdócio; entre as segundas, a promoção humana e tudo que está ou pode ser pôsto a seu serviço: a educação, a evangelização e as diversas formas de ação apostólica.

Sendo a sagrada liturgia a presença do Mistério da Salvação, visa em primeiro lugar a glória do Pai (cf. SC n.º 2). Essa mesma glória, porém, (Sobre o sentido bíblico de "glória", veja-se a palavra no "Vocabulário de Teologia bíblica", Ed. Herder) comunica-se aos homens e por esse motivo a celebração litúrgica, por meio do conjunto de sinais com que expressa a fé, traz:

1. Um conhecimento e uma vivência mais profunda da fé (cf. SC n.º 33);

2. Um sentido da transcendência da vocação humana (cf. GS n.º 41);

3. Um revigoramento do espírito de comunidade (cf. *Presbyterorum Ordinis*, n.º 6; SC nn. 26 e 27);

4. Uma mensagem cristã de alegria e esperança (cf. SC nn. 5 e 6);

5. A dimensão missionária da vida eclesial (cf. SC n. 2; *Ad Gentes*, n.º 15); e

6. A exigência que leva a fé a comprometer-se com as realidades humanas (cf. SC nn. 11, 12 e 48; GS n.º 43). "Associar o povo de Deus à celebração hierárquica e comunitária dos santos ritos... exercitando, não só formalmente, mas também sincera e cordialmente a caridade fraterna" (Paulo VI, Discurso de abertura da II Conferência).

Tôdas essas dimensões devem estar presentes onde quer que cada estado de vida realize alguma atividade humana.

Para que a liturgia possa proporcionar plenamente essas contribuições, é necessário:

1) Uma catequese prévia sobre o mistério cristão e sua ex-

pressão litúrgica (cf. SC nn. 9 e 35, 3);

2) Adaptar-se ao gênio das diversas culturas e encarnar-se nêles (cf. SC n.º 37; *Ad Gentes* n.º 72; GS n.º 44);

3) Acolher, portanto, de modo positivo a pluralidade na unidade, evitando erigir a uniformidade como princípio *a priori* (cf. SC n.º 37; LG n.º 13);

4) Manter-se numa situação dinâmica que acompanhe tudo que houver de sã no processo de evolução da humanidade (cf. GS nn. 1 e 42) e

5) Levar a uma experiência vital da união entre a fé, a liturgia e a vida cotidiana, em virtude da qual chegue o cristão ao testemunho de Cristo (cf. SC nn. 11 e 48).

Contudo, a liturgia, que interpela o homem, não pode ser reduzida a mera expressão de uma realidade humana freqüentemente unilateral ou marcada pelo pecado; pelo contrário, ela a considera, conduzindo-a a seu pleno sentido cristão (Assim, por ex., uma liturgia de defuntos não deve expressar somente o natural sentido de tristeza, mas também o da fé e esperança cristãs na ressurreição (cf. o prólogo do novo Ritual das exéquias).

III. Recomendações

a) Referentes ao Bispo

O Concílio Vaticano II reconhece ao Bispo o direito de regulamentar a liturgia e apontar-lhe o dever de promovê-la no seio da Igreja local (cf. SC nn. 22, 1 e 41; *Christus Dominus*, n.º 15; LG n.º 26). Incumbe-lhe:

1) Antes de tudo a responsabilidade pastoral de promover individual e coletivamente a vida litúrgica.

2) Celebrar freqüentemente como "sumo sacerdote de sua grei", rodeado de seu presbitério e ministros no meio de seu povo (cf. SC n.º 41);

3) Uma função reguladora "ad normam iuris" e segundo o espírito da Constituição sobre a Sagrada Liturgia (cf. SC n.º 22, 1; Instrução *Inter Oecumenici*, n.º 22); e

4) Valer-se da Comissão diocesana ou interdiocesana recomendadas pelo Concílio, compostas de peritos em liturgia, Bíblia, pastoral, música e arte sacra (cf. SC nn. 45 e 46; *Inter Oecumenici*, n.º 47).

b) Referentes às Conferências Episcopais

A renovação comunitária e hierárquica necessita, além disso, da intervenção de "diversas assembleias territoriais de Bispos legitimamente constituídas (cf. SC n.º 22, 2). Cabe-lhes uma função regulamentadora e coordenadora, dentro dos limites estabelecidos que assegurem a fidelidade da imagem eclesial da Igreja universal que cada comunidade cristã deve oferecer.

Para melhor alcançar estas finalidades, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano:

1) Deseja que sejam conferidas às Coonferências Episcopais facultades mais amplas em matéria litúrgica, a fim de poderem realizar melhor as adaptações necessá-

rias, atendendo às exigências de cada assembleia;

2) Recomenda que, dadas as circunstâncias peculiares dos territórios de missão, seus Ordinários se reúnam para estudar as adaptações necessárias e apresentá-las a autoridade competente (cf. SC n.º 40).

c) Serviços do CELAM

A coincidência de problemas comuns e a necessidade de contar com grupos de peritos devidamente preparados aconselha o incremento dos serviços que o Departamento de Liturgia do CELAM pode proporcionar. Tais são:

1) Um serviço de informação, documentação bibliográfica e coordenação prestado pelo Secretariado executivo do Departamento, que se propõe manter em permanente comunicação os Episcopados da América Latina.

2) Um serviço de investigação e formação que já começou a prestar o Instituto de Liturgia Pastoral de Medellín, visando a adaptação mais profunda da liturgia às necessidades e culturas da América Latina (cf. SC nn. 15 e 16 e 44). Para isso é necessário que se considere e facilite a reunião de peritos, tanto em liturgia, Sagrada Escritura e Pastoral, como em ciências antropológicas, cujos trabalhos abram caminho a um progresso legítimo (cf. SC n.º 23).

3) Uma seção de coordenação dos musicólogos, artistas e compositores para unir os esforços que se estão realizando em nossas nações, com o fim de proporcionar uma música digna dos sagrados mistérios (cf. SC nn. 46 e 119).

4) Um serviço de assessoramento técnico, tanto para a conservação do patrimônio artístico como para a promoção de novas formas artísticas (cf. SC nn. 126, 127 e 129).

5) Um serviço editorial para diversas publicações que sirvam de instrumento valioso para a pastoral litúrgico, sem que interfiram no âmbito de outras publicações.

Os serviços mencionados pressupõem a existência de bibliotecas especializadas suficientemente providas.

d) *Sugestões particulares*

1) A celebração da Eucaristia em pequenos grupos e comunidades de base pode ter verdadeira eficácia pastoral; cabe aos bispos permiti-la, atendendo às circunstâncias de cada lugar.

2) A fim de que os sacramentos alimentem e fortaleçam a fé na situação atual latino-americana, aconselha-se estabelecer, planificar e intensificar uma pastoral sacramental comunitária por meio de preparações sérias, graduais e ade-

quadas para o batismo (dos pais e padrinhos), confirmação, primeira comunhão e matrimônio (cf. SC n.º 59).

Recomenda-se a celebração comunitária da Penitência por meio de uma celebração da Palavra e observando-se a legislação vigente, porque contribui para ressaltar a dimensão eclesial desse Sacramento e torna mais frutífera a participação do mesmo.

3) Promovam-se as sagradas celebrações da Palavra, conservando sua relação com os sacramentos nos quais ela alcança sua máxima eficácia, e particularmente com a Eucaristia (cf. SC 35).

4) Promovam-se as celebrações eumênicas da Palavra, de acordo com o Decreto sobre o Ecumenismo n.º 8 e segundo as normas do Diretório nn. 33-35.

5) Sendo tão arraigadas em nosso povo certas devoções populares, recomenda-se a procura de formas mais convenientes que lhes dêem conteúdo litúrgico, de modo que sejam veículos da fé e de compromisso com Deus e com os homens (cf. CS n.º 13).

MOVIMENTOS DE LEIGOS *

I. *Os fatos*

JÁ se assinalou em outros lugares, e sob diferentes ângulos, a presença dos leigos no processo de transformação de nosso continente.

Aqui nos propomos rever a dimensão apostólica dessa mesma presença no momento histórico que todos estamos vivendo na América Latina.

1.2 Lembremos mais uma vez que o momento histórico atual de nossos povos se caracteriza, na ordem social e do ponto de vista objetivo, por uma situação de subdesenvolvimento, revelada por fenômenos maciços de marginalidade, alienação e pobreza, e condicionada, em última instância, por estruturas de dependência econômica, política e cultural em rela-

* Documento Final da Comissão n.º 6.

ção às metrópoles industrializadas que detêm o monopólio da tecnologia e da ciência (Neocolonialismo; cf. *Populorum Progressio*, n.º 3). É do ponto de vista subjetivo, pela tomada de consciência dessa mesma situação, que provoca em amplos setores da população latino-americana atitudes de protesto e aspirações à libertação, ao desenvolvimento e à justiça social.

Essa complexa realidade situa historicamente os latino-americanos ante o desafio de um compromisso liberador e humanizador.

1.3 Por outro lado, a modernização que transpõe dos setores mais dinâmicos da sociedade latino-americana, acompanhada pela crescente tecnização e aglomeração urbana, tem-se manifestado por fenômenos de mobilidade, socialização e divisão de trabalho, que têm tido por efeito a importância crescente dos grupos e ambientes funcionais — fundados no trabalho, na profissão ou na função em relação às comunidades tradicionais de caráter de vizinhança ou territorial.

Os mencionados meios funcionais constituem, em nossos dias, os centros mais importantes de decisão no processo da transformação social, e os focos onde se condensa ao máximo a consciência da comunidade.

Essas novas condições de vida obrigam os movimentos leigos da América Latina a aceitar o desafio de um compromisso de presença, de adaptação permanente e de criatividade.

1.4 A insuficiente resposta a esses desafios e, muito especialmente, a inadequação às novas formas de vida que caracterizam os

setores dinâmicos de nossa sociedade explicam em grande parte as diferentes formas de crise que afetam os movimentos de apostolado dos leigos.

Com efeito, eles realizaram um trabalho decisivo em determinado tempo, mas, por circunstâncias posteriores, ou se fecharam em si mesmos, ou se aferraram indevidamente a estruturas por demais rígidas, ou não souberam situar devidamente seu apostolado no contexto de um compromisso histórico liberador.

Por outro lado, muitos deles não revelam um meio sociológico denso, nem adotaram talvez a organização e a pedagogia mais apropriadas a um apostolado de presença e compromisso nos ambientes funcionais em que fermenta, em grande parte, o processo de transformação social.

1.5 Entre os fatores que favoreceram a crise de muitos movimentos, pode-se também assinalar a fraca integração do leigo latino-americano na Igreja, o frequente desconhecimento, na prática, de sua legítima autonomia, e a falta de assessôres devidamente preparados para as novas exigências do apostolado dos leigos.

1.6 Finalmente, não é possível desconhecer os valiosos serviços que prestaram e continuam prestando com renovado vigor os movimentos leigos à promoção cristã do homem latino-americano. Sua presença em muitos ambientes, apesar dos obstáculos e das dolorosas crises de crescimento, é cada vez mais efetiva e notória. Por outro lado, na elaboração de muitas renovações acolhidas e confirmadas pelo Vaticano II, não se pode deixar de ver o trabalho e

a reflexão de muitas gerações de militantes cristãos.

11. Critérios teológicos pastorais

2.1 No seio do Povo de Deus, que é a Igreja, há unidade de missão e diversidade de carismas, serviços e funções, “obra do único e mesmo Espírito (1 Cor. 12,11), de modo que todos, a seu modo, cooperem unânimes na obra comum” (cf. *Lumen Gentium* nn. 32 e 33).

2.2 Os leigos, como membros da Igreja, participam da triplice função profética, sacerdotal e real de Cristo em vista da realização de sua missão eclesial. Realizam, porém, especificamente essa sua missão no âmbito do temporal, em vista da construção da história. “exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus” (LG n.º 31).

2.3 Com efeito, o que caracteriza o leigo é o compromisso com o mundo, entendido como quadro de solidariedade humana, como tecido de acontecimentos e fatos significativos, numa palavra, como história.

Pois bem: comprometer-se é ratificar ativamente a solidariedade em que todo homem se acha imerso, assumindo tarefas de promoção humana, na linha de um determinado projeto social.

Assim entendido o compromisso, deve ele estar marcado, na América Latina, pelas circunstâncias peculiares de seu presente momento histórico, por um sinal de liberação, de humanização e de desenvolvimento.

Além disso, é preciso dizer que o leigo goza de autonomia e responsabilidade próprias na opção de seu compromisso temporal.

É o que reconhece a *Gaudium et Spes* quando diz que os leigos “reconhecendo as exigências da fé e dotados de sua virtude, onde fôr necessário, sem hesitação, descubram novas iniciativas, levando-as à prática (...) Não julguem serem os seus pastores sempre tão competentes que possam ter uma solução concreta e imediata para toda a questão que surja, mesmo grave, ou que seja a missão deles. Os leigos, ao contrário, esclarecidos pela sabedoria cristã e prestando atenção cuidadosa à doutrina do Magistério, assumam suas próprias responsabilidades” (GS n. 43). E, como diz o apêlo final da *Populorum Progressio*, “pertence aos leigos, pelas suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, imbuir de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida” (n.º 81).

2.4 Mediante a consciência, a fé — que opera pela caridade — está presente no compromisso temporal do leigo como motivação, iluminação e perspectiva escatológica que dá seu sentido integral aos valores de dignidade humana, união fraterna e liberdade, que “encontraremos, novamente, limpos contudo de toda impureza, iluminados e transfigurados”, no Dia do Senhor (GS n.º 39). “A Igreja ensina, além disso, que a esperança escatológica não diminui a importância das tarefas terrestres, mas antes apóia o seu cumprimento com motivos novos” (GS n.º 21).

2.5 Pois bem, como a fé exige ser partilhada e implica, por isso mesmo, uma exigência de comunicação ou de proclamação.

compreende-se a vocação apostólica dos leigos no interior — e não fora — de seu próprio compromisso temporal.

Ainda mais: ao ser assumido esse compromisso no dinamismo da fé e da caridade, adquire em si um valor de testemunho e se confunde com o testemunho cristão. Nessa perspectiva, a evangelização do leigo não é mais do que a explicitação ou a proclamação do sentido transcendente desse testemunho.

Vivendo “nas ocupações e condições ordinárias de vida familiar e social, pelas quais sua existência é como que tecida”, são os leigos chamados por Deus ali “para que, exercendo seu próprio ofício guiados pela espírito evangélico, a modo de fermento, *de dentro*, contribuam para a santificação do mundo... A eles cabe iluminar e ordenar as coisas temporais às quais estão intimamente unidos (LG n.º 31).

2.6 O apostolado dos leigos terá maior transparência de sinal e maior densidade eclesial quando se apoiar no testemunho de equipes e de comunidades de fé, a que Cristo prometeu especialmente sua presença unitiva (Mt. 18,20). Desse modo, os leigos cumprirão mais cabalmente sua missão de fazer com que a Igreja “aconteça” no mundo, na tarefa humana e na História.

III. Recomendações pastorais

Tendo em conta as numerosas recomendações pastorais já desenvolvidas em outros documentos desta Conferência em relação ao papel dos leigos na América Latina, atemo-nos apenas às seguintes:

3.1 Conforme as óbvias prioridades derivadas da situação latino-americana acima descrita, e em harmonia com os progressos da teologia do laicato, inspirada no Vaticano II, promova-se com especial ênfase e urgência a criação de equipes apostólicas ou de movimentos de leigos nos ambientes ou estruturas funcionais, sobretudo onde se elabora e decide o processo de liberação e humanização da sociedade a que pertencem, dotando-os de uma coordenação adequada e de uma pedagogia baseada no discernimento dos sinais dos tempos na trama dos acontecimentos.

3.2 Onde já existirem as mencionadas equipes ou movimentos, que sejam eles apoiados e animados decididamente, e não abandonados sem militantes quando, por causa das implicações sociais do Evangelho, são levados a compromissos que comportam dolorosas conseqüências (cf. Paulo VI, Homilia no Dia do desenvolvimento, 23-8-68).

3.3 Reconhecendo a crescente interdependência entre as nações e o peso de estruturas internacionais de dominação, que condicionam de modo decisivo o subdesenvolvimento dos povos periféricos, assumam os leigos seu compromisso cristão no nível dos movimentos e organismos internacionais para promover “o progresso dos povos mais pobres” e favorecer “a justiça das nações”.

3.4 Os movimentos de apostolado dos leigos, situados no plano de uma mais estreita colaboração com a hierarquia e que tanto contribuíram para a ação da Igreja, continuam tendo vigência como apostolado organizado. Não de ser,

portanto, promovidos, ainda que se deva evitar "ir para além do limite de vida útil de associações e métodos antiquados" (*Apostolicam Actuositatem*, n.º 19 d).

3.5 Que se fomente uma genuína espiritualidade dos leigos a partir de sua própria experiência de compromisso no mundo, ajudando-os a se entregarem a seu Deus entregando-se aos homens e ensinando-lhes a descobrir o sentido da oração e da liturgia como expressão e alimento dessa dupla e recíproca entrega. "A exemplo de Cristo que exerceu a profissão de operário, alegrem-se antes os cristãos porque podem desempenhar todas as suas atividades terrestres, unindo os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos ou técnicos, em síntese vital com os valores religiosos, sob cuja soberana direção todas as coisas são coordenadas para a glória de Deus" (GS n.º 43).

3.6 Que se preste o devido reconhecimento e apoio aos diferentes movimentos internacionais de apostolado dos leigos que, através de seus organismos de coordenação, promovem e identificam com tanto sacrifício seu apostolado neste continente, atentos às

exigências peculiares de sua problemática social.

Moções

A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano formula votos de que quanto antes procedam as Conferências Episcopais nacionais à realização dos estudos necessários para cumprir o estabelecido no número 26 do Decreto *Apostolicam Actuositatem* em seu próprio âmbito nacional para criar-se um Conselho que auxilie a "obra apostólica da Igreja, seja no campo da evangelização e santificação, seja no campo da caridade, da assistência social e outros".

E pede ao CELAM que proceda também à realização de um estudo em colaboração com os leigos interessados nas diversas nações latino-americanas, a respeito da possibilidade, oportunidade e forma de criar um Conselho semelhante no plano regional latino-americano, como está previsto no parágrafo citado, para dispor de uma adequada plataforma de encontro, estudo, diálogo e serviço em nível continental.

SACERDOTES *

I. A situação atual

1) Motivação

As grandes mudanças do mundo de hoje na América Latina afetam necessariamente os presbíteros em seu ministério e vida.

Por isso quisemos, os bispos, refletir sobre o assunto com a fi-

nalidade de contribuir e orientar a renovação sacerdotal nesta hora complexa do Continente.

2) Diversidade de situações concretas

As conseqüências dessas mudanças não são as mesmas em todos os países, nem em todos os

* Documento Final da Comissão n.º 7.

setores de cada país. Afetam de modo especial as pessoas jovens e os sacerdotes que estão engajados nos pontos-chave da atual situação de mudanças.

Estas conseqüências se caracterizam de modo especial por uma maior valorização de alguns aspectos do ministério e da vida sacerdotal e menosprêzo de outros.

Em ambos os casos há elementos positivos e negativos. A soma final é, no entanto, construtiva e cheia de esperanças.

3) O quantitativo e qualitativo na distribuição dos sacerdotes

Como causa da insuficiência pastoral na América Latina costuma arrolar-se a escassez numérica de sacerdotes: ainda mais quando confrontada com o crescimento demográfico.

É causa real, apesar da generosa contribuição de Igrejas-irmãs que enviam presbíteros e de muitos religiosos procurarem estabelecer fundações em regiões não-suficientemente providas de clero diocesano.

Reconhecemos, porém, que há erros de ordem distributiva que influem na qualidade do trabalho pastoral:

a) Excessiva acumulação de pessoal nas Igrejas desenvolvidas e ausência de elementos em regiões necessitadas, num mesmo país e até numa mesma diocese ou cidade.

b) Há Igrejas com abundância de clero paroquial, mas que carecem de elementos especializados. Há regiões e Igrejas que se beneficiariam se recebessem (mesmo temporariamente) a ajuda de sacerdotes especializados cujos ser-

viços não se aproveitam suficientemente.

4) Consideração dos carismas sacerdotais

O sacerdócio jerárquico é certamente enriquecido pela ação renovadora do Espírito Santo que cuida de prover com carismas sua Igreja.

É possível constatar neste campo que os Superiores nem sempre prestam suficiente atenção à diversidade carismática, o que afeta negativamente a eficácia do ministério sacerdotal.

Por outro lado, não faltam sacerdotes que confundem os dons do Espírito Santo com simples inclinações naturais ou interesses individuais não considerando devidamente as perspectivas comunitárias, para cujo serviço são outorgados os carismas.

5) Aspectos de crise pessoal

a) Existe, antes de mais nada, um perigo para a própria fé do presbítero de hoje.

Contribui para isso todo um conjunto de elementos de especial complexidade.

É preciso chamar a atenção sobretudo para uma certa superficialidade na formação intelectual e insegurança doutrinal motivada pelo relativismo ideológico vigente e por certa desorientação teológica (cf. Paulo VI, discurso de abertura da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano), como também pelos atuais progressos, sobretudo das ciências antropológicas e das ciências da Revelação, de que muitos presbíteros não possuem a necessária

informação ou não chegaram a assimilá-las suficientemente.

Percebe-se também, nesta hora de transição, uma crescente desconfiança nas estruturas da Igreja que em alguns chega ao menosprezo de todo o institucional, comprometendo os próprios aspectos da instituição divina.

Parece-nos que este perigo para a fé é o elemento mais pernicioso para o presbítero de hoje.

b) O sacerdote de hoje sente a necessidade de uma expressão mais vivencial de sua oração, ascese e consagração.

A superação da dicotomia entre Igreja e Mundo e a necessidade de maior presença da fé nos valores temporais exigem a adoção de novas formas de espiritualidade, conforme as orientações do Vaticano II.

Não poucos presbíteros, antes de garantirem uma passagem valledoura para novas formas, libertam-se do tradicional com o risco de caírem num desastroso enfraquecimento de sua vida espiritual.

Este crescimento da espiritualidade é particularmente perigoso porque o presbítero facilmente transfere sua própria crise para a comunidade em que vive.

c) Em relação ao celibato sacerdotal, um louvável aprofundamento do valor afectivo da pessoa humana e um exacerbado erotismo do meio-ambiente, unidos aos freqüentes descuidos da vida espiritual e outras causas mais, abriram caminho a nova e variada problemática.

Alguns firmam seus argumentos em relação de tipo pastoral ou psicológico, ou aduzem reflexões teológicas que delimitam a distin-

ção entre carisma e ministério; outros pretendem diminuir a própria força do compromisso contraído na consagração.

d) No ministério sacerdotal é fácil advertir hoje para uma tensão existente entre as novas exigências da missão e certo modo de exercer a autoridade, que podem implicar uma crise de obediência.

A consciência mais viva da dignidade e responsabilidade da pessoa, a maior sensibilidade atual pelos valores e não tanto pelas normas, a nova concepção do ministério jerárquico como estrutura colegial, o sentido da autoridade como serviço e a distinção entre obediência específica do religioso e obediência própria do presbítero (cf. *Perfectae Caritatis*, n. 14, comparado com *Presbyterorum Ordinis*, n. 15) são indícios de um novo clima muito positivo, mas portador de tensões.

Se a tudo isto se acrescentarem os defeitos das pessoas, compreender-se-á facilmente a presença de um conjunto de problemas delicados no exercício do ministério sacerdotal.

Nesta linha de considerações é oportuno assinalar um perigoso ofuscamento, em alguns, do valor do magistério papal e episcopal, fato êsse que pode revelar não apenas falta de obediência mas de fé.

e) Surgem dúvidas também no que concerne à própria vocação sacerdotal. Dúvidas motivadas por vários factores característicos desta hora de renovação eclesial:

— Crescente valorização do papel do leigo no desenvolvimento do mundo e da Igreja;

— A moderna discussão, sobre o papel e figura do sacerdote na sociedade;

— A superficialidade com que se encarna o próprio sacerdócio nas funções regiliosas rotineiras e numa forma de vida aburguesada.

f) Verifica-se também uma crise entre os sacerdotes que, por sua idade ou formação recebida, sentem-se incapacitados para assumir as mudanças de renovação promovidas pelo Concílio.

g) Muitos sacerdotes lamentam que a revisão do regime de benefícios, lenta por sua complexidade, mantenha ainda suas Igrejas em lamentável penúria e pedem a todos os que serão atingidos pelas imprescindíveis reformas administrativas facilitem a pronta aplicação das indicações conciliares.

II. Elementos de reflexão pastoral

1) Sacerdócio de Cristo

a) Na Nova Aliança, Cristo Jesus, Senhor Ressuscitado, é o único Sacerdote, Mediador sempre ativo perante o Pai em favor dos homens.

O ministério jerárquico da Igreja, sacramento na terra desta única mediação, faz com que os sacerdotes atuem entre os homens "in persona Christi".

A eles se aplica particularmente o que Paulo VI disse de Cristo, Sumo e Eterno Sacerdote: "Não és diafragma, mas canal; não és obstáculo, mas caminho; não és um profeta qualquer, mas o único e necessário intérprete do ministério religioso... Tu és a ponte entre o reino da terra e o reino do céu... És necessário, és suficien-

te, para nossa salvação" (Alocução de 22-8-1968, em Bogotá).

b) Em seu sacerdócio Cristo unificou a tríplice função de Profeta, Liturgo e Pastor, estabelecendo assim uma peculiar originalidade no ministério sacerdotal de sua Igreja.

Por isso, os sacerdotes dedicados a tarefas ministeriais em que se acentua mais um dos aspectos dessa tríplice missão não devem esquecer os outros, nem debilitar a intrínseca unidade da ação total de seu ministério, porque o sacerdócio de Cristo é indivisível (cf. PO n. 8).

2) Comunhão jerárquica

a) No Corpo Místico de Cristo, os bispos e os presbíteros são consagrados pelo sacramento da Ordem para exercerem o sacerdócio ministerial como um conjunto orgânico que manifesta e torna presente Cristo Cabeça (cf. LG n. 21). Os presbíteros são incorporados neste conjunto orgânico para serem cooperadores da Ordem Episcopal.

Deduz-se daí, como consequência inevitável, a íntima união de amizade, amor, preocupação, interesses e trabalhos entre bispos e presbíteros, de tal forma que não se possa conceber um bispo desligado ou alheio a seus presbíteros, nem um presbítero afastado do ministério de seu bispo. Todos os sacerdotes, vinculados entre si por uma verdadeira fraternidade sacramental (PO n. 4), devem saber conviver e atuar unidos na solidariedade de uma mesma consagração.

b) Em vista da comunhão jerárquica do ministério sacerdotal,

sugere-se assegurar, de forma institucionalizada, a adequada co-responsabilidade dos presbíteros com a ordem episcopal.

Insiste-se por isso na criação ou eficiente funcionamento do Conselho Presbiterial em cada diocese.

Além disso, julgamos importante, hoje, uma maior representação dos presbíteros nos organismos episcopais de nível supradocesano.

3) *Comunidade Eclesial*

Os bispos, junto com os presbíteros, receberam o encargo de servir a comunidade (cf. I.G n. 20), pelo qual devem dedicar-se a edificar e guiar a comunidade eclesial como sinais e instrumentos de sua unidade (cf. PO n. 6).

Os presbíteros atuam na comunidade como membros específicos que compartilham com todo o povo de Deus o mesmo ministério e a mesma e única missão salvadora.

Os leigos, por seu sacerdócio comum, gozam na comunidade do direito e têm o dever de trazer indispensável colaboração para a pastoral (cf. *Apostolicam Actuositatem*, n. 3). Por isso, é dever dos sacerdotes dialogar com eles não de maneira ocasional, mas de modo constante e institucional.

O mesmo diga-se das religiosas e religiosos não-presbíteros.

Serviço ao mundo

a) Todo sacerdote ministerial é tomado de entre os homens e constituído em favor dos homens no que se refere a Deus (cf. Heb 5,7).

A consagração sacramental da Ordem situa o sacerdote no mundo para o serviço dos homens.

É de particular importância sublinhar que a "consagração" sacerdotal é conferida por Cristo para a "missão" de salvação do homem.

Isto exige de todo sacerdote uma especial solidariedade de serviço humano, expressa numa viva dimensão missionária, que o faça colocar suas preocupações ministeriais a serviço do mundo com seu grandioso porvir e seus humilhantes pecados, e um contato inteligente e constante com a realidade, de tal modo que sua consagração resulte numa maneira especial de presença no mundo e não em segregação dele (cf. PO n. 3).

b) O mundo latino-americano se encontra empenhado num gigantesco esforço para acelerar o processo de desenvolvimento no Continente.

Cabe ao sacerdote nesta tarefa um papel específico e indispensável. Não é mero promotor do progresso humano.

Descobrindo o sentido dos valores temporais, deverá procurar conseguir "unindo os esforços humanos, domésticos, profissionais, científicos e técnicos, uma síntese vital com os valores religiosos, sob cuja soberana direção todas as coisas são coordenadas para a glória de Deus" (GS n. 43).

Por isso deve esforçar-se, pela palavra e ação apostólica sua e da comunidade eclesial, para que toda a atividade temporal adquira seu pleno sentido de liturgia espiritual, incorporando-a vitalmente na celebração da Eucaristia.

c) Para promover o desenvolvimento integral do homem forme e anime os leigos a participarem ativamente, com consciência cristã, na técnica e elaboração do pro-

gresso. Mas, no setor econômico e social, e, sobretudo no político, em que se apresentam diversas opções concretas, ao sacerdote como tal não lhe incumbe diretamente a decisão, nem a liderança, nem tampouco a estruturação de soluções.

III. Algumas conclusões orientadoras

1) Espiritualidade

a) A espiritualidade sacerdotal há de ser uma vivência pessoal intrinsecamente ligada à ação ministerial (cf. PO n. 13).

Entre tôdas as exigências desta espiritualidade nenhuma é superior nem mais necessária que a de uma profunda e permanente vida de fé.

Através dela deve o sacerdote tornar visível a perfeita unidade de Cristo com o Pai: "quem me viu viu o Pai" (Jo 14,9); e testemunhar com São Paulo: "Sede meus imitadores, como eu o sou de Cristo" (1 Cor 11,1).

Importa pois, antes de mais nada, que o sacerdote seja o homem de oração por antonomásia.

Sacerdote cuja vida não for um testemunho dêste espírito de fé jamais poderá ser reconhecido como digno ministro de Cristo Senhor.

b) A caridade pastoral infundida pelo sacramento da Ordem deve impulsionar, hoje, os sacerdotes a trabalharem mais do que nunca pela unidade dos homens até à doação da própria vida, como o fez o Bom Pastor.

No exercício desta caridade que une o sacerdote intimamente com a comunidade, encontrar-se-á o equilíbrio da personalidade huma-

na, feita para o amor, e se redescobrirão as grandes riquezas contidas no carisma do celibato em toda sua visão cristológica, eclesiológica, escatológica e pastoral (cf. Encíclica *Sacerdotalis Coelibatus*).

2) Ministério

Conseqüência clara da orientação conciliar é a superação da uniformidade na figura do presbítero. Os sacerdotes "exercam um ministério paroquial ou supraparoquial, contribuam para investigar ou transmitir a ciência, dediquem-se até a trabalhos manuais participando da sorte dos próprios operários... cumpram outras atividades apostólicas ou preparatórias para o apostolado" (PO n. 8). Exercerão seu ministério em consonância com a exigência pastoral dos diferentes carismas.

É preciso recordar, porém, que cabe aos que presidem a Igreja julgar da autenticidade e ordenado exercício dos carismas (cf. LG n. 12, e AA n. 3). Neste campo deve haver planificação pastoral para melhor distribuição dos sacerdotes, tanto em quantidade como em qualidade.

3) Diálogo e cooperação

a) A adequada co-responsabilidade de bispos e presbíteros exige o diálogo em que haja mútua liberdade e compreensão, tanto em relação aos assuntos a tratar como à maneira de discutí-los.

Isto ajudará a compreender melhor a missão comum do sacerdócio ministerial e trará um clima novo em que será mais fácil superar certas tensões de obediência

pela busca em comum da vontade do Pai.

b) É de suma importância dar vida aos "conselhos de Pastoral" que são inegavelmente uma das instituições mais originais sugeridas pelo Concílio e um dos mais eficientes instrumentos da renovação da Igreja em sua ação de pastoral de conjunto.

c) O isolamento em que vivem tantos sacerdotes é contrário ao profundo sentido de unidade do presbitério.

Para que a responsabilidade comum sobre a Igreja local seja realmente compartilhada por todos, recomenda-se a existência de equipes sacerdotais em suas diversas formas.

Haja centros sacerdotais onde possam reunir-se, em ambiente fraternal e contato freqüente com o bispo, todos os presbíteros, com vistas a seu aperfeiçoamento pessoal.

4) *Valôres culturais*

É indispensável, hoje em dia, a atualização cultural dos sacerdotes. E para isso precisam de tempo e meios adequados.

Em primeiro lugar, é necessário ajudá-los a assimilarem profundamente as grandes orientações teológicas do Concílio e os principais progressos das ciências da Revelação. É em seguida uma maior adaptação a todo o progresso humano.

A missão do presbítero exige uma cultura encarnada e dinâmica, constantemente atualizada e aprofundada que não se reduza a mero cultivo intelectual, mas abarque todo o sentido da "humanitas" enriquecida pelos valôres vividos sacerdotalmente (cf. PO n. 3).

5) *Modo de vida pobre*

Uma das características indispensáveis da espiritualidade sacerdotal, especialmente requerida por nossa situação continental, é a pobreza evangélica.

Os presbíteros serão testemunhos do Reino: pobres de espírito e imitando a Jesus Cristo, mas valorizando e usando pastoralmente os bens econômicos em favor de Cristo pobre, presente cotidianamente na pessoa dos necessitados.

A pobreza evangélica que é vida na Igreja de diversas maneiras, conforme a vocação de cada um, deve concretizar-se para os presbíteros diocesanos num modo de vida que lhes dê as possibilidades econômicas, condizentes com um ministério comunitário.

Os bispos com seu presbitério cuidem de concretizar um plano de sustento dos presbíteros que, por um lado, evite toda aparência de lucro com relação ao sagrado e, por outro, distribua equitativamente as rendas diocesanas reunidas solidariamente por todas as paróquias (cf. PO n. 21).

As Conferências Episcopais consigam quanto antes o funcionamento de uma adequada previdência social para o clero.

II'. *Saudação fraterna*

1) *A nossos presbíteros*

Os bispos nos sentimos unidos a todos os queridos irmãos que, na serenidade e na paz, afrontam problemas e inquietações, demonstrando assim a riqueza de seu amor à Igreja e aos homens.

Unidos trataremos de dar nossa resposta aos problemas do homem

atual. Juntos refletiremos apoiando-nos nos dons de Deus para discernir os sinais dos tempos. Encontraremos no evangelho a imagem mais nítida de Cristo Senhor. Contamos com sua ajuda para levar a bom termo este serviço numa Igreja que empreende com alegria e confiança a tarefa de conduzir com Cristo, Pastor Eterno, os homens todos à casa do Pai.

É dever de justiça manifestar nosso reconhecimento a todos os sacerdotes que, num passado próximo e remoto, viveram, trabalharam e se entregaram pelos povos da América Latina.

Não podemos deixar de exprimir também nosso mais íntimo reconhecimento aos numerosos sacerdotes e religiosos de Igrejas irmãs que, deixando pátria, tradições e amigos, vieram juntar-se à tarefa apostólica que sózinhos não poderíamos realizar.

2) *Aos que estão em crise.*

Dirigimo-nos também a os queridos cooperadores que estão sofrendo as angústias das mais diversas crises, após anos vividos na fidelidade e abnegação. Reconhecemos que a situação é fruto, às vezes e em parte, da sinceridade e autenticidade. Gostaríamos que houvesse entre nós recíproca con-

fiança. Apesar de nossas deficiências e possíveis falhas, ainda que não intencionadas, somos, por disposição divina, responsáveis por eles perante o Pai.

Permitam que os ajudemos e busquem amparo e solidariedade na convivência com os irmãos presbíteros que vivem e sofrem na vinha do Senhor.

E acima de tudo não se afastem do contato íntimo e confiante com Cristo que não os considera servos, mas amigos. Saibam também que rezamos por eles ao Pai das Luzes.

3) *Aos que se afastaram*

Aos presbíteros que, com ou sem o consentimento da autoridade competente, como resultado de uma crise, que em última instância só a Deus compete julgar, afastaram-se do presbitério, dizemos que os reconhecemos marcados pelo caráter do sacerdócio e os respeitamos como irmãos, amando-os como filhos.

Encontrarão sempre nosso coração aberto para qualquer ajuda na medida de nossas possibilidades, para que, conservando e recuperando o vínculo visível da unidade essencial na Igreja de Cristo, dêem testemunho do Reino para o qual foram consagrados.

RELIGIOSOS *

MISSÃO DO RELIGIOSO NA AMÉRICA LATINA

A CARIDADE com que amamos Deus e ao próximo é a única santidade que cultivam todos os que, guiados pelo Espírito de

Deus, seguem a Cristo em qualquer estado de vida e profissão a que foram chamados (*Lumen Gentium*, n. 42 e 41).

Na Igreja, todos são chamados à santidade (LG n. 39), tanto os que pertencem à hierarquia como

* Documento Final da Comissão n.º 7.

os leigos e religiosos, santidade que se realiza mediante a imitação do Senhor por amor. Pelo batismo, o cristão iniciou sua configuração com Cristo (LG n. 7) que, em seguida, pela ação de Deus e a fidelidade do homem, irá crescendo até chegar à idade perfeita da plenitude de Cristo. Cada um procurará alcançar a santidade vivendo a caridade segundo as características próprias de seu estado de vida.

2. Nesses momentos de revisão, muitos se perguntam que lugar ocupa o religioso na Igreja, e em que consiste sua vocação especial, dentro do Povo de Deus.

No decorrer da História da Igreja, a vida religiosa teve sempre, e agora com maior razão, uma missão profética, a de ser um testemunho da escatologia. Todo cristão — seja religioso ou leigo — buscará o Reino de Deus identificando-se, por amor, com Cristo em sua Encarnação e em sua Morte e Ressurreição, que culmina na escatologia; o que caracteriza o religioso, porém, é viver a caridade por meio de uma peculiar consagração que se baseia no batismo, e a exprime com maior plenitude (*Perfectae Caritatis*, n. 5). Essa consagração peculiar é um compromisso a viver com maior intensidade o aspecto escatológico do cristianismo para ser dentro da Igreja, de um modo especial, “testemunha da Cidade de Deus”.

3. Isso significa, por um lado, que o religioso deve encarnar-se no mundo real, e hoje com maior audácia que em outros tempos: não pode considerar-se alheio aos problemas sociais, ao sentido democrático, à mentalidade pluralista, etc., dos homens que vivem em

torno dêle. Assim, as circunstâncias concretas da América Latina (nações em vias de desenvolvimento, com escassez de sacerdotes, etc.) exigem dos religiosos uma especial disponibilidade, conforme o próprio carisma, para se inserirem nas linhas de uma pastoral efetiva. Por outro lado, no meio de um mundo que corre para a secularização e para o esfriamento na fé e na caridade, o religioso terá que ser sinal de que o Povo de Deus não tem uma cidadania permanente neste mundo, mas busca a futura, e por meio do estado religioso, “que deixa seus membros mais desimpedidos dos cuidados terrenos, manifesta a todos os fiéis a presença dos bens celestes — presentes já nesta vida — dá testemunho da nova e eterna vida conquistada pela redenção de Cristo, prenuncia a ressurreição futura e a glória do Reino celeste” (LG n. 44). Ou, segundo se expressa em outro lugar (LG n. 31), “os religiosos, por seu estado, dão brilhante e exímio testemunho de que não é possível transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus sem o espírito das bem-aventuranças”.

Se é verdade que o religioso se coloca a certa distância das realidades do mundo presente, não o faz por desprezo pelo mundo, mas pelo propósito de lembrar seu caráter transitório e relativo.

4. Seu testemunho não é algo abstrato, mas existencial, sinal da santidade transcendente da Igreja: quer-se viver com maior plenitude, por meio dessa especial consagração, aquela identificação pessoal com Cristo, que se iniciou no batismo. Ela se exprime principalmente através do voto de castidade pelo qual o religioso se une

ao Senhor com um amor indiviso (*Optatam Totius*, n. 10), e pela caridade da vida comunitária é um prenúncio da perfeita união no Reino futuro.

Nas Congregações de vida ativa, a ação apostólica, como atividade missionária, não é um trabalho de desagregação da vida religiosa, mas uma manifestação do desígnio de Deus na História da Salvação que também "tende à plenitude escatológica" (*Ad Gentes*, n. 9).

5. O testemunho do mundo futuro se manifesta de um modo especial na vida religiosa contemplativa que é uma mediação e uma presença do mistério de Deus no mundo. Cabe-lhe um grande papel, especialmente na situação latino-americana, já que, com sua vida de fé e abnegação, os contemplativos convidam a uma visão mais cristã do homem e do mundo.

Tanto na vida ativa como na contemplativa, requer-se, para que este testemunho seja autêntico, um íntimo contato com Deus na oração pessoal e um aprofundamento no sentido da caridade que tem sua melhor expressão na Celebração Eucarística.

6. Postos esses princípios e visando este Documento especialmente o desenvolvimento e a Pastoral na América Latina, insistiremos apenas naqueles aspectos da vida religiosa que têm relação direta com esses temas.

AJORNAMENTO

7. As mudanças provocadas no mundo latino-americano pelo processo de desenvolvimento, e, por outro lado, os planos de pastoral de conjunto, através dos

quais a Igreja da América Latina quer encarnar-se em nossas concretas realidades de hoje, exigem uma renovação séria e metódica da vida religiosa e da estrutura da comunidade. É esta uma condição indispensável para que os religiosos sejam um sinal inteligível e eficaz dentro do mundo atual.

8. Por vezes se interpreta equivocadamente a separação entre a vida religiosa e o mundo, e há comunidades que mantêm ou criam barreiras artificiais, esquecendo-se de que a vida comunitária deve abrir-se para o ambiente humano que a cerca, a fim de irradiar a caridade e abraçar todos os valores humanos.

9. A verdadeira caridade tem como efeito a plasticidade de espírito para adaptar-se a toda espécie de circunstâncias. O religioso deverá ter uma perfeita disponibilidade para seguir o ritmo da Igreja e do mundo atual, dentro dos limites que lhe indica a obediência religiosa. Deve adaptar-se às condições culturais, sociais e econômicas, embora isso suponha a reforma de costumes e constituições ou a supressão de obras que hoje já perderam sua eficácia. Os costumes, os horários, a disciplina devem facilitar as tarefas apostólicas.

10. É necessário levar em conta as inquietações e interrogações da juventude, que revelam em geral uma atitude de generosidade e compromisso com o ambiente.

11. Por outro lado, deve-se abordar seriamente o "conflito de gerações", que se caracteriza não só como um conflito entre um sistema de normas e outro de valores, mas porque não se dá mais a certos valores o caráter de abso-

lutos, e êsse relativismo produz na juventude, e mais ainda nos adultos, um estado de insegurança que chega a afetar os valores da vida religiosa e da própria fé. É necessário, portanto, dar uma educação "personalizadora" que os leve a realizarem-se através de graduais opções pessoais, tendo como meta a vivência autêntica dos valores evangélicos.

12. Notamos também que, por causa dessa situação de transformação e insegurança, ocorrem numerosas deserções nos Institutos. Nesses casos, é necessário um espírito de compreensão fraterna que facilite ao máximo o reajustamento psicológico e social daqueles que deixam a vida religiosa.

Participação no desenvolvimento e vida religiosa

13. O amor fraterno a todos os membros do Corpo Místico há de nascer da "Vida oculta com Cristo em Deus", e ser a fonte de todo apostolado (PC n. 6), e o apostolado há de levar à unidade da caridade (*Presbyterorum Ordinis*, n. 9). Para os religiosos de vida ativa, não se pode considerar a ação apostólica como algo secundário, antes "pertence ela à própria natureza da vida religiosa; toda a vida religiosa dos membros deve estar impregnada do espírito apostólico, e toda a ação apostólica informada do espírito religioso" (PC n. 8; LG n. 44).

14. A integração da vida apostólica (em todas as suas manifestações) na própria vida dos institutos religiosos está-se apresentando na América Latina como problema de características dramáticas, especialmente entre os jo-

vens, mais sensibilizados pelos condicionamentos do processo de humanização do Continente.

15. A juízo desses jovens, manifesta-se uma dissociação prática entre o conjunto de observâncias a que se dá o nome de "Vida Regular" e a participação no desenvolvimento do homem latino-americano.

16. Isso ocasiona uma crítica severa a seus próprios institutos e comunidades, acusando a vida religiosa, assim entendida, de alienação fundamental relativamente à vida cristã, e de inadaptação ao mundo de hoje.

17. As crises nas Comunidades religiosas tomam grandes proporções, enquanto diminui o número dos que se apresentam para ingressar nas mesmas.

18. a) Por isso, recomendamos aos religiosos: desenvolver e aprofundar uma teologia e uma espiritualidade da vida ativa. Pois é necessário adquirir uma mentalidade que valorize sobrenaturalmente os elementos penitenciais que o apostolado encerra e que realce o exercício das virtudes teológicas e morais que o mesmo implica.

b) Tome-se consciência dos graves problemas sociais de vastos setores do povo em que vivemos.

19. A situação atual não pode deixar inativos os religiosos; embora não tenham que intervir no sentido de dirigir o temporal, têm que trabalhar diretamente com as pessoas em um duplo aspecto, no de fazê-las viver sua dignidade fundamental humana e no de servi-las em vista dos bens da Redenção (CEIAM, Conclusões de Mar del Plata, pág. 39).

20. Consideramos que a colaboração do religioso no desenvolvimento integral é algo vital e inerente à sua própria vocação. Cada um deve aceitar generosamente seu papel, sobretudo os que, por educação, situação e influência, têm maiores possibilidades (*Populorum Progressio*, 32).

21. A êsse respeito, recordamos aos religiosos a necessidade de:

a) Insistir em uma séria formação espiritual, teológica, profunda e continuada, em harmonia com o cultivo e o aprêço dos valores humanos.

b) Valorizar o apostolado e suas exigências como elemento essencial na vida religiosa. A fidelidade a êste aspecto essencial pede aos religiosos a renovação constante de seus métodos mantendo a continuidade com seu próprio patrimônio, para assimilar tudo o que vai surgindo de melhor na Igreja, e adaptar seus sistemas aos novos processos e novas necessidades e, em nosso caso, a Igreja da América Latina, em cumprimento de sua missão salvífica vá ao encontro do problema do desenvolvimento.

c) Considerar que o desenvolvimento se relaciona necessariamente com dimensões de justiça e caridade; a teologia deve intervir para ponderá-las em vista de uma pastoral que necessita atualizar-se cada vez mais, dado o dinamismo do progresso humano.

d) Rever sinceramente a formação que se dá aos religiosos no campo social, dando especial importância às experiências vitais em vista da aquisição de uma mentalidade social.

e) Atender, educar, evangelizar e promover as classes sociais, marginalizadas sobretudo, com um espírito eminentemente missionário, preocupar-se com os numerosos grupos indígenas do Continente (PC n. 20).

f) Promover um autêntico espírito de pobreza que se traduza efetivamente em pôr a serviço dos outros os bens que se possui (PC n. 13).

g) Realizar o pedido de Paulo VI referente à Reforma Agrária no caso em que se possuam terras não necessárias para a obra apostólica.

Pastoral de conjunto

22. É necessário que as Congregações Religiosas possam integrar-se em nossos planos de Pastoral de Conjunto de acôrdo com o carisma, as finalidades específicas de cada Instituto e as prioridades pastorais, mesmo que para isso seja às vezes necessário abandonar certas obras para atender a outras que se considerem mais urgentes e necessárias.

23. Essa íntima participação dos religiosos dar-se-á desde a etapa de reflexão e de planejamento até à de realização, sem esquecer que só se obtém a integração real quando as próprias comunidades religiosas (no nível provincial e local) tomarem consciência da responsabilidade pastoral colegial e refletirem em sintonia com os demais grupos e membros do Povo de Deus.

24. Estamos conscientes do indispensável trabalho apostólico que religiosos e religiosas realizam; continuarão êles sendo, junto ao

clero diocesano, a fase da evangelização da América Latina. Sugere-se, entretanto, que os religiosos se esforcem por integrar os leigos nos trabalhos apostólicos, respeitando sinceramente sua competência na ordem temporal e reconhecendo sua responsabilidade própria dentro da Igreja.

25. Enfim, já que o trabalho de evangelização supõe permanência e estabilidade, esta II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano pede encarecidamente aos superiores maiores que dêem estabilidade ao pessoal religioso que desempenha funções apostólicas na América Latina, de acordo com convênios firmados com os Bispos do lugar.

Leigos consagrados na vida religiosa e nos institutos seculares

26. A consciência mais clara que os leigos vão tomando do lugar que lhes corresponde dentro da Igreja, por força de seu batismo, leva-nos a ver e apreciar de maneira especial o enorme potencial que representam para a América Latina os numerosos homens e mulheres que, conservando sua condição leiga, consagraram-se ao Senhor na vida religiosa ou nos Institutos seculares.

27. Lembramos antes de tudo que "a vida religiosa leiga, tanto para homens quanto para mulheres, constitui em si mesma um estado completo de profissão dos conselhos evangélicos" (PC n. 10).

28. Todavia, para que os religiosos leigos possam cumprir sua missão específica na América Latina de hoje, é necessário que valorizem seu papel de *leigos consa-*

grados e obtenham uma inserção mais profunda no laicato do Povo de Deus. Por meio de diversas formas de presença em pequenas comunidades que vivem do próprio trabalho os religiosos leigos serão o *fermento na massa*. Por suas tarefas apostólicas e profissionais, comunitárias ou pessoais, não de ser um apoio eficaz para os leigos que trabalham nas mesmas atividades.

29. No campo da promoção humana, os institutos leigos deveriam diversificar-se à luz de uma presença bem compreendida da Igreja num mundo em desenvolvimento.

30. Os religiosos leigos poderão freqüentemente prestar um apoio valioso ao ministério hierárquico. Assim é que adquire especial importância, na situação atual, o trabalho que realizam as religiosas em paróquias onde não há presença sacerdotal permanente.

31. Toda essa atualização exige uma preparação esmerada que obriga as comunidades religiosas a uma profunda reflexão cristã sobre as condições humanas que se encontram na América Latina e a uma competência profissional nos diversos setores (*Gravissimum Educationis*, n. 3).

32. Que os trabalhos domésticos necessários e meritórios não sejam, para os religiosos e religiosas de institutos de apostolado direto, um impedimento a sua tarefa específica.

33. Deve prestar-se especial atenção à formação espiritual e ao ajornamento dos religiosos leigos para que possam ser eles um sinal inteligível que manifeste ao homem latino-americano sua vocação.

Necessidade de centros regionais de decisão

34. Uma vez que a situação da América Latina é muito diferente da de outras regiões, em todos os planos, é muito importante que as decisões para a aplicação concreta das normas gerais dadas pelos institutos religiosos sejam tomadas pelos responsáveis latino-americanos de cada país. De outro modo, corre-se o risco de interpretar mal a situação regional e local, com grave dano para a vida e a atividade das comunidades religiosas.

Os religiosos na vida do povo de Deus sob a coordenação da hierarquia

35. A característica dos religiosos só é compreendida quando relacionada com os outros membros, funções e ministérios do Povo de Deus.

36. Os religiosos presbiteros têm uma situação especial: estão unidos com os Bispos no sacerdócio, são consagrados para serem cooperadores da ordem Episcopal, pertencem ao clero da Diocese enquanto participam nas obras de apostolado sob a autoridade dos Bispos (PO n. 7; CD n. 34).

37. Religiosos e religiosas se integram na pastoral hierárquica em diversos níveis: no presbitério, no conselho pastoral, em organismos supradiocesanos.

38. A diversidade de níveis de integração supõe para os superiores religiosos a missão de coordenar e alimentar as diversas participações; cabe-lhes desenvolver e

manter o sentido de comunidade que deve ligar a vida religiosa, em suas diversas funções e ministérios, com o Povo de Deus. Por conseguinte, a missão dos superiores, sobretudo dos superiores maiores, deverá integrar-se muitas vezes em níveis que ultrapassam os da Igreja local.

39. Para o bem da pastoral diocesana e nacional, é indispensável que os Bispos se reúnam periodicamente com os superiores religiosos e que as Conferências Episcopais convidem a Conferência de Religiosos e Religiosas a suas assembléias e vice-versa, a fim de tratar, num ambiente de compreensão e cordialidade, do que se refere à participação dos religiosos na pastoral de conjunto (CD n. 5, 6, 35).

40. Encontramos um exemplo muito bem sucedido dessa coordenação tão necessária, no plano continental, graças às relações institucionalizadas já existentes entre o CELAM e a Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR). Seja esta a oportunidade para pedir a todos os religiosos e religiosas do continente que secundem a atividade de suas conferências nacionais e da CLAR, a fim de que êsses organismos sejam, para o Episcopado, interlocutores cada vez mais válidos e mais eficazes veículos de nosso interesse pela vida religiosa.

41. Por outro lado, esta Segunda Conferência considera muito conveniente que haja religiosos e religiosas de diversas regiões da América Latina presentes nas Congregações Romanas e, em particular, na dos Religiosos.

FORMAÇÃO DO CLERO *

I. REALIDADE

1) *Realidade da Igreja na América Latina*

“A AMÉRICA Latina apresenta uma sociedade em transição sujeita a mudanças rápidas e profundas” (Paulo VI, mensagem ao CELAM, 24-11-65). Isto repercute na Igreja e exige dela uma tomada de posição. A Igreja Latino Americana deve expressar seu testemunho e serviço neste Continente que enfrenta problemas angustiantes como os da integração, desenvolvimento, profundas mudanças e miséria.

Por outro lado, além dos múltiplos problemas de caráter estritamente religioso a Igreja se encontra com um número cada vez mais escasso de sacerdotes, com estruturas ministeriais insuficientes e, às vezes, inadequadas para um verdadeiro trabalho apostólico.

Neste contexto colocamos a formação do clero que deve ser instrumento fundamental de renovação de nossa Igreja e resposta às exigências religiosas e humanas de nosso Continente.

2) *Estado atual da formação do clero*

A restauração do diaconato permanente e os problemas particulares suscitados pela existência do sacerdócio nos levam ao estudo da situação atual da formação do clero.

a) *Diaconato Permanente*

Em alguns países da América Latina já se fazem experiências de formação de diácono. É cedo para emitir um julgamento porque, sendo iniciativa recente, ainda não atingiu o suficiente grau de maturidade. Nota-se porém que a promoção do diaconato surgiu devido a certas exigências pastorais. Isto deu lugar a uma relativa pluralidade de formas na concepção, preparação e setor de ação dos candidatos ao diaconato, de acordo com os ambientes.

b) *Formação Sacerdotal*aa) *Os Seminaristas*

— *Aspectos positivos*: A juventude de nossos seminários participa das inquietudes e valores dos jovens de hoje. Nota-se nela um desejo de autenticidade, sensibilidade aos problemas sociais, desejo de justiça e participação na responsabilidade das mudanças de hoje, maior desejo de vida comunitária, diálogo e sentido de Igreja como catolicidade; desejo de pobreza e busca dos valores evangélicos; respeito à pessoa humana; espírito de iniciativa pastoral; sentido de liberdade e autonomia; desejo de trabalhar para inserir-se no ambiente e colaborar com sua formação e aprêço aos valores sociais.

— *Aspectos negativos*: A crise que hoje atravessa a juventude e a sociedade se reflete na vida do

* Documento Final da Comissão n.º 7.

seminário: tensões entre a autoridade e a obediência; ânsia de total independência; falta de equilíbrio para discernir entre o positivo e o negativo das novidades que surgem na vida da Igreja; recusa de certos valores religiosos tradicionais; exagerado ativismo que leva a descurar a vida de relação pessoal com Deus e desconfiança dos adultos.

bb) Os Seminários

— *Aspectos negativos*: Há crise nos seminários. Ela se manifesta pelo baixo índice de perseverança e ingresso cada vez menor de seminaristas. Algumas causas desta situação: educadores insuficientemente preparados; falta de unidade de critérios dentro da equipe de educadores e falta de segurança dos mesmos para defender certos valores fundamentais da formação; deficiência de orientação segura e pessoal no que se refere ao crescimento na fé e vocação específica sacerdotal dos candidatos; abertura, às vezes, muito brusca dos seminários, sem preparação e assistência aos seminaristas; falta de formação para uma maturidade humana plena; falta de espírito autêntico de família em alguns seminários; relaxamento na orientação espiritual do seminário; certos fatores externos como: a crise da atual figura do sacerdote, a valorização do laicato e matrimônio como possibilidades de participação na missão da Igreja, maiores oportunidades para a promoção social, etc.

— *Aspectos positivos*: Afã de procurar soluções. As principais tentativas que se fazem atualmente são: maior integração da equipe de

educadores; atualização deste pessoal através de cursos e encontros de reflexão; esforço de uma formação mais pessoal dos seminaristas dentro de um ambiente de família; integração do seminário na comunidade eclesial e comunidade humana e maior contato com o bispo e párocos; maior abertura para as realidades do mundo atual e da família; renovação dos métodos pedagógicos; aplicação da sã psicologia no discernimento e orientação dos candidatos.

Quanto ao seminário menor: maior incorporação do pessoal leigo, inclusive feminino; abertura para uma formação fundamentalmente humana e cristã e orientação vocacional pluralista; criação de formas novas de seminários menores, como semi-internatos, externatos, assistência a classes e colégios estatais, particulares, etc.

Quanto ao seminário maior: formação mais personalista na base de equipes e pequenas comunidades. Sobre este assunto a Santa Sé deu orientações precisas (cf. Carta do Cardeal Garrone, maio de 1968). No campo da formação intelectual existe a tendência de juntar o pessoal de várias dioceses e comunidades em centros de estudo comuns e frequentar universidades católicas ou estatais, sobretudo para o estudo da Filosofia.

II. Pressuposto teológico

A razão de ser do Seminário deve ser colocada dentro da perspectiva bíblica de chamamento e resposta. Este, como centro de formação sacerdotal, deve partir da visão bíblica *ex hominibus assumptus, pro hominibus constitutus*, para obter aquela maturidade hu-

mana nos candidatos que os torne capazes de serem guias de homens. Mais do que aos simples batizados, pede-se aos seminaristas a maturidade cristã indispensável para serem idôneos do carisma sacerdotal, pelo qual foram chamados a configurar-se com Cristo Cabeça do Corpo Místico. Esta configuração com o sacerdócio ministerial de Cristo os coloca num nível diferente do do sacerdócio comum dos fiéis.

III. Orientações pastorais

De acordo com o que ficou dito acima e levando em conta a situação latino-americana e sem pretender esgotar todos os aspectos da formação, contidos já nos documentos do Concílio Vaticano II e da Santa Sé, permitimo-nos destacar os seguintes pontos:

1) Formação espiritual

Considerando o papel específico do sacerdote na América Latina e as tarefas pastorais assinaladas por esta conferência, julga-se oportuno insistir na formação específica dos seminários sobre algumas atitudes e virtudes, sem pretender que sejam as únicas ou principais.

Capacidade de escutar fielmente a palavra de Deus: Exige-se do sacerdote de hoje que saiba interpretar habitualmente, à luz da fé, situações e exigências da comunidade. Esta tarefa profética, por um lado, exige a capacidade de compreender, com a ajuda do laicato, a realidade humana; e por outro, como carisma específico do sacerdote em união com o bispo, saber julgar as realidades que estão em conexão com o plano salvífico.

Para atingir esta capacidade, precisa-se de:

— profunda e continuada purificação interior que ajude o homem a captar as autênticas exigências da palavra de Deus (sentido da direção espiritual).

— Um "sensu fidei" aprofundado particularmente pela Sagrada Escritura assimilada vitalmente na oração pessoal, pela ativa, consciente e frutuosa participação na liturgia, pelo estudo sério da mensagem; por um constante confronto com os ensinamentos do magistério da Igreja. Com o mesmo fim, parece ser necessário desenvolver uma forte paixão pela verdade e uma forte disposição habitual para defender-se da unilateralidade, através de uma busca e verificação comunitárias.

Espiritualidade marcada pelos Conselhos Evangélicos: Num período em que a pastoral latino-americana está comprometida com a promoção humana, a fim de que cada pessoa possa realizar-se a si mesma e gozar dos bens da natureza, é necessário que o sacerdote dê a seus irmãos, de maneira convincente, o testemunho de saber viver com equilíbrio e liberdade a renúncia dos bens da natureza sem dar-lhes um valor absoluto, evitando assim repetir os erros de outros países.

O Concílio Vaticano II e o Sumo Pontífice reafirmaram recentemente a vigência do celibato para os sacerdotes. Sendo o motivo principal do celibato a entrega a Cristo e por Ele à Igreja e constituindo o celibato uma forma de caridade pastoral que se confunde com a consagração total e testemunho escatológico para os homens, é necessário que se dêem

ao seminarista bases muito sólidas para garantir seu cumprimento. Dadas as circunstâncias concretas em que freqüentemente deve viver o sacerdote latino-americano, é importantíssima uma cuidadosa formação dos seminaristas neste sentido. Isto exige sobretudo uma formação gradual, de acôrdo com o desenvolvimento físico e psicológico; capacidade de realizar uma escolha madura, consciente e livre; capacidade de amor e entrega sem reservas, o que exige uma fé forte, capaz de fazê-lo responder ao chamado de Deus; disciplina ascética e vida de oração que o leve à maturidade no relacionamento com o outro sexo; realização do sentido da amizade e capacidade de trabalhar em equipe com seus irmãos sacerdotes.

Espírito de Serviço: O sacerdote está a serviço do povo, como Cristo. Isto exige aceitar sem limitações as exigências e conseqüências do serviço aos irmãos e também, antes de mais nada, saber assumir as realidades e "o sentir do povo" em suas situações e mentalidade.

Com espírito de humildade e pobreza, antes de ensinar, deve aprender, fazendo-se tudo para todos a fim de levá-los a Cristo.

Experiência pessoal e amor a Cristo: Assim como a Pedro, também ao seminarista de hoje Cristo pede um serviço de entrega total, fruto de um amor pessoal a Ele e ao Pai pelo Espírito, já que não quer servos, mas amigos.

2) *Disciplina*

A disciplina é indispensável, não só para o bom andamento de tudo, mas para a formação da personali-

dade. É necessário que para o seminarista a disciplina seja objeto de adesão interior. Isto só será possível se os jovens perceberem seu valor e se tiverem por objeto metas essenciais.

3) *Formação intelectual*

Hoje mais do que nunca urge atualizar os estudos de acôrdo com as orientações do Concílio, insistindo nos aspectos mais ligados à situação atual do Continente.

Neste sentido, cuide-se da pureza doutrinal, ante uma tendência de novidades não suficientemente fundamentadas (cf. Paulo VI, Discurso de Abertura da II Assembléia do CELAM). Insista-se, além disso, num aprofundamento que vise dar um alto nível intelectual, devido a sua condição de pastor.

Dê-se importância particular ao estudo e investigação de nossa realidade latino-americana em seu aspecto religioso, social antropológico e sociológico.

Quanto ao professorado, constatada a capacidade dos futuros professores, é preciso atualizá-los por meio de cursos, encontros e institutos de alcance nacional e latino-americano, buscando a colaboração de professores especializados que possam prestar seus serviços nos diferentes centros.

4) *Formação pastoral*

Cuide-se que os professores dos seminários tenham experiência pastoral e que o clero esteja convenientemente atualizado para que possa colaborar eficazmente na formação dos futuros sacerdotes.

De forma mais concreta e em vista de sua futura atividade pas-

toral, providencia-se uma melhor preparação dos seminaristas em alguns aspectos de particular importância de nosso ambiente latino-americano: formação básica sobre Pastoral de Conjunto, preparação para fundar e assistir às comunidades de base, conveniente formação e treinamento da dinâmica de grupos e relações humanas e adequada informação para utilizar os meios de comunicação social.

Promova-se sua participação em atividades pastorais de forma gradativa, progressiva e prudente, de maneira especial durante as férias.

5) Pastoral vocacional

Sendo a pastoral vocacional a ação da comunidade eclesial sob a orientação da hierarquia para levar todos os homens a fazerem sua parte na Igreja, toda a comunidade cristã, unificada e guiada pelo bispo, é solidariamente responsável pelo desenvolvimento vocacional, tanto em seu aspecto fundamental cristão: a vocação, como em seus aspectos específicos: vocações sacerdotais, religiosas e leigas.

Note-se que o sacerdote por sua própria missão deve ser o mediador mais direto nos chamados de Deus, pelo ideal que deve encarnar para a juventude e porque, sendo fiel à sua vocação, será mais sensível aos chamados de Deus nos outros.

Em vista do fenômeno de um número cada vez maior de vocações de jovens e mesmo adultos, ponha-se cuidado especial na promoção e cultivo destas vocações. Faz-se necessária uma pastoral juvenil que, para ser autêntica,

deve levar os jovens a uma maturação pessoal e comunitária e assim assumirem um compromisso concreto perante a continuidade eclesial em algum dos mencionados estilos de vida.

6) Pontos diversos

Procure-se promover no seminário uma reflexão contínua sobre a realidade que vivemos, a fim de que se saibam interpretar os sinais dos tempos e se criem atitudes e mentalidades pastorais adequadas.

Todos os que participam da vida do seminário, seja em que grau for, devem considerar-se educadores.

Constata-se na América Latina uma busca de novas formas de preparação dos presbíteros. Para que estas experiências sejam fecundas devem ser maduramente preparadas, aprovadas pela autoridade competente, bem compreendidas pelos interessados, seguidas, controladas e avaliados os seus resultados, tendo sempre em conta sua reversibilidade. Uma vez comprovada sua validade, seria de desejar fossem comunicadas as Conferências Episcopais dos diversos países, para comum utilidade.

Por razões óbvias, é conveniente que a formação dos seminaristas se realize, comumente, no seu próprio ambiente.

Convém que os sacerdotes vindos de outros países e designados para trabalhar no setor da formação do clero façam cursos de adaptação em centros nacionais ou internacionais e completem um tempo prudencial de trabalho pastoral.

Com vistas a uma maior economia de forças e aperfeiçoamento do ensino, recomendam-se iniciativas como: seminários regionais e

internacionais, cuidando que haja simultaneamente uma integração dos bispos responsáveis e que, na medida do possível, abranjam regiões humana e pastoralmente homogêneas. Recomendam-se igualmente Institutos e Faculdades de Filosofia e Teologia comuns para candidatos ao clero diocesano e religioso. Isto ajudará a promover maior integração no futuro trabalho pastoral e melhor inserção na realidade do mundo atual.

Seria de grande utilidade intensificar a colaboração e relações do CELAM e OSLAM (Organização de Seminários Latino-Americanos) com as Comissões Episcopais de Seminários e com as Conferências Nacionais de Religiosos, havendo uma informação mútua sobre os problemas próprios de cada um.

7) *Diaconato*

Algumas orientações gerais sobre formação dos Diáconos Permanentes:

Fator indispensável para a formação do futuro diácono é a colaboração recíproca entre este e a comunidade. Isto significa que o candidato aperfeiçoa sua formação atuando dentro da comunidade e esta contribui para formá-lo. Além disso, os métodos de formação de-

vem levar em conta a psicologia do adulto, excluindo todo tipo de formação de massa e utilizando os métodos ativos.

A primeira preocupação dos responsáveis pela formação dos futuros diáconos deve ser a de prepará-los para que sejam capazes de criar novas comunidades cristãs e estimular as existentes a fim de que o Mistério da Igreja possa realizar-se nelas com maior plenitude.

Em vista do que ficou dito, é preciso suscitar nos candidatos uma espiritualidade diaconal própria, que nos casados se una a uma autêntica espiritualidade conjugal.

Dada a diversidade de tarefas que devem ser exercidas pelo ministério diaconal na América Latina, é preciso que a formação intelectual seja adequada às funções e ao nível cultural do ambiente.

Devido às condições da Igreja na América Latina, na formação do diácono, cuidar-se-á de capacitá-lo para uma ação efetiva no campo da evangelização e desenvolvimento integral.

Recomenda-se a existência na diocese, região ou país, de equipes responsáveis pela formação dos candidatos, integradas por presbíteros, diáconos, religiosos e leigos.

POBREZA DA IGREJA *

I. Realidade latino-americana

O EPISCOPADO latino-americano não pode ficar indiferente perante as tremendas injustiças sociais existentes na América La-

tina que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza e que, em muitíssimos casos, chega a ser miséria inumana.

2. Um surdo clamor brota de milhões de homens, pedindo a seus

* Documento Final da Comissão n.º 8.

pastores uma libertação que não lhes advém de parte nenhuma. "Agora, nos escutais em silêncio, mas ouvimos o grito que sobe de vosso sofrimento", disse o Papa aos camponeses na Colômbia. E chegam também a nós as queixas de que a hierarquia, o clero, e os religiosos são ricos e aliados dos ricos. Sobre isso queremos esclarecer que muitas vezes se confunde a aparência com a realidade. Inúmeros fatores contribuíram para criar essa imagem de uma Igreja hierárquica rica. Os grandes edifícios, as casas paroquiais e de religiosos quando são de qualidade superior às do bairro em que vivem, os veículos, às vezes luxuosos, e a maneira de vestir herdada de outras épocas são alguns desses fatores.

O sistema de espórtulas e pensões escolares para prover o sustento do clero e a manutenção das obras educacionais tornaram-se mal vistas e formaram uma opinião exagerada sobre o montante das somas recebidas.

Acrescentamos a isso o exagerado segredo que se manteve sobre o movimento econômico de colégios, paróquias e dioceses — ambiente de mistério que agiganta as sombras e ajuda a desenvolver fantasias — e casos isolados de condenável enriquecimento que foram generalizados.

Tudo isso provocou a convicção de que a Igreja na América Latina é rica.

3. A realidade de muitas paróquias e dioceses que são extremamente pobres e de muitos bispos, sacerdotes e religiosos que vivem de privações e se entregam com grande abnegação ao serviço dos pobres, escapa geralmente à con-

sideração e não consegue dissipar a imagem deformada que persiste.

No contexto de pobreza e até miséria em que vive a grande maioria do povo latino-americano, os bispos, sacerdotes e religiosos temos o necessário para a vida e também uma certa segurança, enquanto os pobres carecem do indispensável e se debatem em meio à *angústia e incerteza*. Não faltam casos em que os pobres sentem que seus bispos, párocos e religiosos não se identificam realmente com eles, com seus problemas e angústias e que nem sempre apóiam os que com eles trabalham ou advogam sua sorte.

II. Motivação doutrinal

4. Devemos distinguir:

1. *A pobreza como carência* dos bens deste mundo, necessários para uma vida humana digna, é um mal em si. Os profetas a denunciam como contrária à vontade do Senhor e, muitas vezes, como fruto da injustiça e pecado dos homens.

2. *A pobreza espiritual*. É o tema dos pobres de Javé (cf. Sof. 2,3; Magnificat, etc.). A pobreza espiritual é a atitude de abertura para Deus, a disponibilidade de quem tudo espera do Senhor (cf. Mt 5). Ainda que valorize os bens deste mundo não se apega a eles e reconhece o valor superior dos bens do Reino (cf. Am 2,6-7; 4,1; 5,7; Jer 5,28; Miq 6,12-13; Is 10,2. etc.).

3. *A pobreza como compromisso*, que assume voluntariamente e por amor a condição dos necessitados deste mundo para testemunhar o mal que representa e a

liberdade espiritual frente aos bens do reino. Segue nisto o exemplo de Cristo que fez suas tôdas as conseqüências da condição pecadora dos homens (cf. Filip 2) e que "sendo rico se fez pobre" (2 Cor 8.9) para nos salvar.

Neste contexto uma Igreja pobre:

— denuncia a carência injusta dos bens dêste mundo e o pecado que a engendra;

— prega e vive a pobreza espiritual como atitude de infância espiritual e abertura para o Senhor;

— compromete-se ela mesma com a pobreza material. A pobreza da Igreja sempre foi constante da história da salvação.

5. Todos os membros da Igreja são chamados a viver a pobreza evangélica. Mas nem todos da mesma maneira. Há nela diversas vocações que comportam diversos modos de vida e diversas formas de agir. Entre os próprios religiosos que têm a missão especial de dar testemunho da pobreza há diferenças segundo os carismas próprios.

6. É preciso insistir que o exemplo e o ensinamento de Jesus, a situação angustiosa de milhões de pobres na América Latina, as incisivas exortações de Paulo VI e do Concílio, colocam a Igreja latino-americana ante um desafio e uma missão da qual não pode fugir, mas deve responder com diligência e audácia adequadas à urgência dos tempos.

Cristo Nosso Salvador não apenas amou os pobres, mas, "sendo rico se fez pobre", viveu na pobreza, concentrou sua missão no anúncio da libertação dos pobres e fundou sua Igreja como sinal dessa pobreza entre os homens.

A Igreja sempre procurou cumprir esta vocação, apesar de "tantas fraquezas e fracassos nossos no tempo passado" (*Ecclesiam Suam*, n. 50). A Igreja da América Latina, dadas as condições de pobreza e subdesenvolvimento do continente, sente urgência de traduzir êsse espírito de pobreza em gestos, atitudes e normas que a transformem num sinal mais lúcido e autêntico do Senhor. A pobreza de tantos irmãos clama por justiça, solidariedade, testemunho, compromisso, esforço e superação para o cumprimento pleno da missão salvífica confiada por Cristo.

A presente situação exige, pois, dos bispos, sacerdotes, religiosos e leigos o espírito de pobreza que, "rompendo as amarras da posse egoísta dos bens temporais, estimula o cristianismo a dispor organicamente da economia e do poder em benefício da comunidade" (Paulo VI, Discurso de 23 de agosto de 1968).

"A pobreza da Igreja e de seus membros na América Latina deve ser sinal e compromisso. Sinal de valor inestimável do pobre aos olhos de Deus; compromisso de solidariedade com os que sofrem" (ibid.).

III. Orientações pastorais

7. Queremos que a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos. Seus pastores e demais membros do Povo de Deus devem dar à sua vida, suas palavras, atitudes e ação, a coerência necessária com as exi-

gências evangélicas e as necessidades dos homens latino-americanos.

8. *Preferência e solidariedade*

A ordem específica do Senhor de evangelizar os pobres deve levar-nos a uma distribuição tal dos esforços e do pessoal apostólico que se dê preferência efetiva aos setores mais pobres, necessitados e segregados por um motivo ou outro, estimulando e acelerando as iniciativas e estudos que se vêm realizando neste sentido.

Os bispos queremos aproximar-nos cada vez mais com simplicidade e sincera fraternidade dos pobres, possibilitando-lhes um acesso acolhedor junto a nós.

Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres. Esta solidariedade significará fazer nossos seus problemas e lutas e saber falar por eles.

Isto se concretizará na denúncia da injustiça e opressão, na luta contra a intolerável situação em que se encontra freqüentes vezes o pobre e na disposição de dialogar com os grupos responsáveis por esta situação a fim de fazê-los compreender suas obrigações.

Manifestamos o desejo de estar sempre próximos dos que trabalham no abnegado apostolado dos pobres que sintam nosso incentivo e saibam que não escutaremos vozes interessadas em denegrir o seu trabalho.

A promoção humana será a linha de nossa ação em favor do pobre, respeitando sua dignidade pessoal e ensinando-lhe a ajudar-se a si mesmo. Em vista disso reconhecemos a necessidade da estruturação racional de nossa pastoral

e da integração de nossos esforços com de outras entidades.

9. *Testemunho*

Desejamos que nossa morada e modo de vida sejam modestos, nosso vestir simples e nossas obras e instituições funcionais, sem aparato nem ostentação.

Pedimos aos sacerdotes e fiéis que nos dêem o tratamento que convenha à nossa missão de padres e pastores. Desejamos renunciar a títulos honoríficos, próprios de outra época.

Com a ajuda de todo o povo de Deus esperamos superar o sistema de espórtulas, substituindo-o por outras formas de cooperação econômica que estejam desligadas da administração dos sacramentos.

Na administração dos bens diocesanos e paroquiais tomarão parte leigos competentes e será orientada para o bem da comunidade (cf. *Presbyterorum Ordinis*, n. 17).

Em nossa missão pastoral confiaremos antes de mais nada na força da palavra de Deus. Quando tivermos que empregar meios técnicos procuraremos os mais adequados ao ambiente em que serão usados e os colocaremos a serviço da comunidade (cf. GS n.º 69).

a) Exortamos aos sacerdotes a darem também o testemunho de pobreza e desprendimento dos bens materiais, como tantos o fazem sobretudo em regiões rurais e bairros pobres. Procuraremos, com empenho, que tenham um justo, ajuda que modesto, sustento e a necessária assistência social. Para eles procuraremos formar um fundo comum levantado de tôdas as paróquias e da própria diocese e

das dioceses do mesmo pais (cf. PO n.º 21).

Incentivamos a todos os que sentem a vocação de compartilhar a sorte dos pobres, vivendo com eles e trabalhando com suas mãos, de acôrdo com o Decreto *Presbyterorum Ordinis*, n. 8).

b) As comunidades religiosas por especial vocação devem dar testemunho da pobreza de Cristo. Recebam nosso estímulo as que se sentem chamadas para formar pequenas comunidades encarnadas realmente nos ambientes pobres. Será um chamado contínuo à pobreza evangélica dirigido a todo o Povo de Deus.

Esperamos também que possam, cada vez mais, fazer participar de seus bens os demais, sobretudo os mais necessitados, repartindo com eles não apenas o supérfluo, mas o necessário, dispostos a colocar a serviço da comunidade humana os edifícios e instrumentos de suas empresas (cf. GS n. 68).

A distinção entre o que pertence à comunidade e à empresa permite realizar tudo isto com maior facilidade. Permite igualmente buscar novas formas para essas empresas em que participem membros da comunidade cristã, em sua administração ou propriedade.

c) Estes autênticos exemplos de desprendimento e liberdade de espírito levarão os demais membros do Povo de Deus a darem testemunho análogo de pobreza. Uma sincera conversão há de mudar a mentalidade individualista em outra de sentido social e preocupação pelo bem comum. A educação infantil e da juventude em todos os níveis, a começar pelo lugar, deve incluir este aspecto fundamental da vida cristã.

Traduz-se este sentimento de amor ao próximo quando se estuda e trabalha tendo em vista a preparação ou a realização de um serviço para a comunidade; quando se trata de render e produzir mais para maior benefício da comunidade; quando se dispõem orgânicamente a economia e o poder em benefício da comunidade.

10. Serviço

A Igreja não é movida por nenhuma ambição terrena, mas quer ser humilde servidora de todos os homens (cf. GS n. 3; Paulo VI, 1-12-1965).

Precisamos acentuar este espírito em nossa América Latina.

Queremos que nossa Igreja latino-americana esteja livre de amarras temporais, conveniências indevidas e prestígio ambíguo, "livre de espírito com relação aos vínculos da riqueza" (Paulo VI, 24-8-1968), mais transparente e forte sua missão de serviço. Esteja presente na vida e tarefas temporais, refletindo a luz de Cristo, presente na construção do mundo.

Queremos reconhecer todo o valor e autonomia legítima que têm as tarefas temporais; servindo-nos delas não queremos desvirtuá-las nem desviá-las de seus próprios fins (cf. GS n. 36). Desejamos respeitar sinceramente a todos os homens e escutá-los para servi-los em todos os seus problemas e angústias (cf. GS nn. 1-3). Assim, a Igreja, continuadora da obra de Cristo, "que sendo rico se fez pobre por nosso amor, para que fósseis ricos pela sua pobreza" (2 Cor 8,9), dará ao mundo um sinal claro e inequívoco da pobreza do Senhor.

COLEGIALIDADE (ORGANICIDADE PASTORAL) *

I. FATOS

EM nosso continente, milhões de homens se encontram marginalizados da sociedade e impedidos de alcançar a plena dimensão de seu destino, seja pela vigência de estruturas inadequadas e injustas, seja por outros fatores, como o egoísmo ou a insensibilidade; por outro lado, nêle se está impondo a consciência de que é necessário pôr em marcha ou ativar um processo de integração em todos os níveis: desde a integração dos marginalizados aos benefícios da vida social, até a integração econômica e cultural de nossos países.

2. A Igreja deve enfrentar essa situação com estruturas pastorais aptas, isto é, obviamente, marcadas com o sinal da organicidade e da unidade. Pois bem, quando se examina a realidade dêsse ponto de vista, verificam-se alguns fatos de sinal positivo e outros de sinal negativo.

a) Entre os primeiros, podemos mencionar:

— A consciência bastante espalhada, ainda que às vezes imprecisa e vaga, das idéias de "Pastoral de conjunto" e de "Planificação pastoral", como também diversas realizações efetivas nessas linhas.

— A vitalização dos Vicariatos forâneos, a criação de setores e constituição de equipes sacerdotais, por exigências de ação pastoral conjunta.

— A celebração de Sinodos e a constituição, já começada em muitos lugares, do Conselho presbiteral e pastoral favorecidos pelo Concílio.

— O desejo dos leigos de participar nas estruturas pastorais da Igreja.

— A importância adquirida pelas Conferências Episcopais e a própria existência da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do CELAM.

b) Entre os fatos de sinal negativo, figuram os seguintes:

— Inadequação da estrutura tradicional em muitas paróquias para proporcionar uma vivência comunitária.

— Sensação bastante generalizada de que as Cúrias Diocesanas são organismos burocráticos e administrativos.

— Falta de gosto em muitos sacerdotes, proveniente de não encontrarem lugar claro e satisfatório na estrutura pastoral; falta de gosto que freqüentemente constitui um fator decisivo em algumas crises sacerdotais, tal como foi, por analogia de situações, a crise de considerável número de religiosos e leigos.

— Atitudes particularistas de pessoas ou Instituições em situações que exigem coordenação.

— Casos de aplicação desaceretada da Pastoral de conjunto ou da Planificação, seja por improvisação ou incompetência técnica, seja por excessiva valorização dos "planos", seja por uma concepção

* Documento Final da Comissão n.º 9.

por demais rígida e autoritária de sua realização.

II. ORIENTAÇÕES DOCTRINÁRIAS

1. Toda revisão e renovação das estruturas eclesiais, no que tem de reformável, deve fazer-se para satisfazer as exigências de situações históricas concretas, mas também com os olhos fixos na natureza da Igreja. A revisão que deve hoje ser levada a cabo há de ser inspirada e orientada por duas idéias diretrizes frisadas no Concílio: a da COMUNHÃO e da CATORICIDADE (cf. *Lumen Gentium*, n. 13).

2. De fato a Igreja é, antes de tudo, um mistério de comunhão católica, pois, no sinal de sua comunidade visível, pelo chamado da Palavra de Deus e pela graça de seus sacramentos, particularmente da Eucaristia, todos os homens podem participar fraternalmente da comum dignidade de filhos de Deus (LG n. 32), e todos também podem partilhar da responsabilidade e do trabalho para realizar a comum missão de dar testemunho do Deus que os salvou e os tornou irmãos em Cristo (LG n. 17; *Apostolicam Actuositatem*, n. 3).

3. Essa comunhão que une todos os batizados, longe de impedir, exige que, dentro da comunidade eclesial, exista multiplicidade de funções específicas, pois, para que ela se construa e possa cumprir sua missão, o próprio Deus suscita em seu seio diversos ministérios e outros carismas que determinam, a cada qual, um papel peculiar na vida e na ação da Igreja. Entre os ministérios, ocupam lugar particular os que

estão vinculados com um "caráter" sacramental; estes introduzem na Igreja uma dimensão estrutural de direito divino. Os diversos ministérios, não só devem estar a serviço da unidade de comunhão, mas também por sua vez devem constituir-se e atuar de forma solidária. De modo especial, os ministérios que trazem anexa a função pastoral — episcopado e presbitério — devem exercer-se sempre em espírito colegiado e, assim, bispos e presbíteros, ao ter que atuar sempre como membros de um corpo (colégio episcopal ou presbitério, respectivamente) estão chamados a construir na comunidade uma realização "exemplar" de comunhão: *forma facti gregis* ("feitos modelo do rebanho" 1 Ped 5,3).

4. É essencial que todas as comunidades eclesiais se mantenham abertas à dimensão da comunhão católica, de tal forma que nenhuma se feche sobre si mesma. Assegurar a realização dessa exigência é tarefa que incumbe particularmente aos ministros hierárquicos e, de modo especialíssimo, aos Bispos que, colegiadamente unidos ao Pontífice Romano, sua Cabeça, são o princípio da catoricidade das Igrejas. Para que a mencionada abertura seja efetiva, e não puramente jurídica, é preciso que haja comunicação real, ascendente, entre a base e o cume.

5. De tudo que foi dito se conclui que a ação pastoral da comunidade eclesial, destinada a levar o homem todo e todos os homens à plena comunhão de vida com Deus na comunidade visível da Igreja, deve ser necessariamente global, orgânica e articulada. Disso, por sua vez, se infere que as

estruturas eclesiais devem ser periodicamente revistas e reajustadas de tal forma que possa desenvolver-se harmoniosamente aquilo que se denomina uma Pastoral de conjunto: isto é, toda essa obra salvífica comum exigida pela missão da Igreja em seu aspecto global, "como que o fermento e a alma da sociedade humana, a ser renovada em Cristo e transformada na família de Deus" (*Gaudium et Spes*, n. 40).

III. ORIENTAÇÕES PASTORAIS

A. RENOVAÇÃO DE ESTRUTURAS PASTORAIS

1) Comunidades cristãs de base

a) A vivência da comunhão a que foi chamado deve ser encontrada pelo cristão em sua "comunidade de base": isto é, em uma comunidade local ou ambiental que corresponda à realidade de um grupo homogêneo, e que tenha uma dimensão tal que permita o trato pessoal fraterno entre seus membros. Por conseguinte, o esforço pastoral da Igreja deve estar orientado para a transformação dessas comunidades em "família de Deus", começando por tornar-se presente nelas como fermento, por meio de um núcleo, mesmo pequeno, que constitua uma comunidade de fé, esperança e caridade (cf. LG n. 8; GS n. 40). Assim, a comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula

inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento.

b) Elemento capital para a existência de comunidades cristãs de base são seus líderes ou dirigentes. Estes podem ser sacerdotes, diáconos, religiosos, religiosas ou leigos. É de desejar que pertençam à comunidade por eles animada. A descoberta e formação de líderes deve ser objeto preferencial da preocupação de párocos e Bispos, que terão sempre presente que a maturidade espiritual e moral depende, em grande parte, da tomada de responsabilidade num clima de autonomia (cf. GS n. 55).

c) Os membros dessas comunidades, "vivendo conforme a vocação a que foram chamados, exerçam as funções que Deus lhes confiou, sacerdotal, profética e real", e façam assim, de sua comunidade, "um sinal da presença de Deus no mundo" (*Ad Gentes*, n. 15).

d) Recomenda-se que se façam estudos sérios, de caráter teológico, sociológico e histórico, a respeito dessas comunidades cristãs de base, que hoje começam a surgir depois de haverem sido um ponto-chave na Pastoral dos missionários que implantaram a Fé e a Igreja em nosso Continente. Recomenda-se também que as experiências realizadas sejam divulgadas pelo CELAM e coordenadas na medida do possível.

2) Paróquias, vicariatos forâneos e regiões

a) A visão que se expôs nos há de levar a fazer da paróquia um conjunto pastoral vivificador

e unificador das comunidades de base. Assim, a paróquia há de descentralizar sua Pastoral quanto a lugares, funções e pessoas, justamente para "congregar num todo as diversas diferenças humanas que encontra a inseri-las na universalidade da Igreja" (AA n. 10).

b) O Pároco há de ser, numa paróquia dêsse tipo, o sinal e princípio da unidade, assistido no ministério pastoral pela colaboração de representantes leigos de seu povo, religiosos e diáconos. Menção especial merecem os vigários cooperadores os quais, ainda que sob a autoridade do pároco, já não podem ser considerados como simples executores de suas diretivas, mas como seus colaboradores, já que constituem parte de um mesmo e único Presbitério (cf. *Presbyterorum Ordinis*, n. 8).

c) Quando uma Paróquia não pode ser normalmente atendida ou contar com um pároco residente, pode ser confiada aos cuidados de um Diácono ou de um grupo de religiosos ou religiosas, a exemplo do que se tem feito em algumas regiões com resultados muito positivos.

d) A comunidade paroquial constitui parte de uma unidade mais ampla: a do vicariato forâneo ou Decanato, cujo titular é chamado a "promover e dirigir a ação pastoral comum no território a êle confiado" (*Eccl. Sanctae*, n. 19,1). Se vários vicariatos forâneos vizinhos forem suficientemente homogêneos e caracterizados em sua problemática pastoral, convém formar uma região, que poderia ficar sob a responsabilidade de um vigário episcopal (*Eccl. Sanctae*, n. 14,2).

3) *Dioceses*

a) O fato de ser presidida por um Bispo faz com que uma porção do Povo de Deus "constitua uma Igreja particular na qual verdadeiramente reside e opera a uma, santa, católica e apostólica Igreja de Cristo" (*Christus Dominus*, n. 11). O Bispo é "testemunha de Cristo diante de todos os homens" (Ibid.), e sua tarefa essencial consiste em colocar seu povo em condições de testemunho evangélico de vida e ação. É isto, sem prejuízo do apostolado que incumbe a todos os batizados por causa de sua ação. Deve êle preocupar-se de modo especial que os movimentos apostólicos ambientais, que ocupam lugar tão importante na estrutura Pastoral Diocesana, se integrem harmoniosamente na busca das referidas metas. Numa palavra, o Bispo tem a responsabilidade da Pastoral de conjunto como tal, e todos na diocese devem coordenar sua ação com as metas e prioridades por êle determinadas.

b) Mas, para assumir essa tarefa e responsabilidade, deve contar o Bispo, antes de mais nada, com o Conselho Presbiteral, seu Senado no regime da diocese, "auxiliares e conselheiros necessários dos Bispos no ministério e no múnus de ensinar, santificar e apascentar o povo de Deus" (PO n. 7).

É muito desejável que também possa contar o Bispo com um Conselho Pastoral dotado da solidez e funcionamento devido (cf. Paulo VI, 24-8-1968): a êsse Conselho que representa o Povo de Deus na diversidade de suas condições e estados de vida (sacer-

dotes, diáconos, religiosos, religiosas e leigos), compete "estudar e apreciar o que se refere às obras pastorais, de tal modo que se promova a conformidade da vida e ação do Povo de Deus com o Evangelho (*Eccl. Sanctae*, n. 16).

Se o Conselho Presbiteral deve ser o principal canal do diálogo do Bispo com seus Presbíteros, o Conselho Pastoral deve sê-lo de seu diálogo com toda a sua diocese.

c) Como prolongamento da própria pessoa do Bispo em todos os seus aspectos e atividades, deve a Cúria diocesana ter um caráter primordialmente pastoral (cf. *Christus Dominus*, n. 27), e seria de desejar que tivesse representação dentro do Conselho Presbiteral.

Recomenda-se que os cargos da Cúria que possam ser desempenhados por leigos lhes sejam confiados.

d) De transcendental importância é a figura dos Vigários do Bispo. A função dos chamados "Vigários Episcopais" e o caráter eminentemente pastoral de seu papel, delineado pelo Concílio (cf. CD n. 27), não requerem maiores comentários; mas é oportuno frisar que não se pode continuar considerando o Vigário Geral como um mero administrador da diocese. Sendo o "alter ego" do bispo, há de ser um Pastor. Na medida mesma em que se multiplicam os Vigários Episcopais especializados (cf. *Eccl. Sanctae* n. 14,2), é indispensável que o Vigário Geral seja um homem penetrado de toda a amplitude da missão episcopal.

e) "Pela sacração sacramental e pela comunhão hierárquica com

o Chefe e os membros do Colégio, os Bispos são constituídos membros do Corpo episcopal" (CD n. 4). Por conseguinte, devem "manter-se sempre unidos e mostrar-se solícitos por todas as Igrejas já que por instituição e preceito divinos cada qual, junto com os outros Bispos, é responsável pela missão apostólica da Igreja" (Ibid. 6). O cumprimento desse dever redundará em benefício da própria diocese, pois, assim, a comunidade eclesial de seus fiéis se abre às dimensões da catolicidade.

4) Conferências Episcopais

a) A Conferência Episcopal há de constituir, em cada país ou região, a expressão concreta do espírito de colegialidade que deve animar cada Bispo. Há de fortalecer sua estrutura interna, precisando as respectivas responsabilidades, por meio de comissões formadas por Bispos competentes, com assessôres especializados. É recomendável que se utilize uma dinâmica de grupo e uma técnica de organização operantes, com ampla utilização dos meios de comunicação social e da opinião pública.

b) Sua atividade há de desenvolver-se dentro de uma autêntica Pastoral de conjunto e com planos de pastoral que correspondam sempre à realidade humana e às necessidades religiosas do Povo de Deus. Deve ser elemento de integração das diferentes dioceses e, especialmente, fator de equilíbrio na distribuição de pessoal e de meios (cf. CD n. 6; *Eccl. Sanctae*, n. 2; Paulo VI, Exort. Apost., 24-11-65). Procurará também uma autêntica integração de todo o pes-

soal apostólico que se oferece ao país vindo do exterior, em particular por meio do diálogo com os organismos episcopais que o oferecem.

c) As Conferências Episcopais não de assumir decididamente todas as atribuições que lhes reconheceu ou concedeu o Concílio, nos campos de sua competência, e de acordo com seu conhecimento concreto da realidade imediata.

d) Procurem as Conferências Episcopais que a voz dos respectivos Presbíteros e do laicato do país chegue fielmente até elas. Do mesmo modo, tenham mais estreita e operante integração com a Confederação de superiores Maiores religiosos, incorporando-os ao estudo, elaboração e execução da Pastoral.

e) Para que a ação seja mais eficaz, torna-se necessário aplicar o que diz o Concílio: "O bem das almas não só exige uma apta circunscrição das dioceses, mas também das províncias eclesiásticas. . . Com esta medida se provê melhor às necessidades do apostolado, conforme às circunstâncias sociais e locais" (CD n. 39). Convém pensar na conveniência das prelações pessoais (cf. PO n. 10; *Eccl. Sanctae* 4) para maior atenção a certos grupos étnicos dispersos em várias circunscrições eclesiásticas e em situações variadas, incluindo aqui as situações migratórias.

f) As Conferências não de ser os órgãos de aplicação dos acordos das Conferências Gerais do Episcopado latino-americano.

g) Para viver profundamente o espírito católico, estarão as Conferências Episcopais em contato, não só com o Pontífice Romano

e com os organismos da Santa Se mas também com as Igrejas de outros Continentes, tanto para a mútua edificação das Igrejas, como para a promoção da justiça e da paz no mundo.

5) *Organismos continentais*

a) Em nível continental, o espírito de colegialidade dos Bispos latino-americanos na solução de problemas comuns se expressa na Conferência Geral do Episcopado latino-americano e no CELAM, se bem que de maneiras diferentes (cf. Paulo VI, Exort. Apost. 24-11-65). Guardada a integridade do CELAM como organismo de índole continental, nada impede que, para maior coordenação dos trabalhos pastorais, se organizem vários países ligados por problemas ou situações semelhantes.

b) O CELAM, como órgão de contato, colaboração e serviço, é uma insubstituível ajuda para a reflexão e a ação de toda a Igreja latino-americana (cf. Exort. Apost. 24-11-65, n. 27).

c) Para maior solidez e funcionamento desse organismo, é urgente uma correspondência maior entre os departamentos do CELAM e as respectivas Comissões das Conferências Episcopais Nacionais por motivo das frentes de trabalho.

d) O CELAM há de preocupar-se muito nesta época com uma reflexão integral e uma continuada e enriquecedora comunhão de experiências no campo pastoral. Entre as matérias cujo estudo seria oportuno que abordasse, deveriam atualmente figurar as comunidades de base.

e) O CELAM deve aumentar suas relações com os Organismos latino-americanos e Mundiais para um melhor serviço ao Continente.

B. OUTRAS EXIGÊNCIAS DA PASTORAL DE CONJUNTO

1. Levando em conta o momento atual da Igreja na América Latina, além da já mencionada reforma de estruturas, a Pastoral de conjunto exige:

a) uma renovação pessoal, e
 b) uma ação pastoral devidamente planejada de acôrdo com o processo de desenvolvimento da América Latina.

2. A renovação pessoal implica um processo de contínua mentalização ou ajornamento, de um duplo ponto de vista:

a) teológico-pastoral, fundamentado nos documentos conciliares e na teologia vigente; e

b) pedagógico, proveniente de um contínuo diálogo apoiado na dinâmica de grupo e numa revisão sobre a ação por meio de equipes de pastoral, tendendo a criar um autêntico sentido comunitário, sem o qual é totalmente impossi-

vel uma genuína pastoral de conjunto.

Essa renovação pessoal deve atingir tôdas as esferas do povo de Deus, criando em Bispos, sacerdotes, religiosos, leigos, movimentos e associações, uma só consciência eclesial.

3. Uma ação pastoral planejada exige:

a) Estudo da realidade do ambiente com a colaboração técnica de organismos e pessoas especializadas;

b) reflexão teológica sobre a realidade;

c) levantamento e ordenação dos elementos humanos disponíveis e dos materiais de trabalho; o pessoal especializado se preparará nos diversos institutos nacionais ou latino-americanos;

d) determinação das prioridades de ação;

e) elaboração do plano pastoral. Para êsse fim, devem-se seguir os princípios técnicos e sérios de uma autêntica planificação, dentro de uma integração em planos de nível superior;

f) avaliação periódica das realizações.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.*

1. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

A COMUNICAÇÃO social é hoje uma das principais dimensões da humanidade. Abre uma nova época. Produz um impacto que aumenta na medida em que avançam os satélites, a eletrônica e a ciência em geral.

Os Meios de Comunicação Social (MCS) abarcam a pessoa toda. Plasman o homem e a sociedade. Enchem cada vez mais seu tempo livre. Forjam uma nova cultura, produto da civilização audiovisual que, se por um lado tende a massificar o homem, por outro favorece sua personificação. Essa nova cultura, pela primeira

* Documento Final da Comissão n.º 9.

vez, se põe ao alcance de todos, alfabetizados ou não, o que não acontecia com a cultura tradicional que apenas favorecia uma minoria.

1.1.1. Por outro lado, aproximam homens e povos entre si, convertem-nos em próximos e solidários, contribuindo assim para o fenômeno da socialização (cf. *Mater et Magistra*, n. 59), que é uma das conquistas da época moderna.

1.2 Na América Latina os MCS são um dos fatores que mais têm contribuído e contribuem para despertar a consciência de grandes massas sobre suas condições de vida, suscitando aspirações e exigências de transformações radicais. Embora em forma incipiente, também atuam como agentes positivos de mudança através da educação de base, programas de formação e opinião pública, etc.

1.2.1. Contudo, muitos desses meios estão vinculados a grupos econômicos e políticos, nacionais e estrangeiros, interessados em manter o *status quo* social.

1.3. A Igreja empreendeu uma série de iniciativas nesse campo. Se algumas não chegaram a preencher sua finalidade pastoral é porque não tínhamos uma visão clara do que é a comunicação social em si mesma e desconhecíamos as condições que seu uso impõe.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. A Igreja universal acolhe e fomenta os maravilhosos inventos da técnica, sobretudo os que se referem ao espírito humano, e abriram novos caminhos à comunicação entre os homens, como a

imprensa, o cinema, o rádio, a televisão, o teatro, os discos, etc. (cf. *Inter Mirifica*, n. 1).

Também na América Latina a Igreja recebe com prazer a ajuda desses meios, com a firme esperança de que contribuam sempre mais para a promoção humana e cristã do continente.

2.2 Os MCS são essenciais para sensibilizar a opinião pública diante do processo de mudanças exigidas pela América Latina; são essenciais para apoiar esse processo; essenciais para impulsionar os centros de poder que inspiram os planos de desenvolvimento, a fim de orientá-los segundo as exigências do bem comum; são essenciais para divulgar esses planos e promover a participação ativa de toda a sociedade em sua execução, especialmente nas classes dirigentes.

2.3 De igual maneira os MCS se convertem em agentes ativos do processo de transformação, quando se põem a serviço de uma autêntica educação integral apta para desenvolver o homem todo, capacitando-o a ser o artífice de sua própria promoção; o que se aplica também à evangelização e ao crescimento na fé.

2.3.1. Por outro lado, não se pode ignorar que o uso dos MCS ocupa cada vez mais o tempo livre de todas as categorias de pessoas que buscam nêles distração. Esse uso lhes proporciona ao mesmo tempo informação, conhecimentos e influências morais e negativas.

2.4. No mundo de hoje a Igreja não pode cumprir a missão que Cristo lhe confiou de levar a Boa-Nova "até os confins da terra" se não empregar os MCS,

ímicos capazes de atingir efetivamente todos os homens.

2.4.1. A palavra é o veículo normal da fé: "Fides ex auditu" (Rom 10.17). Em nosso tempo, "palavra" também compreende imagem, cores, e sons e adquire formas variadas através dos diversos MCS. Ademais, os MCS, assim compreendidos, são um imperativo dos tempos presentes para que a Igreja realize sua missão evangelizadora (cf. Mt 28,26).

2.5. Finalmente, a comunicação social é para a Igreja o meio de apresentar ao Continente uma imagem mais exata e fiel de si mesma, transmitindo ao grande público não só as notícias relativas aos acontecimentos da vida eclesial e suas atividades, mas também, e sobretudo, interpretando os fatos à luz do pensamento cristão.

2.6. É por essas razões todas que o Decreto *Inter Mirifica* insiste que todos os filhos da Igreja utilizem os MCS eficazmente, sem mais demoras e com o máximo empenho, e insiste com "os sagrados pastores para que cumpram a tarefa de instruir e dirigir os fiéis, tarefa intimamente ligada a seu dever ordinário de pregar" (cf. *Inter Mirifica*, n. 3).

3. RECOMENDAÇÕES PASTORAIS

3.1. O influxo sempre crescente e esmagador que a comunicação social exerce em toda a vida do homem moderno leva a Igreja a fazer-se presente nesse campo com uma pastoral dinâmica que abarque todos os setores deste amplo mundo.

3.2. Reconhecemos o direito de a Igreja possuir meios próprios,

que em alguns casos são necessários para ela; porém, para essa posse, é requisito indispensável não só contar com uma organização que garanta sua eficácia profissional, econômica e administrativa, mas também que preste real serviço à comunidade.

3.3. A inserção dos cristãos no mundo de hoje obriga-os a trabalhar nos MCS alheios à Igreja, segundo o espírito do diálogo e serviço assinalado pela Constituição *Quadium et Spes*. O profissional católico, chamado a ser fermento na massa, melhor cumprirá a missão de se integrar nesses meios para ampliar os contatos entre a Igreja e o mundo e, ao mesmo tempo, contribuir para a sua transformação.

3.4. Dada a dimensão social desses meios e a escassez de pessoal qualificado para nêles atuar, urge despertar e promover vocações no campo da comunicação social, especialmente entre os leigos.

3.5. Essas pessoas devem receber adequada formação apostólica e profissional, de acordo com os diversos níveis e categorias de suas funções; a formação a ser dada deverá incluir conhecimentos teológicos, sociológicos e antropológicos exigidos pelas realidades do Continente.

3.6. O trabalho de formação, no que se refere aos usuários da comunicação social, se estenderá às pessoas de todas as categorias sociais, e de modo particular aos jovens, para que conheçam, valorizem e estimem esses meios fundamentais pelos quais o mundo contemporâneo se expressa, desenvolvendo seu sentido crítico e sua capacidade de tomar com respon-

sabilidade suas próprias decisões. É conveniente que essa capacitação comece já nos níveis inferiores do ensino e se inclua também na catequese (cf. *Inter Mirifica*, n. 16).

3.7. Por seu caráter de Ministros da "Palavra" e de educadores do Povo de Deus, é igualmente necessário que se ofereça aos Bispos, sacerdotes e religiosos de ambos os sexos cursos que os instrua no significado da comunicação social e no conhecimento das condições que regem seu emprego. Essa formação deve ser matéria de estudo sistemático nos seminários e casas de formação religiosa (cf. *Inter Mirifica*, n. 15).

3.7.1. Devido à importância que a Igreja dá aos MCS, pedimos aos superiores eclesiásticos que facilitem a capacitação e a dedicação de sacerdotes, religiosos e religiosas na tarefa específica de formação, assessoria e inspiração de obras apostólicas relacionadas com esse campo.

3.8. Pedimos aos estudiosos e intelectuais, e especialmente às seções especializadas das universidades e institutos de MCS, que aprofundem o fenômeno da comunicação em seus diversos aspectos — e entre eles a teologia da comunicação — a fim de cada vez mais especificar as dimensões dessa nova cultura e suas futuras projeções. Pedimos igualmente que promovam e utilizem todo o tipo de investigação que ensine a adaptar melhor o trabalho nos MCS a uma mais efetiva promoção das distintas comunidades.

3.9. Estimule-se o material adaptado à cultura local (p.e. artigos de jornal, emissões radiofônicas e televisivas, etc.) com o

fito de promover os valores autóctones e seja convenientemente recebido pelos usuários.

3.10. Para os objetivos específicos da Igreja é necessário que, entre outras, se criem ou se fortaleçam em cada país da América Latina escritórios Nacionais de Imprensa, Cinema, Rádio, Televisão, com a autonomia que requer seu trabalho e com uma eficiente coordenação entre elas.

3.11. Esses escritórios devem manter estreitas relações com os organismos do Continente: ULAPO, UNDA-AL, e SAL-OCIC. E esses organismos, por sua vez, prestem toda a colaboração ao Departamento de Comunicação Social do CELAM para estruturar planos de nível latino americano e promover sua execução.

3.12. É indispensável favorecer o diálogo sincero e eficaz entre a hierarquia e todos os que trabalham nos MCS. Esse diálogo também será observado para com os que atuam nas estruturas próprias da Igreja, com o propósito de os estimular e orientá-los pastoralmente.

3.13. Essa atitude de abertura favorece a necessária liberdade de expressão, indispensável dentro da Igreja, seguindo o espírito da *Guadium et Spes* n. 92: "A Igreja... consolida um diálogo sincero. Isso porém requer, em primeiro lugar, que promovamos no seio da própria Igreja a mútua estima, respeito e concórdia, admitindo toda a diversidade legítima, para que se estabeleça um diálogo cada vez mais frutífero entre todos os que constituem o único Povo de Deus, sejam os pastores, sejam os demais cristãos. O

que une os fiéis é, com efeito, muito mais forte do que aquilo que os separa. Nas coisas necessárias reine a unidade, nas duvidosas a liberdade, em tudo a caridade" (*Gaudium et Spes*, 92).

3.14. A Assembléia lembra aos Episcopados Nacionais a disposição do Decreto *Inter Mirifica* em seu número 18 sobre a celebração do dia mundial da comunicação social, que oferece uma oportunidade excepcional para ensinar aos fiéis sua transcendência na vida do homem e da sociedade.

3.15. As observações e orientações pastorais que acabamos de expor, colocam em relêvo a importância dos MCS; sem êles não conseguiremos a promoção do homem latino-americano e as necessárias transformações do Continente. Disso se depreende não só sua utilidade e conveniência, mas também a necessidade absoluta de empregá-los em todos os níveis e em tôdas as formas de ação pastoral da Igreja, para conseguir os fins que se propõe essa Assembléia.